
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL)**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS TESES E DISSERTAÇÕES DE PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA.**

FERNANDA GONÇALVES MARTINS

**Novembro
2018**

FERNANDA GONÇALVES MARTINS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS TESES E DISSERTAÇÕES DE PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA.

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Santana

Novembro
2018

M386e

Martins, Fernanda Gonçalves

Educação Ambiental nas teses e dissertações de programas de pós-graduação em Sociologia / Fernanda Gonçalves

Martins. -- Rio Claro, 2018

103 f. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: Luiz Carlos Santana

1. Educação ambiental. 2. Sociologia. 3. Teses e dissertações. 4. Relação sociedade-natureza. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

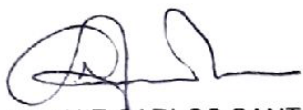
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Educação Ambiental nas teses e dissertações de programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES

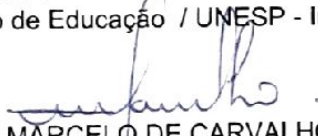
AUTORA: FERNANDA GONÇALVES MARTINS

ORIENTADOR: LUIZ CARLOS SANTANA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. LUIZ CARLOS SANTANA
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP



Prof. Dr. LUIZ MARCELO DE CARVALHO
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Prof. Dr. PHILIPPE POMIER LAYRARGUES
Departamento Gestão Ambiental / Universidade de Brasília - UNB Campus Planaltina - DF

Rio Claro, 27 de novembro de 2018

TÍTULO ALTERADO PARA:

Educação Ambiental nas teses e dissertações de programas de pós-graduação em Sociologia.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que me apoiaram nesta longa jornada, pois sozinha eu não poderia ter percorrido este caminho.

Ao professor Luiz Carlos Santana, agradeço a oportunidade de ter sido sua orientanda. Agradeço por toda atenção ao longo da pesquisa, pelos ensinamentos, pela orientação, pelo cuidado e incentivo, sempre muito compreensivo com as dificuldades pelas quais passei nesse processo. Muito obrigada.

Agradeço a todos os professores do PPGE da Unesp Rio Claro, em especial aos da linha de Educação Ambiental, que sem dúvida contribuíram muito para o meu processo de desenvolvimento e formação.

Agradeço a todos os colegas do grupo de pesquisa ÁGORA - “A Temática Ambiental e o Processo Educativo”, pelo convívio durante esse tempo e que direta ou indiretamente contribuíram com o desenvolvimento da minha pesquisa. Agradecimento especial a Cidinha (Maria Aparecida Arnaldo), ao Adriano Zane e a Talita Bulgraen, por todo apoio prestado neste percurso.

Agradeço ao Projeto EArte e todos os pesquisadores que o compõe, pois foram fundamentais para constituição do *corpus* e realização da pesquisa, sempre dispostos a ajudar.

Agradeço ao Geasur – “Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde El Sur”, em especial aos colegas Celso Sánchez, Marcelo Aranda Storti e Cândido Rafael Mendes pelo espírito de solidariedade e colaboração com a pesquisa.

Agradeço ao professor Victor Novick, pela leitura e sugestões de caminhos a serem seguidos.

Agradeço imensamente aos professores titulares da banca Luiz Marcelo de Carvalho e Philippe Pomier Layrargues pela disponibilidade, pela leitura atenta, pelas indicações, pelas contribuições que foram fundamentais para o avanço e realização da pesquisa.

Igualmente agradeço aos professores suplentes Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho e Celso Sánchez Pereira pela disposição, leitura e contribuições indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, agradeço à minha família que é minha base, meu porto seguro, a minha mãe Edna, ao meu pai Mário, ao meu irmão Rodrigo, a minha irmã Vanessa,

ao meu então companheiro Gustavo, que sempre me incentivaram, me apoiaram e me deram todo o suporte para eu caminhar e chegar até aqui.

Muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho se insere no âmbito do Projeto *Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica - teses e dissertações* (Projeto EArte). Esta dissertação buscou explorar o que vem sendo produzido nas pesquisas sobre Educação Ambiental na área da Sociologia. Para isto, analisamos teses e dissertações desenvolvidas em Programas de Pós-graduação vinculados à área da Sociologia, na CAPES. Nosso objetivo foi realizar um mapeamento das investigações produzidas, com intuito de identificar e analisar os diversos temas, referenciais teórico-conceituais sociológicos que conduziram tais trabalhos, bem como identificar e analisar possíveis especificidades dos pressupostos sociológicos que contribuem com o campo de pesquisa da EA. Trata-se de uma pesquisa documental, do tipo "estado da arte", que apresenta caráter qualitativo. Para análise do *corpus* documental, que foi constituído por 11 teses de doutorado e 17 dissertações de mestrado, foi utilizada a técnica da "análise de conteúdo. No mapeamento, os principais resultados indicam um crescimento expressivo a partir dos anos 2000 na produção de pesquisas sobre EA na área da Sociologia, a predominância das IES públicas como *locus* de produção destas pesquisas em relação às IES privadas e um desequilíbrio regional relativo à produção das pesquisas analisadas. Foi observada ainda, uma diversidade de temas de pesquisas, o que sugere um processo de aproximação da temática ambiental na área da Sociologia com a EA, além dos variados referenciais teórico-conceituais da Sociologia que indicam uma pluralidade de perspectivas epistemológicas orientando tais investigações. Ao final, pudemos perceber que os pressupostos sociológicos, sobretudo a partir da perspectiva crítica, contribuem para uma compreensão mais complexificada da relação sociedade-natureza, com uma abordagem mais abrangente e socioambiental que confrontam uma perspectiva reducionista de meio ambiente. Com isto, espera-se que a presente pesquisa ofereça subsídios para próximas investigações que visem aprofundar a compreensão da relação sociedade-natureza.

Palavras-chave: Educação ambiental. Sociologia. Teses e dissertações. Relação sociedade-natureza.

ABSTRACT

This research is part of the Environmental Education Project in Brazil: analysis of academic production - theses and dissertations (EArte Project). This dissertation aims to explore what has been produced, in researchs, about Environmental Education in the area of Sociology. For this, we analyze theses and dissertations developed in Postgraduate Programs linked to the area of Sociology, at CAPES. Our objective was to map the researches produced in order to identify and analyze the various themes, theoretical and conceptual sociological references that led to such works, as well as to identify and analyze possible specificities of the sociological assumptions that contribute to the field of research of the EE. It is a documentary research, of the "state of the art" type, which has a qualitative character. For the analysis of the documentary *corpus*, which consisted of 11 doctoral theses and 17 master's dissertations, the technique "content analysis. In the mapping, the main results indicate an expressive growth from the 2000s in the production of research on EE in the area of Sociology, the predominance of public universities as a *locus* of production of this research in relation to private universities and a regional imbalance related to the production of analyzed. A diversity of research themes was also observed, suggesting a process of approaching the environmental theme in the area of Sociology with EE, in addition to the various theoretical-conceptual references of Sociology that indicate a plurality of epistemological perspectives guiding such investigations. In the end, we could see that sociological presuppositions, especially from the critical perspective, contribute to a more complex understanding of the society-nature relationship, with a more comprehensive and socio-environmental approach that confronts a reductionist perspective of the environment. With this, it is expected that the present research will offer subsidies for future investigations that aim to deepen the understanding of the society-nature relationship.

Key-words: Environmental education. Sociology. Theses and dissertations. Relationship society-nature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1	Filtros do banco de dados do website do Projeto EArte com o termo de busca “Sociologia”	40
Figura 2	Filtros do banco de dados do website do Projeto EArte como termo de busca “Ciências Sociais”.....	41
Figura 3	Distribuição geográfica das teses e dissertações, sobre educação ambiental, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	53
Gráfico 1	Distribuição temporal, ano a ano, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	49
Gráfico 2	Distribuição temporal, por período, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	50
Gráfico 3	Distribuição regional, em porcentagem, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	54
Gráfico 4	Temas de Pesquisas identificados e quantidade de trabalhos que abordam cada temática	61

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1	Excertos das teses e dissertações analisadas, que contemplam as intenções, objetos, interesses e objetivos de pesquisas	56
Quadro 2	Referencial teórico da área de Sociologia, identificados nas teses e dissertações analisadas	73
Quadro 3	Agrupamento das perspectivas epistemológicas do referencial teórico identificado	74
Tabela 1	Programas de Pós-graduação vinculados à área da Sociologia (CAPES), instituições de ensino superior, unidades federativas e número de programas	28
Tabela 2	Programas de pós-graduação vinculados à área da Sociologia (CAPES) e suas respectivas linhas de pesquisa que investigam a problemática ambiental	30
Tabela 3	<i>Corpus</i> documental das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	42
Tabela 4	Programas de pós-graduação e IES onde foram produzidas as teses e dissertações que compõem o <i>corpus</i> documental da pesquisa	45
Tabela 5	Tabela 5 - Distribuição temporal, por período, e quantidade de teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	51
Tabela 6	Distribuição geográfica das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	54
Tabela 7	Categorias de análise referente aos temas de pesquisa identificados nas teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAO	Associação de Agricultura Orgânica
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e
ANPPAS	Sociedade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedoc	Centro de Documentação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EA	Educação Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FESP	Fundação Escola de Sociologia Paulista
FJN	Fundação Joaquim Nabuco
FUFPI	Fundação Universidade Federal Do Piauí
FUFSE	Fundação Universidade Federal De Sergipe
IES	Instituição de Ensino Superior
ISA	Associação Internacional de Sociologia
MST	Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPGE	Programa de pós-graduação em Educação
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UECE	Universidade Estadual Do Ceará
UEL	Universidade Estadual De Londrina
UEM	Universidade Estadual De Maringá
UENF	Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro
UF	Unidade Federativa
UFAL	Universidade Federal De Alagoas
UFAM	Universidade Federal Do Amazonas
UFBA	Universidade Federal Da Bahia
UFC	Universidade Federal Do Ceará
UFCG	Universidade Federal De Campina Grande
UFES	Universidade Federal Do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal De Goiás
UFGD	Universidade Federal Da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal De Juiz De Fora
UFMA	Universidade Federal Do Maranhão

UFMG	Universidade Federal De Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal De Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal Do Pará
UFPB	Universidade Federal Da Paraíba
UFPE	Universidade Federal De Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal De Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia
UFRGS	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
UFRJ	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
UFRN	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
UFRRJ	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro
UFSC	Universidade Federal De Santa Catarina
Ufscar	Universidade Federal de São Carlos
UFSCAR	Universidade Federal De São Carlos
UFSM	Universidade Federal De Santa Maria
UFTM	Universidade Federal de Mato Grosso
UFU	Universidade Federal De Uberlândia
UNB	Universidade De Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade Estadual De Campinas
UNIFESP	Universidade Federal De São Paulo
UNIOESTE	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná
UNISINOS	Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
UVV	Universidade Vila Velha

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Aproximações da Sociologia com a Educação Ambiental	21
2.1 A inserção da questão ambiental na área da Sociologia	21
2.2 O encontro da Sociologia com a Educação Ambiental	25
2.3 Programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES....	27
2.3.1 Linhas de pesquisa que tratam da problemática ambiental e da educação ambiental	30
3 Caminhos da Pesquisa	33
3.1 Contexto da pesquisa: Projeto EArte	33
3.2 A pesquisa do tipo “estado da arte”	34
3.3 Técnica de pesquisa: análise de conteúdo	36
3.4 Constituição do corpus documental	39
4 Mapeamento das Teses e Dissertações	45
4.1 Contexto Institucional	45
4.2 Distribuição temporal	48
4.3 Distribuição geográfica	52
5 Educação Ambiental na área da Sociologia: análise de teses e dissertações	56
5.1 Temas de pesquisas identificados nas teses e dissertações	56
5.2 Referenciais teórico-conceituais da Sociologia identificados nas teses e dissertações	72
5.3 Perspectivas sociológicas nas teses e dissertações sobre EA: contribuições e especificidades	86
6 Considerações finais	95
Referências	100

INTRODUÇÃO.

Enfrentamos uma grave crise ambiental de proporções globais, que há muito vem se tornando uma pauta imprescindível de discussões em todas as esferas da sociedade, assumindo cada vez mais a centralidade dos debates políticos, econômicos e sociais. Crise essa que, uma vez considerada como decorrência das formas sociais de habitar o mundo, transforma a problemática em uma questão socioambiental (LEFF, 2016).

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado ao final do encontro “Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável” que ocorreu em 2015, na cidade de Nova York – EUA, propôs a criação de uma nova agenda no documento intitulado “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”, pleiteada com base nos novos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS”, pós-2015. Tal relatório, aponta que a sociedade ainda se encontra num momento de grandes desafios, com crescentes desigualdades sociais, ameaças globais à saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, esgotamento de recursos naturais, mudanças climáticas, aquecimento global, impactos negativos da degradação ambiental, eventos que colocam em risco a própria sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta. Esta situação nos leva a um quadro de verdadeiro “colapso ambiental”, conforme denominado por Marques (2015), caso medidas importantes e radicais de mudança de rumos e paradigmas não sejam tomadas nos próximos 50 anos (ONU, 2015).

Poderíamos dizer que a perda da identidade orgânica do humano como parte da natureza pode ser vista como um fator determinante para estabelecer a relação utilitarista que se impõe sobre o meio ambiente. Em uma perspectiva antropocêntrica, o humano quando não se reconhece mais como parte da natureza, tende a criar uma relação de dominação, a partir da qual a natureza passa a ser percebida como recurso a ser utilizado para satisfazer suas necessidades. Segundo Milton Santos:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, **armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A Natureza artificializada**

marca uma grande mudança na história humana da Natureza. Agora, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (Santos, 1992, p.96, grifo nosso).

Dentre vários fatores que desencadearam a chamada crise socioambiental, o que se destaca como um dos maiores responsáveis pela grande degradação do meio ambiente é o modelo de sociedade organizado pelo modo capitalista de produção. Esse sistema econômico, com objetivo de gerar cada vez mais lucro, cria a cada dia, novas e falsas necessidades de consumo e, assim, justificar a produção de mercadorias. Com isto, não tem sido capaz de assegurar uma relação sustentável entre sociedade e natureza, já que em sua lógica a exploração é um elemento fundamental, seja do homem com o próprio homem, seja do homem com a natureza, levando ao inexorável cenário de colapso apontado por Marques (2015).

O processo de produção em larga escala, resultado da Revolução Industrial, fez com que se intensificasse a exploração de recursos da natureza. O crescimento populacional acelerado, desigualmente distribuído e as grandes migrações do campo para os centros urbanos contribuíram para o aumento da produção de resíduos. A mudança nos valores, padrões e modos de vida, fizeram com que aumentasse significativamente o consumo. Tais fatores podem ser considerados decisivos para a formatação do modelo de consumo e relação com o meio ambiente que configura o mundo contemporâneo (TOZONI-REIS, 2008).

Vários autores (CARVALHO,1989; MARQUES, 2015; LEFF, 2016, entre outros) alertam para o ponto a que chegou a degradação ambiental, a qual coloca em risco a própria vida na Terra. Não se trata apenas da questão de qualidade de vida, mas essa degradação se tornou uma questão de sobrevivência e de manutenção das condições de existência e perpetuação de todos os seres, não apenas humanos, mas de todas as espécies do planeta.

A partir das décadas de 1960-70, foi quando o mundo começou a reconhecer essa crise como, de fato, de escala planetária, global. Os movimentos da contracultura, em particular os grupos mobilizados em torno de temas ambientais, fizeram emergir um *ecologismo*, que contribuiu para difundir pensamentos sensíveis às causas ecológicas e as argumentações em torno da proteção do meio ambiente. Ambos movimentos, a contracultura e o ecologismo, com críticas sociais contundentes, se opunham e questionavam o paradigma ocidental moderno, industrial e científico, visando a transformação da sociedade para um novo modo de organizar a

vida individual e coletiva. Trouxeram à tona ideais contrários ao modelo de progresso e desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo, fazendo críticas à racionalidade instrumental moderna agressora do meio ambiente (CARVALHO, 2001).

Apesar dos acúmulos teóricos dos clássicos da Sociologia, Durkheim, Marx e Weber, as discussões sobre a problemática ambiental ainda eram dominadas pela ecologia e por uma visão biologizada das discussões em torno da natureza. E, como aponta Ferreira (2002a), as questões ambientais começam a aparecer nas agendas de debates internacionais, o que vai instigar a Sociologia a debater a temática ambiental.

Neste mesmo contexto, o campo de conhecimento da Sociologia ainda não tinha tradição e corpo teórico específico que orientasse uma direção de compreensão da relação entre sociedade e natureza. De acordo com Ferreira (2002a), que estuda a questão ambiental na área da Sociologia:

Foi a partir da década de 1960, que grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e reconhecer sua relevância e abrangência, passando a ocupar as agendas dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo (FERREIRA, p.3, 2002a).

Os movimentos sociais que eclodiram à época parecem ter surpreendido os cientistas sociais, que passaram então a se preocupar com a problemática ambiental e a introduzir o debate no interior da área da Sociologia, como resposta à intensificação dos impactos socioambientais decorrentes da expansão econômica. Esse processo foi considerado um posicionamento tardio em relação a outras áreas do conhecimento, como a biologia, ecologia, economia e geografia (FERREIRA, 2002a).

Surge neste contexto, como uma ramificação da Sociologia, a sociologia ambiental, cujo interesse se foca nas relações entre sociedades humanas e seu ambiente natural e antrópico. Visa assim, responder aos problemas emergentes da degradação ambiental. A sociologia ambiental, portanto, tem como objeto de estudo a interface entre sociedade e natureza (LAYRARGUES, 2002; LEFF, 2016).

Enquanto produção acadêmica e científica, a sociologia ambiental, emerge, segundo Ferreira (2004), a reboque dos movimentos sociais e ambientais, quando estes contestavam a degradação do meio ambiente e do desenvolvimento industrializado.

No mesmo contexto social e político, a partir da década de 1970, diversos setores da sociedade civil já se articulavam, buscando formas alternativas para o enfrentamento da crise socioambiental. Começava a se pensar, a partir do processo educativo, na ampliação dos objetivos da educação em relação a problemática socioambiental (CARVALHO, 1989).

Iniciavam-se, então, as primeiras discussões trazidas tanto em âmbito acadêmico como em documentos políticos acerca de uma educação direcionada mais especificamente para minimizar os efeitos da ação desmedida do homem, de degradação do meio ambiente, a que foi chamada Educação Ambiental.

O termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) apareceu pela primeira vez em 1965, na Inglaterra, durante a “*Keele Conference on Education and Countryside*” (Conferência sobre Educação e Campo), realizada na Universidade de Keele, como aponta Carvalho (1989).

O Relatório do Clube de Roma - “Os limites do crescimento”, em 1972, que teve como objetivo analisar e discutir sobre os limites do crescimento econômico considerando a finitude dos recursos naturais do planeta, apresentou dados preocupantes dos resultados da exploração irresponsável do humano com tais recursos. Diante desse cenário, ocorreu em 1972 a primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, evento onde se apontou para a educação dos indivíduos como uma das estratégias para a solução dos problemas ambientais e para o uso mais equilibrado dos recursos naturais. Como desdobramento, ocorreu o Seminário de Belgrado, antiga Iugoslávia em 1975, onde se discutiu a necessidade de se desenvolverem programas de educação ambiental em todos os países membro da ONU e se criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Mais tarde, em 1977, aconteceu a Conferência de Tbilisi (Geórgia, antiga URSS), o primeiro grande evento internacional acerca da educação ambiental, do qual resultou uma declaração que define como função da educação ambiental estimular a compreensão dos problemas ambientais e incentivar a formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente (LOUREIRO, 2004; DIAS, 2010).

Anos depois, em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, quando foram apresentados documentos que tratam claramente da educação ambiental: a Agenda 21, trazendo três eixos internacionalmente conhecidos –

Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento; e o Tratado das ONGs, que aborda a temática no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (LOUREIRO, 2004; DIAS, 2010).

Nesse cenário começavam as primeiras discussões acadêmicas nacionais com reflexos em legislações ambientais que começavam a ser implementadas, como a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, a Lei Federal 6938 de 1981 e, após a transição para a democracia, a Constituição Federal de 1988 incorpora o debate ambientalista no Artigo 225.

Observando a gradativa consolidação do campo da educação ambiental, seja institucionalmente, enquanto prática social seja enquanto área de pesquisa e conhecimento, Carvalho (2015) aponta para um novo campo que vem se constituindo, no decorrer desse período, em múltiplas e diversas ações educativas.

Esta consolidação, da pauta ambientalista no processo educativo, despertou interesse em diversos setores da sociedade, inclusive na academia. Ainda segundo Carvalho (2015), a partir da década de 1980, os programas de pós-graduação no Brasil começam a produzir as primeiras experiências de pesquisas sobre Educação Ambiental e os resultados se expressam em dissertações de mestrado e teses de doutorado¹.

A partir de 1980-90 observa-se uma crescente produção de trabalhos de pesquisa neste campo, como mostra Delizoicov e Lorenzetti (2008), com resultados de uma pesquisa sobre produção acadêmica em educação ambiental,

[...] a área de pesquisa em Educação Ambiental surge no Brasil a partir da década de 1980, mas somente tem sua produção consolidada na década seguinte e, mais especificamente, a partir de 2000, em que se observa um grande número de trabalhos produzidos (DELIZOICOV; LORENZETTI, 2008, p.4).

De acordo com Delizoicov e Lorenzetti (2008), os cursos de pós-graduação da área das Ciências Humanas no Brasil têm sido responsáveis por uma produção rica e significativa envolvendo o campo da educação ambiental. Destacam que no período que corresponde a 1981-2003, houve um expressivo crescimento de pesquisas sobre educação ambiental, sendo 812 pesquisas produzidas, dentre mestrado e doutorado, na área das ciências humanas, área responsável por mais de 50% de aumento,

¹Conforme dados do Projeto EArte, com o tema Educação Ambiental, a primeira dissertação de mestrado foi defendida no ano de 1981 e, no ano de 1989, a primeira tese de doutorado.

segundo os autores. A educação ambiental tem se revelado como objeto de pesquisa de diversas áreas e tem sido igualmente crescente o número de produções. Contudo, é necessário analisar de que maneira estas produções contribuem para a qualidade das pesquisas sobre EA. Segundo os autores,

A Educação Ambiental tem sido objeto de estudo nos programas de pós-graduação envolvendo todas as áreas do conhecimento. **No entanto, a área de Ciências Humanas responde por mais da metade dos trabalhos.** Sua prevalência se verifica tanto em programas de mestrado, com 53%, como em doutorado, com 44,6%. Esses números mostram a necessidade de desenvolver um estudo que enfoque os trabalhos realizados, procurando identificar aproximações e dissonâncias existentes e de **como esses trabalhos contribuem para a melhoria da qualidade das pesquisas de EA** (DELIZOICOV; LORENZETTI, 2008, p.6, grifo nosso).

Os autores apresentaram um mapeamento de produções de pesquisas sobre Educação Ambiental na área das Ciências Humanas, em distintas áreas de programas de pós-graduação no Brasil, com objetivo de oferecer elementos para compreender como este tema vem sendo desenvolvido no âmbito acadêmico.

Nesta linha de raciocínio é que o grupo de pesquisa ÁGORA - “A Temática Ambiental e o Processo Educativo”, do Programa de Pós-Graduação PPGE da Unesp, Campus de Rio Claro, vem se dedicando a algumas de suas pesquisas, atenta ao desafio de identificar a inserção da temática da educação ambiental em diferentes áreas do conhecimento, como na área do Direito através da dissertação de Adriano Zane (2017) intitulada “Educação ambiental e Direito: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) em programas de pós-graduação em Direito”, como também na área da Psicologia, através da investigação, em curso e ainda sem título, pela pesquisadora Talita Bulgraen, bem como a presente pesquisa na área da Sociologia.

Podemos encontrar dados mais atuais relativos a produção acadêmica sobre educação ambiental no Brasil, em diferentes áreas do conhecimento, no relatório do ano de 2016 do Projeto “*A Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)*” (Projeto EArte²).

² O Projeto EArte será apresentado com mais detalhes na página 32.

Assim, pensando a produção acadêmica em torno da educação ambiental no Brasil, a partir de critérios³ definidos pelo Projeto EArte quanto a classificação de teses e dissertações, que tratam da temática ambiental e o processo educativo, também podemos constatar um aumento significativo da produção acadêmica relativa a esta temática. No relatório de 2016 do Projeto EArte, o crescimento das pesquisas foi apontado como uma “explosão vertiginosa” de produção e, conforme o banco de dados atual, constam 4205 trabalhos catalogados.

No processo de crescimento desta produção acadêmica, vale ressaltar que foi somente a partir dos anos 90, de acordo com Ferreira (2004), que se percebeu uma mobilização de cientistas sociais para fortalecer, dentro das instituições e órgãos governamentais, o diálogo com a temática socioambiental em centros de pesquisas e programas de pós-graduação e uma real internalização da questão ambiental nas ciências sociais brasileiras nos programas de pós-graduação.

Entretanto, conforme apontou Layrargues (2002, 2003), houve uma notável ausência da temática da educação ambiental como objeto de estudo da sociologia ambiental. Segundo esse autor, podemos identificar uma lacuna difícil de se compreender, uma vez que a educação ambiental já era uma prática de grande visibilidade.

No início dos anos 2000, ano em que foi criada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), pode-se perceber, de acordo com Ferreira (2002a), uma mudança significativa dos interesses do núcleo de intelectuais que já produziam estudos relacionados à temática ambiental na área da Sociologia, quando a reflexão se dava sobre a interface entre sociedade e ambiente.

O desafio de mapear e compreender as pesquisas no campo da educação ambiental é imenso, uma vez que a produção sobre a temática se encontra dispersa em diversas áreas do conhecimento e inúmeros programas de pós-graduação no Brasil, como mencionado na tese de livre-docência de Carvalho (2015). De acordo com o autor, para cada área de conhecimento são identificados fundamentos, temas, tendências, concepções de educação ambiental dos mais diversos, que se interpenetram, que inter cruzam ou se contrapõe.

³ Os critérios de classificação de teses e dissertações do Projeto EArte podem ser consultados no *website* do projeto: www.earte.net

Nossa hipótese é que a área de conhecimento da Sociologia, fundamentada em seus pressupostos teórico-conceituais, pode oferecer elementos para reflexão e debate sobre a educação ambiental enquanto campo de pesquisa e conhecimento e, também, acerca da relação sociedade–natureza. Além disto, acreditamos que a Sociologia pode favorecer uma compreensão ampliada e mais complexa sobre essa relação, ou seja, a partir de uma percepção, de uma visão mais abrangente e socioambiental que confrontam uma perspectiva reducionista de meio ambiente.

Portanto, partindo de nossa hipótese e, levando em consideração o fato desta pesquisadora ser formada em Ciências Sociais, tendo em vista os apontamentos acerca da produção científica sobre educação ambiental na área da Sociologia conforme salienta Layrargues (2002), buscamos explorar o que vem sendo produzido sobre Educação Ambiental na área da Sociologia. Para isto, analisamos teses e dissertações desenvolvidas em Programas de Pós-graduação vinculados à área da Sociologia, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES). Nosso objetivo geral é realizar um mapeamento das teses e dissertações produzidas, com objetivo específico de identificar e analisar os diversos temas, referenciais teórico-conceituais sociológicos que conduziram tais trabalhos, bem como identificar e analisar possíveis especificidades dos pressupostos sociológicos que puderam e podem contribuir com o campo de pesquisa da EA.

De acordo com as considerações e os objetivos apresentados, as questões que irão nortear a pesquisa aqui em pauta são:

- Que temas são trabalhados em teses e dissertações sobre Educação Ambiental nos programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES?
- Que referenciais teórico-conceituais da Sociologia são usados nessas teses e dissertações?
- Que possíveis contribuições e especificidades da perspectiva sociológica, para o campo de pesquisa da EA, podemos identificar nas teses e dissertações analisadas?

Assim, na tentativa de responder às questões propostas e os objetivos desta pesquisa, a presente dissertação está organizada com Introdução, quatro capítulos e considerações finais.

Na introdução, contextualizamos e apresentamos a temática mais ampla da dissertação e também, apontamos os objetivos e questões que orientam a pesquisa.

No primeiro capítulo, apresentamos aspectos teóricos referentes à temática deste trabalho, tais como: a inserção da questão ambiental na área da Sociologia e sua aproximação com a educação ambiental. Além dos aspectos teóricos, trazemos também dados sobre os programas de pós-graduação vinculados à Sociologia e linhas de pesquisas que trabalham com a educação ambiental.

No segundo capítulo, delineamos o caminho da pesquisa, apresentando o contexto no qual está inserido este trabalho, o tipo de pesquisa escolhido, a técnica de análise, bem como os procedimentos para a constituição do *corpus* documental.

No terceiro capítulo, já buscando corresponder aos objetivos propostos da presente pesquisa, trazemos o mapeamento da produção acadêmica, que se configura na distribuição temporal, distribuição geográfica e contexto institucional de produção das teses e dissertações.

No quarto capítulo, buscando responder às questões que orientam esta pesquisa, trazemos as análises dos dados. Apresentamos os temas que foram identificados nas pesquisas, os referenciais teórico-conceituais da Sociologia identificados, bem como as possíveis contribuições e especificidades da perspectiva sociológica, para o campo de pesquisa da EA, que puderam ser identificadas a partir das teses e dissertações analisadas.

Por último, em nossas considerações finais, retomamos as principais ideias desenvolvidas ao longo do texto, buscando, a partir da pesquisa sobre pesquisas, identificar possíveis contribuições e especificidades da perspectiva sociológica ao se fazer pesquisa sobre educação ambiental, em uma tentativa de contribuir para o avanço das áreas as que nos propomos a pesquisar.

2 APROXIMAÇÕES DA SOCIOLOGIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

2.1 A inserção da questão ambiental na área da Sociologia.

Vamos neste item, discorrer sobre o contexto no qual a questão ambiental foi inserida na área da Sociologia, constituindo-se, a partir desta inserção, em uma subárea: a sociologia ambiental.

Com o processo industrial avançado, a Sociologia surge no contexto do séc. XIX, na Europa, e se consolida no século XX, com o esforço de compreender as transformações sociais pelas quais passava a sociedade capitalista moderna, (MUCCHIELLI, 2001). Um dos fundadores da Sociologia, Auguste Comte, a definiu como a ciência social por excelência. Devido a consolidação de outras ciências também sociais, como a ciência política e a antropologia, ela passou a ser vista como a ciência que estuda, de um modo geral, as relações sociais, tendo como objeto de estudo a relação entre indivíduos e sociedade. Considerados os principais teóricos do pensamento sociológico, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, são responsáveis, cada um com sua contribuição teórica, pela consolidação da sociologia como um novo ramo do conhecimento científico.

Embora estes autores, pioneiros da Sociologia clássica, tenham trazido em seus estudos teóricos a relação entre indivíduo e sociedade, de acordo com Ferreira (2002a), não dão ênfase a uma compreensão da relação entre sociedade e natureza, na percepção dos danos causados ao meio ambiente pela atuação humana. Segundo esta autora, não tiveram como foco em seus estudos trabalhar com a análise da problemática ambiental, até porque esta questão não estava explicitamente colocada até a segunda metade do século XIX, só tendo sido explicitada mais claramente a partir da segunda metade do século XX.

Lenzi (2007) aponta para uma controvérsia sobre esses autores clássicos da Sociologia quando, de um lado, parece ser possível encontrar entre eles, em suas principais obras, um conjunto de ideias e argumentos que poderia conduzir a uma fértil reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza no que diz respeito a problemática ambiental, mas por outro lado, existem limites em relação a forma como estes autores abordaram a questão, a não ser de maneira tangencial, como apontou Ferreira (2002a).

Neste sentido, Leff (2016) destaca uma falha fundamental das ciências sociais, quando, segundo o autor, ao pensar as ordens sociais independente das condições da natureza que as constitui, não consideram o meio ambiente natural e o construído em uma relação intrínseca. Segundo o autor,

Esta falta ficou inscrita nas bases das ciências sociais a partir do momento em que na concepção do estado natureza na modernidade – T. Hobbes, J. Locke e J.J. Rousseau - foi selado o esquecimento da natureza no contrato social (LEFF, 2016, p. 23).

Este “esquecimento da natureza”, segundo o Leff (2016), foi uma consequência da própria história da constituição das ciências sociais na ordem da racionalidade moderna. Sobre esta falta de inclusão da natureza no “contrato social”, Souza Santos (2008, p.294,) afirma que,

“O contrato social inclui apenas os indivíduos e suas associações; **a natureza fica excluída**; tudo aqui que procede ou permanece fora do contrato social se vê relegado (...). A única natureza relevante para o contrato social é a natureza humana (...). Qualquer outra natureza é metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental” (Apud LEFF p. 23, 2016, grifo nosso).

A partir da década de 1950, pós Segunda Guerra Mundial, membros da sociedade passaram a questionar mais a proporção dos impactos causados pela atuação humana no meio ambiente. Neste momento, de acordo com Ferreira (2002a), as preocupações das ciências sociais, sobretudo da Sociologia, passaram a incidir sobre temas diferentes dos já tradicionalmente aceitos nestas áreas. Inicia-se, neste período, uma redefinição de objetos de estudos, frente aos protestos que já eclodiam devido a insustentabilidade das sociedades modernas.

Surge neste cenário uma ramificação da Sociologia, como uma crítica à sociologia clássica, a subárea da sociologia ambiental, cujo interesse se foca nas relações entre sociedades humanas e seu ambiente natural e antrópico, com a proposta de introduzir o debate da questão ambiental nesta área de conhecimento.

O período entre 1960-1970, segundo Ferreira (2004), marca o momento histórico em que se constituiu a sociologia ambiental. Contexto no qual grupos de sociólogos começaram a dar importância à questão ambiental, compreendendo sua relevância e percebendo que não se tratava de um assunto passageiro e sim de uma questão que a Sociologia não poderia se abster e sim firmar um posicionamento em relação ao que já se evidenciava como uma crise ambiental. Segundo Ferreira e Ferreira (2002),

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros estudos do que hoje se denomina sociologia ambiental. A iniciativa de introduzir o debate em torno da dimensão ambiental no interior da Sociologia foi a um só tempo consequência desse processo e resposta à intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada pela evidente degradação (FERREIRA e FERREIRA, 2002, p.83).

O tratamento de questões propriamente ambientais por parte da sociologia foi considerado tardio em relação a outras áreas de conhecimento, em especial às ciências naturais. Segundo Ferreira e Ferreira (2002), os sociólogos parecem ter se surpreendido, uma vez que, até então, não compunham um corpo teórico ou de tradição de pesquisa que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza.

No que concerne à constituição teórica, a formação da sociologia ambiental se deu a partir da junção de diversas áreas e subdisciplinas consolidadas. Herculano (2000) aponta algumas destas disciplinas: a Ecologia humana, a Sociologia rural, Sociologia dos recursos naturais, a Psicologia social, a Antropologia cultural, a Sociologia dos movimentos sociais, a Sociologia do desenvolvimento e a Sociologia urbana.

Esse movimento, essa nova ramificação da Sociologia, mesmo que tardiamente posicionada, impulsionou uma série de novas disciplinas ecologizadas ou ambientalizadas no vasto campo das ciências sociais. A preocupação inicial da sociologia ambiental centrava-se em uma visão reducionista da política ambiental e nos aspectos conservacionistas da questão, mas foi ganhando novas abordagens, gradativamente, a partir da crescente preocupação com a contaminação ambiental gerada pela produção agrícola e industrial (FERREIRA, 2004; LEFF, 2016).

A partir de então, novos temas, novas abordagens foram se destacando e marcando a direção de estudos desta área em ascensão. Podemos encontrar em Herculano (2000), os cinco objetos de estudos priorizados pela sociologia ambiental, sendo eles:

- 1- **Atitudes e valores** (comportamentos ambientais desejáveis, atitudes ambientais e outras atitudes morais: consciência das consequências interpessoais da ação de cada um) (...);
- 2- **Movimentos ecológicos** (análise do papel político das organizações ambientalistas, estudos sobre dinâmica e formas de mobilização) (...);
- 3- **Riscos tecnológicos** (controvérsias técnicas, valores e percepção de riscos, falhas em sistemas técnicos complexos) (...);
- 4- **Política Ambiental** (economia política ambiental, impactos socioambientais, criação de leis ambiental) (...);
- 5- **Desenvolvimento** (críticas ao

modelo de desenvolvimento vigente, propostas e práticas alternativas, gestão empresarial ambiental) (HERCULANO, 2000, p. 9-10, grifo nosso).

De acordo com Leff (2016), a sociologia ambiental construiu seus objetos de estudos a partir da compreensão da racionalidade, intervenção e transformação do mundo, que culminou com o que ele chama de modos de habitar o mundo.

A partir desses objetos, elencados por Herculano (2000), percebemos o direcionamento de estudos e o envolvimento da sociologia ambiental em uma perspectiva que abrange a complexidade da problemática ambiental, ao tratar de assuntos que são fundamentais para compreensão da chamada crise ambiental. Crise essa que, uma vez considerada como decorrência das formas sociais de habitar o mundo, transforma a problemática em uma questão socioambiental (LEFF, 2016).

Ferreira (2004) aponta, então, para a fase de constituição de um corpo teórico de sociólogos ambientais, a partir de 1970, sendo eles *Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hannigan*, dentre outros que se destacaram em suas produções. Segundo a autora, esses sociólogos trabalharam com a questão ambiental e *“enfaticavam o caráter materialista e realista da crise ambiental, sem deixar de lado seu viés social e cultural”* (FERREIRA, 2004, p.7). Apesar das diferenças de análises em suas produções, criticaram, dentre outros aspectos, o modelo de produção, consumo e descarte, o qual contribuiu para dilapidar os recursos naturais, antes mesmo do seu ciclo natural de regeneração (FERREIRA, 2004).

No que diz respeito à produção intelectual, apesar de uma baixa na produção no início da década, Ferreira (2004), aponta que, no final da década de 1980, o cenário internacional se mostra com um clima favorável para consolidação da área. No início da década de 1990, houve um aumento significativo no volume de pesquisas realizadas e um crescente interesse de pesquisadores voltados a investigar a problemática ambiental. Com este cenário internacional favorável, foi criado um grupo de trabalho sobre ambiente e sociedade pela Associação Internacional de Sociologia (ISA)⁴, como órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (FERREIRA, 2004).

⁴<https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa>

Apesar do esforço de se introduzir a questão ambiental na área da Sociologia e consolidar a subárea da sociologia ambiental, foi só a partir da década de 1990 que se começa, nas pesquisas, a discussão nesta área sobre como a crise ambiental afeta a educação (LAYRARGUES, 2002).

Seria, então, a Sociologia buscando estabelecer um diálogo com a educação ambiental. Assunto que abordaremos no próximo item.

2.2 O Encontro da Sociologia com a Educação Ambiental.

Neste item, vamos abordar a inserção da Educação Ambiental como objeto de estudo científico na área da Sociologia.

Apesar da evidência internacional da educação ambiental, houve uma notável ausência dessa temática como objeto de estudo da sociologia ambiental, como aponta Layrargues (2002). Segundo o autor, existe uma lacuna difícil de se compreender, uma vez que a educação ambiental, como se pode ver, já era uma prática de grande visibilidade. Mesmo com o cenário mundial apontando para a emergência de se promover a educação ambiental como uma possível estratégia de superação da evidente crise, ela ainda não fora incorporada às reflexões e pesquisas dos sociólogos ambientais.

Ao considerar os objetos de estudo que a sociologia ambiental privilegia para reflexão, que foram elencados por Herculano (2000) e apresentados por nós no item anterior, vemos a ausência da educação ambiental, até mesmo na esfera da discussão de atitudes e valores, que têm um destaque significativo para estudos relacionados à consciência de atividades individuais e coletivas e comportamentos socialmente e ambientalmente desejáveis, etc.

O que poderia ser um indicativo da ausência temática da educação ambiental na área da Sociologia é apontado por Buttel, (2000), que ressalta a relativa facilidade da Sociologia em teorizar sobre processos de *degradação* socioambiental e não sobre processos de *melhoria* socioambiental.

Buttel (2000) ressalta que é relativamente mais fácil, por parte da sociologia ambiental, teorizar sobre os processos de degradação socioambiental. Primeiro, devido ao fato de os estudiosos poderem contar com dados históricos e contemporâneos para demonstrar como as instituições afetam e deterioram o ambiente e, em segundo lugar, os exemplos históricos de melhora socioambiental são mais escassos

do que aqueles relacionados à degradação socioambiental (BUTTEL, 2000). Como ainda ressalta Buttel (2000, p.33): “[...] os processos de melhora ambiental são presumivelmente fenômenos mais complexos e mais sutis do que os processos de degradação: enquanto há uma ampla gama de processos institucionais sobrepostos, que levam à degradação, a melhora do meio ambiente não é provavelmente assim constituída” (BUTTEL, *apud* Bagnolo, 2008, p. 6).

Antes da década de 1990, o único trabalho de sociologia ambiental que abordou a temática da educação ambiental, foi o “*Ecological communication*” do sociólogo alemão Niklas Luhmann, publicado em 1986. Neste trabalho, como indica Layrargues (2002), o sociólogo vai afirmar que em um contexto de crise ambiental, a educação seria a ‘fonte de esperança’ para mudança de valores e atitudes, propiciando o reencontro entre sociedade e natureza.

No Brasil, ainda na década de 1980, uma aproximação da educação ambiental com conceitos sociológicos começa a se fazer presente nas discussões, deixando de lado o seu viés reducionista biológico, como aponta Layrargues (2003),

(...) aproximação da educação ambiental à sociologia no Brasil como uma via de mão dupla, que data de meados da década de 80: os pioneiros trabalhos de Isabel Carvalho, Marcos Sorrentino, Marcos Reigota, Regina Leite Garcia, entre outros, procuraram **articular a educação ambiental com conceitos sociológicos**, com o intuito de abandonar o reducionismo biológico que cristalizou-se nessa prática educativa. O **foco estava na articulação da educação ambiental com a cidadania, democracia, participação, autonomia, justiça social**, expressões pouco usuais para um modelo de educação ambiental historicamente confundido como ensino de ecologia (LAYRARGUES, 2003, p. 24-25, grifo nosso).

Foi apenas no final da década 1990, que a preocupação sociológica sobre educação ambiental começa a eclodir e avançar com pesquisas relacionadas à temática. Como indica Layrargues (2003), possivelmente o primeiro sociólogo, a empreender discussão relacionando as duas áreas foi Pedro Jacobi (1998), em seguida pelos sociólogos Gustavo Lima (1999), Nelson Mello e Souza (2000) e Aloísio Ruscheinsky (2002), quando este último organiza uma coletânea sobre educação ambiental, onde é possível perceber aspectos sociológicos nas discussões.

Tendo em vista a possível contribuição da Sociologia com seus pressupostos teórico-conceituais, os que permitiria uma reflexão mais complexificada da chamada crise socioambiental, além da lacuna, ora citada, da produção científica sobre a temática da educação ambiental na área da Sociologia, considerando também o aparente crescimento desta tendência em inserir tal temática nas pesquisas da área

e, por reputar os programas de pós-graduação como *lócus* privilegiado de produção de pesquisa, nos próximos itens e capítulos iremos discutir e analisar o que vem sendo produzido sobre educação ambiental em programas de pós-graduação vinculado à Sociologia.

Em tempo, vamos apresentar, no item subsequente, os programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES.

2.3 Programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES.

Neste subitem, vamos apresentar as pós-graduações vinculadas à área da Sociologia, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no Brasil, apresentando seu histórico de constituição e os programas que estão ativos.

A Sociologia durante muito tempo foi entendida como sinônimo de ciências sociais, devido historicamente à constituição do campo das ciências sociais no Brasil. Este quadro foi alterado e, a partir do reconhecimento e consolidação de novas ciências que derivaram do campo das ciências sociais, tais como a antropologia e a ciência política, de igual modo a Sociologia resultou em uma área autônoma e distinta em relação às demais (LIEDKE FILHO, 2005).

A institucionalização da Sociologia no Brasil, na pós-graduação, com intuito de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ocorreu, segundo Liedke Filho (2005), em meados de 1930, com a fundação da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo (1933) e a fundação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). Já em 1954, sob a direção do sociólogo Florestan Fernandes, foi formada a Fundação Escola de Sociologia Paulista (FESP), também chamada de “Escola da USP”, (LIEDKE FILHO, 2005).

Podemos encontrar no Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 da CAPES, da área da Sociologia, que o modelo disciplinar da Sociologia, convive com modelos transdisciplinares, sendo: Sociologia e Política, Sociologia e Antropologia e Ciências Sociais, os quais integram três áreas de avaliação: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Por este motivo a CAPES determinou que os Programas de Pós-

graduação em Ciências Sociais podem estar inseridos em qualquer uma das três áreas de avaliação, tanto na Antropologia, na Ciência Política ou na Sociologia.

Como o presente trabalho se propõe pesquisar educação ambiental nas teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, vamos apresentar aqui os programas sob a área de avaliação da Sociologia, incluindo também os programas de pós-graduação em Ciências Sociais, que estão vinculados à área de avaliação da Sociologia, ora determinados pela CAPES.

A área de conhecimento da Sociologia, na CAPES, conta, sob sua avaliação, até outubro de 2018, com 51 programas de pós-graduação. Tais programas estão distribuídos em diferentes estados brasileiros em diversas instituições de ensino superior, como podemos ver na Tabela 1.

Tabela1 - Programas de Pós-graduação vinculados à área da Sociologia (CAPES), instituições de ensino superior, unidades federativas e número de programas.

Nº de programas	Programas de Pós-graduação vinculados à Sociologia	IES	UF
1	Sociologia	UFAL	AL
1	Ciências Sociais	UFBA	BA
1	Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	UFRB	BA
1	Sociologia	UECE	CE
2	Sociologia; Sociologia em Rede Nacional	UFC	CE
1	Sociologia	UNB	DF
1	Ciências Sociais	UFES	ES
1	Sociologia Política	UVV	ES
1	Sociologia	UFG	GO
1	Ciências Sociais	UFMA	MA
1	Ciências Sociais	PUC/MG	MG
1	Ciências Sociais	UFJF	MG
1	Sociologia	UFMG	MG
1	Ciências Sociais	UFU	MG
1	Sociologia	UFGD	MS
1	Sociologia	UFMT	MT
1	Sociologia e Antropologia	UFPA	PA
1	Sociologia	UFPB	PB
1	Ciências Sociais	UFCG	PB
1	Ciências Sociais para o Ensino Médio	FJN	PE
1	Sociologia	UFPE	PE
1	Sociologia	FUFPI	PI
1	Sociologia	UEL	PR
1	Ciências Sociais	UEM	PR
1	Sociologia	UFPR	PR

1	Ciências Sociais	PUC-RIO	RJ
1	Sociologia Política	UCAM	RJ
2	Ciências Sociais; Sociologia	UERJ	RJ
1	Sociologia Política	UENF	RJ
1	Sociologia e Antropologia	UFRJ	RJ
1	Sociologia	UFF	RJ
2	Ciências Sociais; Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	UFRRJ	RJ
1	Ciências Sociais	UFRN	RN
1	Ciências Sociais	PUC-RS	RS
1	Ciências Sociais	UNISINOS	RS
1	Sociologia	UFPEL	RS
1	Ciências Sociais	UFSM	RS
1	Sociologia	UFRGS	RS
1	Sociologia Política	UFSC	SC
1	Sociologia	FUFSE	SE
1	Ciências Sociais	PUC-SP	SP
1	Sociologia	USP	SP
2	Ciências Sociais; Sociologia	UNICAMP	SP
1	Ciências Sociais	UNESP (Marília)	SP
1	Ciências Sociais	UNESP (Araraquara)	SP
1	Sociologia	UFSCAR	SP
1	Ciências Sociais	UNIFESP	SP

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados, da CAPES, consultados em 27 outubro 2018.

Atualmente, de acordo com dados obtidos através de relatório disponibilizado pela CAPES, a área de Sociologia vem crescendo em acelerada expansão. Nos últimos 20 anos, o número de programas de pós-graduação vinculados à Sociologia cresceu, passando de 29, em 1998, para 51 em 2018. Dentre estes programas estão inscritos⁵ um total de 82 cursos de pós-graduação, sendo: 48 cursos de Mestrado; 32 cursos de Doutorado; 02 cursos de Mestrado profissional.

No próximo item vamos discorrer sobre as linhas de pesquisa cuja temática está relacionada à problemática ambiental e educação ambiental.

⁵ Estes dados podem ser obtidos e consultados no *website* da Plataforma Sucupira da CAPES: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf;jsessionid=IVjte8oyyHnCnsxW5+GHbgH3.sucupira-213?areaAvaliacao=34>

2.3.1 Linhas de Pesquisa que trabalham a problemática ambiental e educação ambiental.

Buscamos nas páginas eletrônicas de cada instituição de ensino que possuía programas de pós-graduação vinculados à área de conhecimento da Sociologia, na CAPES, que trabalham em suas linhas de pesquisa a “problemática ambiental” e “educação ambiental”.

Do total de 51 programas encontramos: 10 programas que possuem linhas de pesquisa específicas para tratar da “problemática ambiental”, dentre eles, um com três linhas destinadas à temática; 15 programas que não abordam diretamente, mas remetem em sua descrição, relação com a “problemática ambiental”; e 26 programas que não mencionam nenhum tipo de estudos relacionados a “problemática ambiental”. Veremos na Tabela 2 os 10 programas e suas respectivas linhas de pesquisas que trabalham de maneira direta a “problemática ambiental”.

Tabela 2 - Programas de pós-graduação vinculados à área da Sociologia (CAPES) e suas respectivas linhas de pesquisa que investigam a problemática ambiental.

UFPA - <i>Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia</i>
Linha de pesquisa: Ações pública e coletiva, território e ambiente
UFSC - <i>Programa de pós-graduação em Sociologia Política</i>
Linha de pesquisa: Ciência, saúde e meio-ambiente
UFPR - <i>Programa de pós-graduação em Sociologia</i>
Linha de pesquisa: Mundo rural e meio ambiente
Linha de pesquisa: Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente
UFMA - <i>Programa de pós-graduação em Ciências Sociais</i>
Linha de pesquisa: Relações de produção e ação coletiva: questão agrária, trabalho e ambiente
UFRGS - <i>Programa de pós-graduação em Sociologia</i>
Linha de pesquisa: Sociedade, ruralidade e ambiente
UNICAMP ⁶ - <i>Programa de pós-graduação em Ciências Sociais</i>
Linha de pesquisa: Estudo de Patrimônio e Memória
Linha de pesquisa: Estudos das Relações China-Brasil
Linha de pesquisa: Processos Sociais, Identidades e Representações do Mundo

⁶ A temática ambiental é abordada como foco de estudo nos descritivos das linhas de pesquisa.

Rural

UNICAMP - *Programa de pós-graduação em Sociologia*

Linha de pesquisa: Tecnologia e Ambiente

UFAL - *Programa de pós-graduação em Sociologia*

Linha de pesquisa: Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento

UFSCAR - *Programa de pós-graduação em Sociologia*

Linha de Pesquisa: Urbanização Ruralidades Desenvolvimento Sustentabilidade ambiental

UFES - *Programa de pós-graduação em Ciências Sociais*

Linha de Pesquisa: Estudos socioambientais, culturas e identidades

Fonte: elaborada pela autora, a partir de consulta nos *websites* dos programas de pós-graduação indicados.

Por meio dessa mesma busca, nas páginas eletrônicas de cada instituição de ensino, não encontramos em qualquer dos programas de pós-graduação vinculados à área da Sociologia, linhas de pesquisa específicas de “educação ambiental”, sequer a temática foi mencionada na descrição das linhas, nem ao menos nos programas que abordam a temática ambiental de maneira direta. Apesar disso, como veremos adiante, a EA aparece como tema de teses e dissertações desses programas.

Vale salientar a importância do maior evento que apresenta as pesquisas de pós-graduação em ciências sociais, o encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Organização fundada em 1977, com o objetivo de promover a integração de pesquisadores nas ciências sociais. Layrargues (2002) observa que, apesar de promover encontros anuais e, dentro do evento haver um grupo de trabalho Ecologia, Política e Sociedade desde 1986, a ANPOCS até os anos 2000 não havia recebido trabalhos que abordassem a educação ambiental como objeto ou tema de estudo, sendo este um ponto relevante para futuras investigações.

A despeito desta ausência temática, outra importante associação que merece destaque e que revela o crescente interesse pelos estudos direcionados à relação ambiente e sociedade, como apontou Ferreira (2002a, 2004), é a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), criada no ano 2000.

A ANPPAS tem como objetivo incentivar o ensino e a pesquisa na interação entre sociedade e ambiente em suas múltiplas dimensões, além de promover o diálogo entre os diferentes campos do conhecimento para, de forma interdisciplinar, possibilitar debates acerca de enfrentamentos de problemas multidimensionais. Esta associação congrega:

Programas e instituições brasileiras que desenvolvam atividades de pesquisa e/ou formação *strictu sensu* de pessoal especializado em nível de pós-graduação de caráter interdisciplinar que focalizem a interação Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões (ANPPAS).

Com objetivo de promover intercâmbios de informações e divulgação de estudos em ambiente e sociedade, a ANPPAS promove reuniões científicas e encontros bienais, sendo o primeiro realizado no ano de 2002, na cidade de Indaiatuba/SP.

No primeiro encontro promovido pela ANPPAS já podemos perceber, além da problemática ambiental, a inserção da educação ambiental como tema de estudo na área das ciências sociais. O evento foi dividido entre 11 linhas temáticas, sendo uma delas dedicada à educação e meio ambiente, quando, na ocasião, 81 trabalhos foram apresentados, sendo que 06 deles tiveram a educação ambiental como objeto central de estudos distribuídos pelas diversas linhas. Um destes trabalhos se destaca pelo próprio título: *“Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico”*, Layrargues (2002), evidenciando o novo cenário de pesquisas relacionadas ao tema.

Resgatando o processo pelo qual passou a inserção da questão ambiental e a educação ambiental como temas de estudos e pesquisas na área da Sociologia, nos surgem indagações como: o que vem sendo produzido sobre educação ambiental nos programas de pós-graduação vinculados à Sociologia?

As proposições para esta questão serão discutidas em capítulo posterior, pois, a seguir, descrevemos a constituição do corpus documental, explicitando os procedimentos realizados na pesquisa aqui em pauta, assim como o detalhamento dos critérios utilizados para definir o conjunto de teses e dissertações que compõe os documentos selecionados para esta investigação.

3 CAMINHOS DA PESQUISA.

3.1 Contexto da pesquisa: Projeto EArte.

O presente trabalho se insere no âmbito do Projeto “*A Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)*” – Projeto EArte. Trata de um Projeto que utiliza o tipo de pesquisa “estado da arte” para realizar seu trabalho e que tem como objetivo geral,

Identificar e selecionar, a partir de bancos de dados de teses e dissertações já existentes no país, home-pages de programas de pós-graduação e de outras fontes de informação, pesquisas concluídas por alunos de pós-graduação que tenham como foco a relação entre o processo educativo e a temática ambiental (CARVALHO *et al.*, 2016, p.17).

Este projeto é decorrente de outro denominado “O que sabemos sobre Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)”, que foi coordenado pelo Prof. Dr. Hilário Fracalanza e desenvolvido pelo Grupo FORMAR Ciências, por meio do Centro de Documentação da Faculdade de Educação da Unicamp (Cedoc) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 2008, o projeto foi retomado e teve continuidade, mesmo após o falecimento do professor Fracalanza, com a participação de pesquisadores de Universidades do Estado de São Paulo (Unesp – Rio Claro; Unicamp – Campinas; USP – Ribeirão Preto), e passou a receber a designação de **Projeto EArte**. Este Projeto, além das universidades, indicadas, conta hoje (2018) com novos parceiros pesquisadores de outras instituições tais como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Itapetininga; Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em constante expansão, o projeto busca também efetivar novas parcerias com países da América Latina.

Os objetivos básicos do EArte são recuperar produções acadêmicas e científicas sobre EA no Brasil, a partir de critérios de busca, e, conforme descritores previamente estabelecidos, identificá-los e classificá-los constituindo assim um acervo destes trabalhos. Além de realizar estudos descritivos e analíticos, o projeto visa divulgar as informações sistematizadas, pois pode auxiliar e contribuir com futuros

trabalhos de pesquisadores ou interessados sobre a temática ambiental e o processo educativo.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, com intuito de identificar teses e dissertações produzidas sobre educação ambiental nos programas de pós-graduação na área da Sociologia.

3.2 A pesquisa do tipo “estado da arte”.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, ou ainda chamado de “metapesquisa” (pesquisa sobre pesquisa). Este tipo de investigação tem como desafio mapear e analisar produções acadêmicas de determinadas áreas de conhecimento, buscando estabelecer um panorama geral sobre o que vem sendo produzido, além de destacar o que tem sido privilegiado e até mesmo silenciado nestas áreas de conhecimento (FERREIRA, 2002b).

De acordo com Megid-Neto (2009), que discute a produção acadêmica para consolidação e desenvolvimento da área de conhecimento em EA no Brasil, esse tipo de pesquisa pretende identificar e analisar trabalhos, com intuito de gerar contribuições para avançar o conhecimento na área. Segundo o autor, tal tipo de pesquisa busca,

[...] **inventariar, sistematizar e avaliar a produção** em determinada área do conhecimento, o que implica a identificação dos trabalhos produzidos nesta área; a seleção e classificação dos documentos segundo critérios e categorias estabelecidos em conformidade com os interesses e objetivos do pesquisador; **a descrição e análise das características e tendências** do material; e a avaliação dos principais **resultados, contribuições e lacunas** (MEGID-NETO, 2009, p.97, grifo nosso).

Considerando o significativo aumento de pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas, Carvalho (2015) reconhece a importância e necessidade de pesquisas desta natureza. Por isto, a escolha deste tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar não apenas a qualidade das pesquisas e trabalhos que têm sido produzidos, mas também para, de acordo com Megid-Neto (2009), identificar algumas lacunas que existem na produção científica e acadêmica na área, o que vai

permitir incentivos para novos estudos. Ainda, segundo o autor, por ter um caráter de especulação futura e de iluminação de novos caminhos para a área em questão,

[...] trata-se de conhecer o que se sabe sobre determinado campo de conhecimento, bem como o que se deve ou precisa saber para fazer avançar o campo, passado e futuro, com vistas ao planejamento e desenvolvimento do estado presente (MEGID NETO, 2009, p.97).

Segundo Carvalho, (2015), parece haver uma consensual constatação entre os pesquisadores do campo que, a pesquisa em Educação Ambiental no Brasil, tem sido desenvolvida substancialmente pelas abordagens de natureza qualitativa.

A pesquisa do tipo “estado da arte” se caracteriza por uma investigação de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), exige que os dados sejam examinados com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que permita ao pesquisador estabelecer uma compreensão mais esclarecedora de seu objeto de estudo. Os autores expõem cinco características que constituem o processo da abordagem qualitativa na investigação,

1. Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. [...]
2. A investigação qualitativa é descritiva. [...]
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. [...]
4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. [...]
5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.47-50).

As pesquisas de natureza qualitativa produzem grande volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos através de um processo de identificação de categorias e interpretações, de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajde (1998). Segundo os autores, isto se faz,

[...] através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organizações e interpretação de dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDE, 1998, p. 170).

Para a interpretação dos dados, utilizamos a técnica de *análise de conteúdo*, proposta por Bardin (2016), que consiste de um modo geral em uma pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a partir de interpretação – técnica que será melhor detalhada e desenvolvida no próximo item.

3.3 Técnica de análise: análise de conteúdo.

A técnica escolhida para organização dos dados e que vai orientar as análises é a “*análise de conteúdo*”, proposta por Bardin (2011), cuja definição é,

(...) Conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (qualitativos ou não).*

(...) um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (BARDIN, 2011, p.15 e 44).

A primeira fase, do desenvolvimento desta técnica se inicia com o que a autora denomina “leitura flutuante”, momento em que se estabelece o primeiro contato com os documentos, a fim de conhecer os textos, ter as primeiras impressões e, pouco a pouco, tornar a leitura mais aprofundada e precisa, em função das hipóteses emergentes (BARDIN, 2011).

A “leitura flutuante” foi realizada primeiramente a partir dos resumos dos trabalhos selecionados. Esta leitura se deu como um primeiro contato para se conhecer e saber do que trata cada trabalho.

O procedimento de *análise de conteúdo* se organiza em três momentos cronológicos, em diferentes fases. De acordo com a autora,

As diferentes fases de análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) **a pré-análise**; 2) **a exploração do material**; 3) **o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação** (BARDIN, 2011, p.125, grifo nosso).

A “**pré-análise**”, de acordo com Bardin (2011), é a fase da organização, da sistematização das ideias iniciais, possuindo geralmente três missões que não se sucedem obrigatoriamente, embora estejam estreitamente ligadas, são elas: a) *escolha dos documentos*; b) *formulação de hipóteses e objetivos*; c) *elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final*.

A “*escolha dos documentos*” pode ser determinada de acordo com algumas regras indicadas pela autora: regra da exaustividade; regra da representatividade;

regra da homogeneidade; regra da pertinência. A partir das quais permitem constituir o *corpus* do trabalho.

A ‘regra da exaustividade’ significa não deixar de fora qualquer elemento por nenhuma razão que não possa ser justificável no plano do rigor (princípio da não seletividade).

A ‘regra da representatividade’, indica que a análise pode efetuar-se em uma amostra, desde que o material permita, pois nem todo material é suscetível de amostragem e, só pode ser considerada rigorosa se for parte representativa do todo.

A ‘regra da homogeneidade’ diz respeito aos critérios de escolha, uma vez que os documentos não podem apresentar muita singularidade fora dos critérios estabelecidos, ou seja, utilizar sempre técnicas idênticas para seleção do *corpus*.

E, por fim, a ‘regra da pertinência’ indica a seleção de documentos adequados, enquanto fonte de informação, para que estes correspondam aos objetivos que suscitam a análise.

A “*formulação de hipóteses e objetivos*” faz parte do momento inicial da pesquisa. Uma hipótese é de maneira geral uma afirmação provisória que nos propomos verificar e, enquanto não for submetida a prova de dados seguros, trata-se apenas de uma suposição. Já o objetivo é a finalidade geral a que nos propomos, é o que nos apresenta o direcionamento da pesquisa e os resultados esperados com o trabalho.

A “*elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final*” é o item em que o pesquisador trará informações sobre a escolha de índices ou categorias que surgirão das questões norteadoras e a organização destes em indicadores ou temas, destacando os que se repetem com mais frequência no texto e transformando-os em unidades comparáveis de categorização para análise temática dos dados (BARDIN, 2011).

A “**exploração do material**” consiste em operações de codificação, ou seja, tratar o material. A codificação corresponde a uma transformação, “*processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades que permitem uma descrição das características do conteúdo*”(BARDIN, 2011, p.133). Nesta fase são criadas “unidades de registro” – significação codificada que visa categorização – e contagem de frequência que aparecem determinadas palavras, frases ou temas. As unidades de registro mais utilizadas são: as palavras (palavras-chave; palavras-tema) e os temas (afirmação acerca de um assunto, baseados em

critérios) que, geralmente são utilizados como unidades de registros para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de tendências. No texto, a presença frequente de elementos funciona com um indicador veiculando sentidos. Mas para certos objetivos, a ausência se constitui como uma variável importante, podendo esconder ou até mesmo revelar sentidos. Segundo Bardin,

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 2011, p.135).

O **“tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”**, seria a última etapa do polo cronológico. Também faz parte desta etapa, criar “categorias de análise”, que nada mais é do que a passagem dos dados brutos aos dados mais organizados. É a classificação de elementos que constitui conjuntos por diferenciação seguida por um reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. O que permite o agrupamento de elementos em categorias, segundo Bardin (2011), é a parte comum que existe entre eles. Duas etapas comportam o processo de categorização: o *inventário* (isolar os elementos) e a *classificação* (repartir os elementos e impor organização às mensagens encontradas). A categorização tem por objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos e deve refletir as intenções de investigação, ou seja, as questões da pesquisa.

A intenção de qualquer investigação, segundo Bardin (2011), é produzir inferências válidas a partir dos dados. Inferência significa: *“operações lógicas, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras* (BARDIN, 2011, p.45). Inferência é o termo utilizado para designar a indução a partir dos fatos e pode ser distinguida entre inferências mais específicas (quando se pretende responder à uma questão mais objetiva) e inferências gerais (quando se pretende saber se existe uma lei relacional entre as variáveis). As inferências levam às interpretações que vão no sentido de buscar os conteúdos implícitos veiculados pelos enunciados.

Por fim, o “gesto” de interpretação é assumido, sendo um gesto simbólico que dá sentido, fazendo a significação. Não há sentido sem interpretação, portanto deverá sempre existir uma interpretação que atribui sentido ao que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso (BARDIN, 2011).

Apresentados o contexto da pesquisa, o tipo de pesquisa e a técnica de análise, vamos, no próximo item, apresentar como foi constituído o *corpus* documental desta pesquisa.

3.4 Constituição do *corpus* documental.

Para realização deste trabalho, foi necessário selecionar o banco de dados que serviu para compor o *corpus* documental da pesquisa. Como a proposta da pesquisa é analisar teses e dissertações de EA e por ser integrante do grupo de pesquisadores do projeto EArte, este foi escolhido como fonte de busca, cumprindo assim, com um dos objetivos daquele projeto que é o de desenvolver estudos na linha do “estado da arte” da pesquisa em educação ambiental de natureza mais analítica, a partir de diferentes focos e abordagens explorados pelos pesquisadores. Os trabalhos disponíveis até o ano de 2018, consultados no mês de outubro, no *website* do projeto EArte compreende o período entre 1981 a 2016.

Podemos encontrar no *website* do Projeto EArte, fichas catalográficas de cada trabalho com as seguintes informações de base institucional: título, nome do programa de pós-graduação; autor e orientador; instituição IES e grau de titulação; unidade/setor; ano de defesa; cidade e UF; dependência administrativa. Informações complementares também estão disponíveis tais como: resumo; palavras-chave. Até 2012, podemos também encontrar informações como: *links* de acesso às fichas na CAPES; classificações; contexto educacional; temas de estudo.

Os critérios para escolha dos termos de busca para composição do *corpus* documental foram definidos de acordo com o que propõe este trabalho, ou seja, pesquisar teses e dissertações sobre educação ambiental⁷ produzidas em programas de pós-graduação vinculados à área da Sociologia, na CAPES. Para isto, utilizamos como termos de busca as palavras “Sociologia” e “Ciências Sociais”. Esses termos foram escolhidos com base na composição da avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES, apresentada no capítulo anterior, que, no caso da Sociologia, abrange, além desta área, a área das ciências sociais como modelo transdisciplinar.

⁷ Os trabalhos foram classificados como sendo de educação ambiental pelo grupo de pesquisa do EArte. Os critérios desta classificação estão disponíveis no site do Projeto: www.earte.net.

Seguimos também a “regra da homogeneidade”, proposta por Bardin (2011), ou seja, utilizar sempre técnicas idênticas para seleção do *corpus*.

Para identificar as teses e dissertações que compõe o *corpus* documental desta investigação visitamos o *website* do Projeto EArte <<http://www.earte.net>>. Na página inicial do *website* clicamos no botão “Banco EArte”, localizado no canto superior direito da página e fomos direcionados para o “Banco de Teses – EArte”, onde estão localizados os botões de busca e diversos filtros para pesquisa. No espaço destinado a filtrar por “Programa Pós Graduação”, inserimos o termo “Sociologia” e clicamos em “Buscar”, com objetivo de identificar todos os trabalhos, previamente classificados pelos pesquisadores do projeto, produzidos em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES, como podemos ver na Figura 1.

Figura 1 - Filtros do banco de dados do *website* do Projeto EArte com o termo de busca “Sociologia”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações do *website* Projeto EArte.

Esta busca resultou o total de 38 trabalhos. Da mesma maneira, uma nova busca foi realizada agora com o outro termo, anteriormente definido, “Ciências Sociais” no filtro “Programa Pós Graduação” e clicamos novamente em “Buscar”, como mostra a Figura 2:

Figura 2 - Filtros do banco de dados do *website* do Projeto EArte como termo de busca “Ciências Sociais”.

Adicione Filtros:

Ano de até

Instituição
Digite uma ou mais letras

Grau de Titulação
-- Selecione --

Programa Pós Graduação
Ciências Sociais

Estado/UF
-- Selecione --

Dependência Administrativa
-- Selecione --

Buscar

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações do *website* Projeto EArte.

Desta nova busca identificamos o total de 14 trabalhos. A partir da soma dos resultados obtidos das duas buscas, referentes aos dois termos, contabilizamos o total de 52 trabalhos.

Partimos, então, para a leitura das 52 fichas catalográficas disponibilizadas no *website* do Projeto EArte. Ao realizar esta leitura, verificamos que 22 trabalhos, dos 38 identificados na primeira busca com o termo “Sociologia”, estão inseridos em programas de pós-graduação em Psicossociologia. Esse resultado se deu quando o buscador do website cruzou e associou a raiz e o radical da palavra Psicossociologia, retornando todos os termos que continham “sociologia”. Porém, ao pesquisar a área de avaliação destes programas na CAPES, verificamos que os mesmos estão sob a área da avaliação da Psicologia e não da Sociologia. Da mesma maneira, verificamos que 01 trabalho dos 14 identificados na segunda busca, a partir do termo “Ciências Sociais”, não corresponde a produção de pesquisa realizada em programas vinculados à área da Sociologia na CAPES, mas sim na área de avaliação Interdisciplinar. Apesar de abordarem a temática ambiental e o processo educativo, estes 23 trabalhos não foram concluídos em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, por isto, a partir da “regra da pertinência”, proposta por Bardin (2011), a qual indica que a seleção dos documentos deva corresponder aos objetivos da pesquisa, foram excluídos do nosso *corpus* documental.

Constatamos, também, que embora classificada pelos pesquisadores do Projeto EArte como sendo de Educação Ambiental, excepcionalmente 01 dissertação de mestrado não se enquadra nos critérios de inclusão do Projeto, ou seja, não contempla a temática ambiental e o processo educativo, por isso também foi excluída.

É importante registrar que quando falamos em pesquisas sobre Educação Ambiental, estamos nos baseando nos critérios de classificação do Projeto EArte, ou seja, àquelas pesquisas que *“tenham como foco a relação entre o processo educativo e a temática ambiental”* (CARVALHO *et al.*, 2016, p.4).

Sendo assim, a quantidade final de teses e dissertações que constitui o *corpus* documental definitivo para desenvolvimento da pesquisa é de 28 trabalhos, sendo 17 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado. Os trabalhos foram organizados por ordem cronológica de publicação e cada um recebeu um código de identificação, como mostra a Tabela 3:

Tabela 3 -*Corpus* documental das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

Código dos trabalhos	Tipo de Trabalho	Título das teses e dissertações	Autor
Tr.01D	Dissertação	Ecologia e Administração de Empresas: um estudo de caso na Fundação Educacional da região de Joinville/Furj.	Iolanda Ferreira Muller
Tr.02D	Dissertação	Ecologia Política e Educação: a sensibilidade ecológica em adolescentes do Colégio Catarinense e proposta de Educação Ecológica para Santa Catarina.	Ivo Fachini
Tr.03D	Dissertação	Reciclando o cotidiano: o lixo como política pública e como representação social.	Ariane Kuhnen
Tr.04T	Tese	Ecofeminismo e complexidade.	Regina Celia di Ciommo
Tr.05T	Tese	Entre o plantar e o colher: representações e saberes envolvidos na extensão rural	Leila Chalub Martins
Tr.06D	Dissertação	ONGs, a utopia da sustentabilidade? O caso da Associação de Agricultura Orgânica.	Simone Cristina de Oliveira
Tr.07D	Dissertação	Concepções e práticas ambientais: a construção do saber sobre o meio ambiente no ensino fundamental.	Carmem Dal Lago
Tr.08T	Tese	A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental	Philippe Pomier Layrargues

Tr.09D	Dissertação	Educação Ambiental e a cidade de Curitiba: um estudo sobre as representações sociais das professoras da rede municipal de ensino.	Gilfredo Carrasco Maulin
Tr.10T	Tese	Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios	Gustavo Ferreira da Costa Lima
Tr.11T	Tese	Cidadania em construção: possibilidades e limites no processo de exclusão/inclusão social no Núcleo Cooperativa de Lixo do Real Parque	Sonia Maria Rezende Camargo de Miranda
Tr.12D	Dissertação	Sociedade e natureza nas ondas do rádio na Amazônia: representações e significados	Cynthia Figueiredo Camargo
Tr.13T	Tese	O ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí.	Humberto Luis de Deus Inacio
Tr.14T	Tese	Em busca do equilíbrio perdido com a natureza: a relação entre uma comunidade urbana em João Pessoa - PB com a mata, o rio e os novos projetos socioambientais.	Silvana Eloisa da Silva Ribeiro
Tr.15D	Dissertação	Educação Ambiental: um estudo de experiências nas escolas municipais de Natal	Magnus José Barros Gonzaga
Tr.16T	Tese	Reações e reacomodação de uma comunidade frente ao processo de criação de um parque e frente ao seu funcionamento real	Maria do Carmo Couto Teixeira
Tr.17D	Dissertação	Políticas públicas ambientais e seus nexos com a educação: um estudo no município de Sinop-MT	Enaide Tereza Rempel
Tr.18D	Dissertação	Políticas públicas e propósitos socioambientais: educação ambiental no ensino público de Cáceres-MT	Marco Antonio Pagel
Tr.19D	Dissertação	Saberes, percepções e imagens: uma etnografia com jovens escolares de uma região do entorno do Parque Estadual do Utinga (Belém/Ananindeua-Pará, 2011-2012)	Breno Augusto Garcia Sales
Tr.20T	Tese	Gestão de desastres e política de assistência social: estudo de caso de Blumenau/SC.	Rubia dos Santos
Tr.21D	Dissertação	Percepção ambiental dos estudantes do ensino médio em Porto Real-RJ	Iuri Duque Incarnação
Tr.22T	Tese	As cidades, os rios e as escolas: um estudo de caso das práticas de Educação Ambiental nas cidades de Natal e Mossoró-RN	Maria Betânia Ribeiro Torres
Tr.23D	Dissertação	Os interesses políticos pedagógicos na educação ambiental escolar: uma análise nas escolas municipais de São João da Barra	Felipe Amaral de Vasconcellos
Tr.24D	Dissertação	Ambientalização, audiovisual e desenvolvimento: percursos etnobiográficos	Luisa Godoy Pitanga

Tr.25D	Dissertação	Educação Ambiental e cidadania em área de risco de deslizamento: o caso do alto do Tabuazeiro (Vitória, Espírito Santo)	Ricardo Matos de Sousa
Tr.26D	Dissertação	Relações institucionais e sociais no âmbito do licenciamento ambiental: estudo de caso do projeto territórios do petróleo	Henrique Pedro Pereira da Silva
Tr.27T	Tese	Sustentabilidade e a questão urbana ambiental: o setor confeccionista de Divinópolis	Maria de Lourdes Couto Nogueira
Tr.28D	Dissertação	Desenvolvimento, barbárie e Educação ambiental: reprodução comportamentalista ou construção de enfrentamentos para além do capital? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA	Tauan de Almeida Sousa

Fonte: elaborada pela autora, a partir do banco de dados do Projeto EArte.

Vimos na Tabela 3, o código de cada trabalho (elaborados por nós afim de facilitar a citação e sua identificação), o tipo e o título de cada trabalho, bem como o nome de seu respectivo autor. Utilizamos as letras “D” e “T”, para diferenciar os trabalhos entre Dissertações e Teses, respectivamente.

A nova etapa no desenvolvimento da pesquisa centrou-se no esforço de encontrar os arquivos completos das teses e dissertações para leitura e análise dos dados. Parte do material foi disponibilizado pelo projeto EArte e outra parte resultou de busca *online* em repositórios, catálogos eletrônicos e bibliotecas virtuais das instituições de ensino superior, onde foram desenvolvidas as pesquisas (materiais ainda não encontrados pelo grupo de pesquisadores do projeto). Após estas buscas, foram encontrados o total de 26 trabalhos completos para análise. Não conseguimos encontrar apenas 02 trabalhos completos, sendo eles o Tr.16T e o Tr.25D. Entramos em contato diversas vezes com a autora do Tr.16T, mas esta não nos enviou uma cópia do trabalho. Já o Tr.25D, não conseguimos contato com o autor.

Apresentados o contexto da pesquisa, o tipo de pesquisa, a técnica de análise e o *corpus* documental, apresentaremos no próximo capítulo, resultados de análises das teses e dissertações, objeto de nossa investigação.

4 MAPEAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES.

Buscando corresponder aos objetivos propostos por este trabalho, neste capítulo, vamos apresentar o mapeamento das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, a partir do *corpus* documental indicado no capítulo anterior, o qual consiste em 28 trabalhos⁸, sendo 17 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, contemplando o contexto institucional, distribuição temporal e distribuição geográfica.

É importante ressaltar o recorte temporal que situam as análises propostas pela presente pesquisa. Indicamos no capítulo anterior, no item que apresentamos a constituição do *corpus* documental, as teses e dissertações disponíveis até o momento da última consulta realizada para o desenvolvimento desta pesquisa, em outubro de 2018, mês em que pudemos ratificar e retificar as informações de buscas anteriores). O período compreende os anos de 1989 a 2016. Portanto, apresentaremos a seguir os dados que foram sistematizados a partir dessas informações.

4.1 Contexto Institucional.

Buscamos neste item, explorar o contexto institucional de desenvolvimento dos trabalhos analisados.

A partir da busca realizada, identificamos os programas de pós-graduação a que pertencem os trabalhos, bem como a instituição de ensino superior onde foram defendidos, conforme distribuição na Tabela 4.

Tabela 4 - Programas de pós-graduação e IES onde foram produzidas as teses e dissertações que compõem o *corpus* documental da pesquisa.

Programa de Pós-Graduação	Instituição de Ensino Superior	Trabalhos	Qtd. Trabalhos por programa
Ciências Sociais	UFMA	Tr.28D	12
	UEL	Tr.12D	
	UFPA	Tr.19D	
	UFRN	Tr.15D, Tr.22T	
	PUC/SP	Tr.11T, Tr.27T	

⁸ Neste capítulo, para apresentar os dados relativos ao mapeamento, estamos nos referindo aos **28 trabalhos identificados** na constituição do *corpus* documental.

	Unisinos	Tr.17D, Tr.18D	
	Unicamp	Tr.05T, Tr.08T, Tr.10T	
Sociologia	UFRS Unesp Araraquara UFPE	Tr.07D Tr.04T, Tr.06D Tr.14	04
Sociologia Política	Ufsc Uenf - Campo dos Goytacazes UVV	Tr.01D, Tr.02D, Tr.03D, Tr.09D, Tr.13T, Tr.20T Tr.23D, Tr.26D Tr.25D	09
Sociologia e Antropologia	UFRJ	Tr.24D	01
Sociologia e Direito	UFF	Tr.21D	01
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	UFRRJ	Tr.16T	01

Fonte: elaborada pela autora.

Verificamos, na Tabela 4, que os 28 trabalhos identificados foram produzidos em 16 diferentes Instituições de Ensino Superior. Do total dos trabalhos, 12 foram produzidos em programas de pós-graduação em Ciências Sociais, sendo: 01 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); 01 na Universidade Estadual de Londrina (UEL); 01 na Universidade Federal do Pará (UFPA); 02 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 02 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); 02 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); 03 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Já nos programas de pós-graduação em Sociologia, encontramos 04 trabalhos, sendo: 01 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); 02 na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara; 01 na Universidade Federal de Pernambuco. Nos programas de pós-graduação em Sociologia Política foram encontrados 09 trabalhos assim distribuídos: 06 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 02 na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) campus de Campos dos Goytacazes; 01 na Universidade de Vila Velha (UVV). No programa de pós-graduação em Sociologia e

Antropologia encontramos 01 trabalho na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); No programa de pós-graduação em Sociologia e Direito foi encontrado 01 trabalho na Universidade Federal Fluminense (UFF) e, finalmente, no programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade encontramos 01 trabalho na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Observamos na Tabela 4 que apenas 05 trabalhos foram produzidos em instituições privadas, sendo o Tr.11T e Tr.27T na PUC-SP; Tr.17D e Tr.18D na Unisinos e o Tr.25D na UVV, o que representa 18% do total, enquanto os 23 outros trabalhos foram produzidos em instituições públicas, somando 15 trabalhos em IES federais e 08 trabalhos em IES estaduais, representando 82% do total. Esses dados representam o predomínio do ensino superior público como espaço para realização de pesquisas sobre EA em programas de pós-graduação em sociologia e estão em consonância com outras pesquisas realizadas anteriormente tais como Junta e Santana (2011) e Carvalho *et al.* (2009) que constata o sistema universitário público como *lócus* privilegiado para produção de pesquisa no país.

Ao tentarmos compreender o predomínio das instituições federais e estaduais de ensino superior em detrimento das instituições privadas, quanto à produção de pesquisa, podemos inferir que desde a criação do ensino superior privado, regulamentado pela Reforma Universitária de 1968, a concepção do ensino público foi subvertida. Enquanto o ensino superior público buscava a articulação entre ensino e pesquisa, a preservação da autonomia acadêmica, o compromisso com o interesse público, o novo padrão de mercado educacional privado, converteu a demanda em clientela e consumidores educacionais, a partir da sua estruturação nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico (LIEDKE FILHO, 2005; MARTINS, 2009).

Por um lado, segundo Liedke-Filho (2005) e Martins (2009), a Reforma de 1968 permitiu ao ensino superior público: criar uma política nacional de pós-graduação; desenvolver cursos *stricto sensu*; institucionalizar a produção científica; promover a carreira acadêmica, a progressão docente a titulação acadêmica e o regime de tempo integral ao seu docente, dedicando-se tanto ao ensino, à pesquisa e à extensão. Por outro, ainda segundo esses autores, nas instituições privadas, é possível observar: o baixo índice de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; atividades estruturadas para um ensino de estilo profissionalizante e voltado para suprir mão de obra para mercado de trabalho; professores empregados sob o regime de horas, com pequeno volume de

titulação acadêmica, os quais se dedicam, em sua maioria, às atividades de ensino, com notável ausência de atividades de pesquisa.

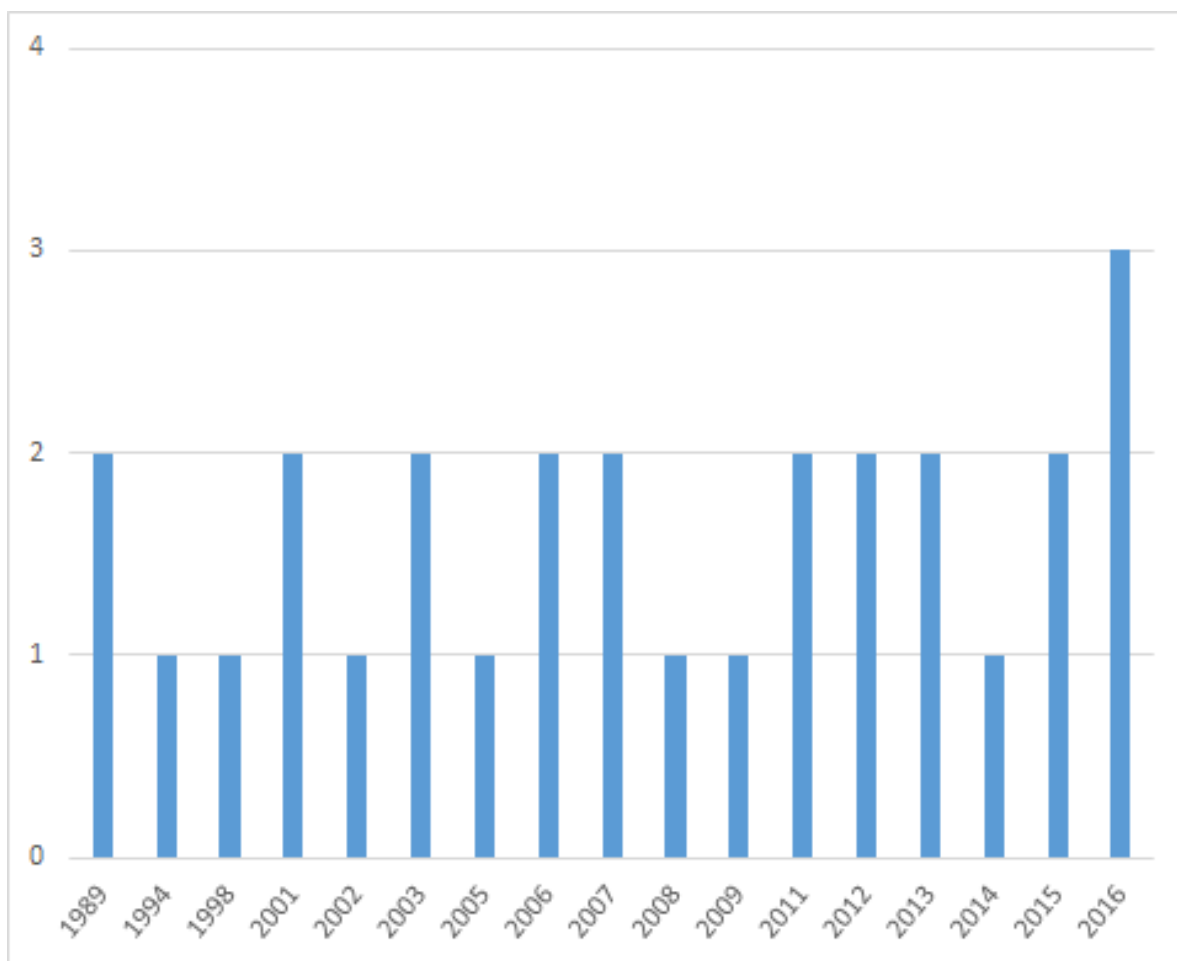
Apesar do expressivo crescimento de programas de pós-graduação em faculdades privadas, como apontou Carvalho; Tomazelo; Oliveira (2009), podemos perceber ainda que a quantidade de pesquisas produzidas, nesses espaços, é pouco representativa quando comparada à produção de pesquisa em universidades públicas.

No próximo item, vamos apresentar a distribuição temporal dos trabalhos aqui analisados.

4.2 Distribuição temporal.

Dentre diversos aspectos, procuramos sistematizar os dados relacionados à distribuição temporal das teses e dissertações que compõe o *corpus* desta pesquisa, trazendo o número de trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos. No Gráfico 1, procuramos indicar a quantidade de trabalhos concluídos ano a ano, durante o período de 1989 a 2016 e, simultaneamente, a variação no número de trabalhos no decorrer desse período.

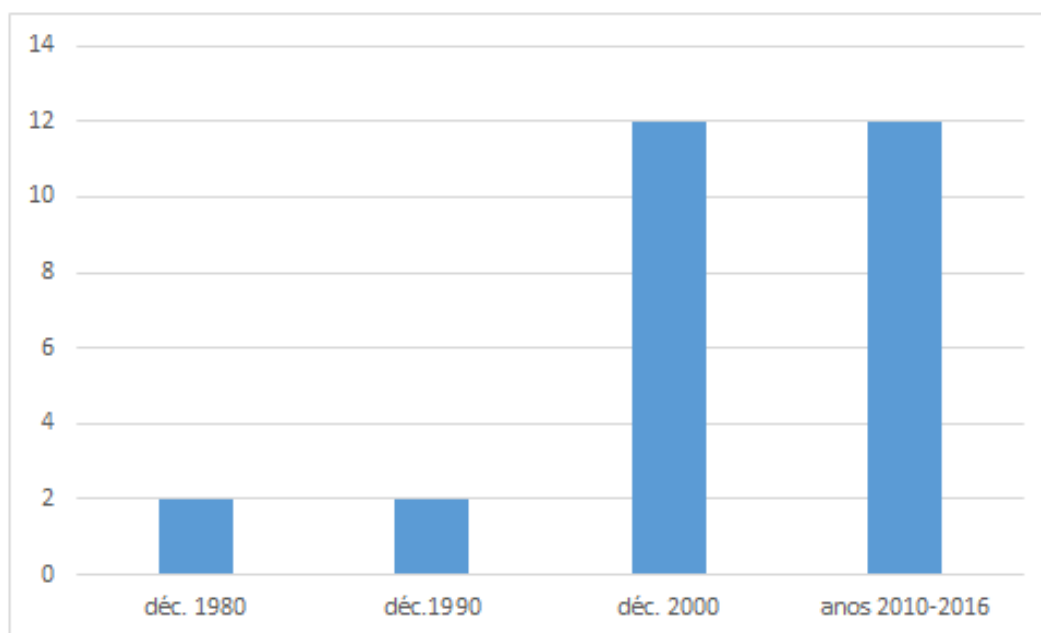
Gráfico 1 - Distribuição temporal, ano a ano, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.



Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, podemos verificar que o primeiro e segundo trabalho sobre educação ambiental produzidos nos programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, foram publicados no ano de 1989. Se observamos a variação de produção, ano a ano, podemos perceber que não houve grande oscilação na quantidade de pesquisas realizadas. Porém se observarmos o crescimento por períodos, perceberemos um aumento significativo. Vejamos no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição temporal, por período, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.



Fonte: elaborado pela autora.

A partir das informações contidas no Gráfico 2, é notável o crescimento da produção científica sobre educação ambiental concluídas em programas de pós-graduação vinculado à Sociologia, a partir dos anos 2000. Tal crescimento permite observar que o interesse em estudar a educação ambiental, a partir do campo da Sociologia, vem crescendo. Esses dados corroboram ao que Carvalho (2015) e Zane (2017) afirmam quanto a evidente capilaridade da temática da educação ambiental nas diferentes áreas acadêmicas, expondo sua facilidade para conexões interdisciplinares e sua abrangência tanto como campo em si, quanto objeto de interesse de estudo de outros campos, como é o caso das teses e dissertações em Sociologia analisadas, as quais têm na educação ambiental seu foco de estudo.

Veremos na Tabela 5 a quantidade e os trabalhos produzidos de acordo com cada período.

Tabela 5 - Distribuição temporal, por período, e quantidade de teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas de 1989 a 2016, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

Período	Trabalhos	Qtd.
1980	Tr.01D, Tr.02D	2
1990	Tr.03D, Tr.04T	2
2000	Tr.05T, Tr.06D, Tr.07D, Tr.08T, Tr.09D, Tr.10T, Tr.11T, Tr.12D, Tr.13T, Tr.14T, Tr.15D, Tr.16T	12
2010 - 2016	Tr.17D, Tr.18D, Tr.19D, Tr.20T, Tr.21D, Tr.22T, Tr.23D, Tr.24D, Tr.25D, Tr.26D, Tr.27T, Tr.28D	12

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme dados indicados na Tabela 5, os trabalhos Tr.01D e Tr.02D se inserem no contexto final da década de 1980. Na década de 1990, encontramos também apenas dois trabalhos concluídos, são eles Tr.03D, Tr.04T. Este momento ainda não apresentava crescimento na produção de pesquisa sobre educação ambiental na área da Sociologia. A maior concentração das teses e dissertações realizadas sobre EA nesses programas encontra-se a partir dos anos 2000, virada do milênio. Podemos observar um salto de mais de 600% nas produções, em relação a década anterior. Encontramos 12 trabalhos na década dos anos 2000, sendo eles Tr.05T, Tr.06D, Tr.07D, Tr.08T, Tr.09D, Tr.10T, Tr.11T, Tr.12D, Tr.13T, Tr.14T, Tr.15D, Tr.16T. No período entre 2010-2016, portanto 06 anos, encontramos o total de 12 trabalhos, Tr.17D, Tr.18D, Tr.19D, Tr.20T, Tr.21D, Tr.22T, Tr.23D, Tr.24D, Tr.25D, Tr.26D, Tr.27T, Tr.28D. Estes dados oferecem indício, a partir da década dos anos 2000, de uma tendência de crescimento de pesquisas na área em questão. Podemos a partir de uma projeção até o ano de 2019 (fechamento da década 2010), inferir um crescimento da produção na área da Sociologia, baseados no Relatório 2016 do Projeto EArte, o qual estima crescimento anual na produção de teses e dissertações que trabalham com educação ambiental nas diversas áreas do conhecimento⁹.

Observa-se que os dados apresentados na Tabela 5, corroboram o que Ferreira (2002a) aponta sobre o interesse tardio da Sociologia em relação à temática ambiental. Pode-se inferir, que o contexto internacional e o próprio cenário político

⁹O Banco de dados do Projeto EArte consta atualmente com 4205 trabalhos catalogados (outubro de 2018).

brasileiro e seus reflexos nas políticas educacionais, sobretudo no crescimento da pós-graduação no país, são fatores que vão refletir no aumento de pesquisas mostrados na Tabela 5.

Neste sentido, dialogando com a literatura, podemos depreender que, se por um lado Leff (2016) nos fala de um esquecimento da natureza pela Sociologia, essa “lembrança” começa a ganhar contornos na produção brasileira a partir dos anos 2000, corroborando para tal, o reflexo de conferências internacionais e de mobilizações dos movimentos sociais e ambientalistas que começam a trazer à cena do debate público a questão ambiental, bem como o interesse de pesquisadores desta temática ao apresentar trabalhos em eventos científicos na área da Sociologia.

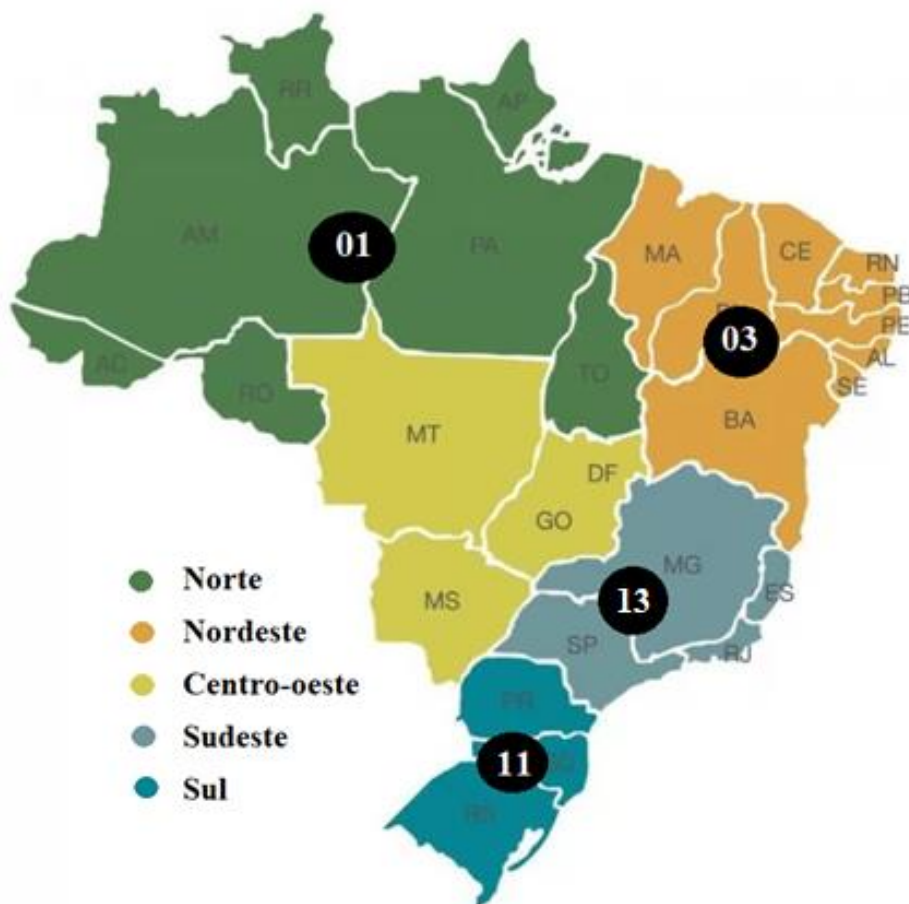
No item seguinte, vamos explorar a distribuição geográfica onde foram produzidas as teses e dissertações analisadas, com intuito de apresentar as diferenças distributivas na produção acadêmica, por região, da produção de pesquisas com a temática proposta no presente trabalho.

4.3 Distribuição geográfica.

Ao analisar a distribuição geográfica dos programas de pós-graduação, no Brasil, vinculados à Sociologia, de acordo com dados obtidos pelo Documento de área da Sociologia da CAPES, é relevante registrar que, dos 51 programas cadastrados, a área que apresenta uma concentração mais significativa é a Sudeste, com 44% dos programas, seguido pela região Nordeste com 26%. Já a região Sul conta com 19% dos programas, a região Centro-oeste com 7% e, por fim, a região Norte com 4% dos programas.

No contexto regional de produção das teses e dissertações analisadas, podemos identificar que apenas 01 trabalho foi produzido na região Norte, 03 na região Nordeste, 13 na região Sudeste, 11 na região Sul e nenhum na região Centro-oeste, conforme observamos na Figura 3, a seguir:

Figura 3 - Distribuição geográfica das teses e dissertações, sobre educação ambiental, em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.



Fonte: elaborada pela autora.

A partir da Figura 3, podemos observar a quantidade de trabalhos produzidos por regiões. Foram 13 trabalhos produzidos em programas de pós-graduação vinculado à Sociologia, na CAPES, na região Sudeste; na região Sul foram 11 trabalhos produzidos; na região Nordeste 03 trabalhos produzido; na região Norte 01 trabalho produzido; nenhum na região Centro-oeste. Podemos ver os trabalhos produzidos por região, na Tabela 6.

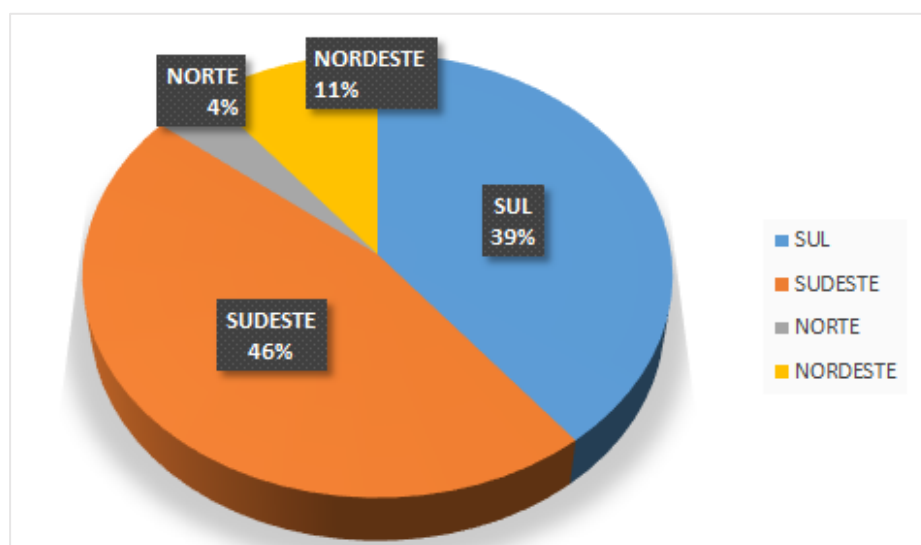
Tabela 6 - Distribuição geográfica das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

Regiões	Trabalhos	Nº de trabalhos
Sudeste	Tr.04T, Tr.05T, Tr.06D, Tr.08T, Tr.10T, Tr.11T, Tr.16T, Tr.21D, Tr.23D, Tr.24D, Tr.25D, Tr.26D, Tr.27T	13
Sul	Tr.01D, Tr.02D, Tr.03D, Tr.07D, Tr.09D, Tr.12D, Tr.13T, Tr.14T, Tr.17D, Tr.18D, Tr.20T	11
Nordeste	Tr.15D, Tr.22T, Tr.28D	03
Norte	Tr.19D	01

Fonte: elaborada pela autora.

Podemos verificar um evidente desequilíbrio na distribuição geográfica de produção dos trabalhos. Observa-se o grande predomínio e concentração da produção de pesquisas nos programas de pós-graduação cadastrados nas regiões Sudeste e Sul. O Gráfico 3, nos mostra a distribuição por regiões em porcentagem.

Gráfico 3 - Distribuição regional, em porcentagem, das teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.



Fonte: elaborado pela autora.

Podemos verificar a partir dos dados do Gráfico 3 que 46% das pesquisas analisadas foram produzidas na região Sudestes; 39% na região Sul; 11% na região Nordeste; 4% na região Norte. Esses dados corroboram o que abordou Carvalho (2015). O autor apontou para um desequilíbrio regional relativo a produção de pesquisa sobre educação ambiental, tanto no que se refere a produção de teses e dissertações, quanto na publicação de artigos em diversos periódicos. Indicou, ainda, uma acentuada concentração de pesquisas sobre educação ambiental na região Sudeste e Sul. O autor considera dois fatores para a compreensão desta acentuada diferença regional da produção de conhecimento sobre EA: de um lado as diferenças relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e educacional de cada região, e de outro a própria concentração de programas de pós-graduação nas regiões onde são produzidas as pesquisas sobre EA (CARVALHO, 2015). O que também nos chama atenção é a ausência de pesquisas relacionadas à Educação Ambiental desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, na CAPES, na região Centro-oeste, já que se trata de uma região palco de grandes conflitos socioambientais, que sofre constantemente com os desdobramentos oriundos de projetos desenvolvimentistas como agronegócio, ciclos de mineração, hidrelétricas, disputas por territórios, etc. Uma hipótese que pode ser levantada para essa ausência temática, na área da Sociologia, é que talvez a Faculdade de Educação da UnB, por exemplo, absorva a demanda de pesquisas sobre Educação Ambiental, sombreando o Departamento de Sociologia da UnB, que não faz menção à temática ambiental em suas linhas de pesquisa na pós-graduação. Há que se investigar, em outro momento, o que ocorre, também, na Universidade Federal de Goiás para se tentar compreender essa lacuna na região Centro-Oeste.

A partir do próximo item, buscamos responder as questões que orientam a presente pesquisa.

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DA SOCIOLOGIA: análise de teses e dissertações.

Buscando responder as questões que orientam a presente dissertação, apresentamos, neste capítulo, os temas identificados nas pesquisas analisadas, os referenciais teórico-conceituais da Sociologia identificados, bem como possíveis contribuições e especificidades da perspectiva sociológica, para o campo de pesquisa da EA, que puderam ser identificadas a partir das teses e dissertações analisadas¹⁰.

5.1 Temas de pesquisas identificados nas teses e dissertações.

Procuramos, neste item, identificar os temas de pesquisas trabalhados nas teses e dissertações sobre educação ambiental nos programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

Os temas de pesquisas de um trabalho especificam os interesses de estudo, as temáticas ou objetos das investigações, e consistem no assunto principal, ou privilegiado, estando geralmente vinculado ao seu objetivo de pesquisa (CARVALHO *et.al.*, 2016). A partir do nosso *corpus* documental, trabalhamos na identificação dos temas de pesquisas dos trabalhos na área da Sociologia.

Partimos, então, do que Bardin (2011) chamou de uma “leitura flutuante” para uma leitura mais aprofundada do material. Dessa forma, procuramos explorar em cada trabalho os objetivos, intenções e problemas de pesquisa, com intuito de criar “unidades de registro”, destacando passagens, excertos que nos ofereceram elementos para posterior identificação dos temas de pesquisa, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Excertos das teses e dissertações analisadas, que contemplam as intenções, objetos, interesses e objetivos de pesquisas.

Trabalhos	Excertos extraídos das intenções / objetivos de pesquisa dos trabalhos analisados
Tr.01D	O tema do trabalho e o estudo de caso realizado no Curso de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ). Tem como preocupação central <u>conhecer a percepção</u> que os futuros administradores possuem dos problemas ambientais que vive o município de Joinville. (...) fez-se necessário conhecer o <u>grau de consciência ecológica</u> que existe hoje nos alunos e

¹⁰ Neste capítulo trazemos dados e análises referente aos **26 trabalhos completos** aos quais tivemos acesso.

	professores da FURJ.
Tr.02D	(...) aborda a <i>temática ambiental</i> em forma de questionário, objetivando <u>medir a sensibilidade ecológica</u> em adolescentes na faixa escolar de 2º grau e término do 1º grau.
Tr.03D	Este trabalho visa avaliar, a nível de população os resultados de uma política pública de valorização e <u>tratamento de resíduos sólidos “lixo”</u> no município de Florianópolis. (...) <u>Analisa a situação dos resíduos em Florianópolis</u> e o surgimento, em 1986, de uma proposta de envolvimento da população a partir de uma política pública de <u>recuperação dos resíduos</u> .
Tr.04T	A observação de ONGs <u>Ecofeministas</u> , conectadas em rede, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mostrou o nível de incorporação de valores e práticas ambientalistas nos programas e ações que propõem mudanças nas relações sociais de gênero. (...) <u>objetivo de compreender as diversas tendências e debates entre o Ecofeminismo</u> e as teorias feministas. (...) Nesse contexto, os <u>movimentos sociais</u> , representados pelas ONGs e as entidades feministas, tem sido importantes focos para avaliação da qualidade de vida e conscientização e difusão de novos valores culturais e ecológicos.
Tr.05T	Tendo se submetido a profundas mudanças de objetivos e métodos ao longo de sua história, <u>o paradigma da extensão rural</u> , na década de 90, rompe-se ao permear-se do discurso e das contendas do ambientalismo e da luta pela posse da terra, correntes no país. <u>Compreender esse processo, revelando os segmentos sociais em ação, este e o propósito deste estudo.</u> (...) estudo reflete a preocupação metodológica de situar o atual drama social brasileiro sobre a questão fundiária que dá realce a algumas questões básicas: o desempenho, no Congresso Nacional, da bancada ruralista no “ <i>jogo da dívida</i> ” suas estratégias de condicionamento da aprovação de medidas de interesse nacional a aprovação do perdão a dívida dos agricultores junto ao Banco do Brasil; <u>a luta de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST</u> para a ocupação de terras consideradas improdutivas;
Tr.06D	Por isso ousamos apresentar uma hipótese acerca das <u>ONGs que atuam no campo</u> , conduzidas pelos princípios da agroecologia. Diante da crise econômico-ambiental que afeta tanto as esferas urbanas e rurais aparecem maneiras de driblar essa crise. <u>Atualmente sabe-se que as formas de contornar esses problemas têm sido representadas com destaque pelas ONGs.</u> Estas entidades visam assumir uma postura distinta do Estado e do Mercado, criando resistências e alternativas de permanência no sistema. (...) A partir dessa hipótese <u>“as ONGs são a utopia da sustentabilidade”</u> vamos apresentar as várias etapas do nosso trabalho, fazendo os recortes que consideramos pertinentes e por fim chegando ao nosso estudo de caso. Procuramos dar ao texto uma estrutura que permitisse acompanhar a partir desta experiência pessoal que citamos, todos os passos e os elementos que compõem o objeto de nosso estudo, percebendo suas ligações com outros assuntos que o tangenciam.
Tr.07D	O objetivo geral deste trabalho é verificar quais os aspectos que envolvem o processo de construção do saber sobre o meio ambiente, como ele se reflete nas <u>concepções e nas práticas de professores e alunos</u> e em alguns contextos extra escolares que participam deste processo.
Tr.08T	Essa tese de doutorado <u>aborda a educação ambiental como objeto de estudo sociológico e apresenta a Teoria das Ideologias como referencial teórico.</u> (...) <u>reflexão sobre a função social da educação ambiental</u> , ou seja, remete-nos ao enquadramento analítico <u>das relações estabelecidas entre a educação ambiental e a mudança social.</u>
Tr.09D	Este trabalho tem o objetivo de apresentar e <u>compreender as representações sociais das professoras</u> de ensino fundamental da rede municipal de ensino de

	Curitiba sobre a relação entre educação ambiental e a cidade
Tr.10T	A pesquisa interpreta a <u>formação e a dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil. Explora seus antecedentes históricos e culturais, a emergência e institucionalização material e simbólica do campo, (...) campo da educação ambiental em seu processo de consolidação.</u> (...) O trabalho realiza uma interpretação que simultaneamente descreve, analisa, história e problematiza criticamente a <u>formação de um novo campo social em suas identidades</u> , trajetórias, conflitos e desafios.
Tr.11T	Surgiu a ideia de um projeto de <u>coleta seletiva de resíduos sólidos</u> e organização de um sistema de cooperativa para a geração de renda sustentável com o intuito de minimizar a pobreza da população favelada do Bairro Real Parque (...) Com o objetivo de verificar se é possível a construção da cidadania em seus direitos políticos, civis e sociais com a formação de um <u>núcleo cooperativa no Real Parque ReciclaReal</u> .
Tr.12D	O objetivo deste trabalho é analisar a <u>relação sociedade e natureza presente no discurso de alunos e professores</u> de 1ª a 4ª série do ensino fundamental dos municípios de Santarém e Belterra no Pará. (...) <u>Buscou-se apreender, nas cartas, o significado da relação sociedade e natureza para esses sujeitos</u> a partir da importância que atribuem a lendas e mitos, de sua visão de mundo, de questões referentes a qualidade de vida e da sua concepção de natureza.
Tr.13T	Este estudo traça uma radiografia social, econômica e ecológica da região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, buscando identificar aspectos relacionados a um processo – em curso ou em germe – de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), no qual <u>o Ecoturismo assume papel significativo</u> , ou mesmo determinante. (...) Por outra via, constatou-se a presença de uma tomada de consciência socioambiental, a qual se amplia – ou se dissemina – no bojo da construção de <u>projetos ecoturísticos</u> .
Tr.14T	Este estudo procura <u>analisar as práticas dos projetos ambientais</u> , desenvolvidos na comunidade pela Coordenação de Educação Ambiental - SUDEMA, através do projeto Reciclagem de Papel e Geração de Renda; pela Escola São Rafael, <u>a partindo projeto “Tem uma horta na minha escola”</u> ; e pelo Programa de Extensão Universitária da UFPB, <u>através do projeto “Remédios fáceis de fazer para doenças fáceis de pegar”</u> .
Tr.15D	Trata-se de uma pesquisa <u>sobre experiências pedagógicas</u> em Educação Ambiental desenvolvidas em escolas selecionadas da Rede Municipal de Ensino de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. (...) A investigação direciona-se pela questão: <u>como estão sendo desenvolvidas as experiências pedagógicas em Educação Ambiental nas escolas?</u>
Tr.16T	TRABALHO COMPLETO NÃO ENCONTRADO.
Tr.17D	Coube ao estudo <u>interrogar sobre o nexo estabelecido entre as políticas públicas ambientais</u> e as práticas pedagógicas que orientam as práticas sociais dos atores e os interesses conflituosos em curso. (...) a pesquisa tem como cenário investigativo os conflitos ambientais gerados no processo de colonização da região norte do estado de Mato Grosso.
Tr.18D	Esta pesquisa busca interpretar a sustentabilidade nos propósitos socioeducacionais decorrentes dos <u>nexos entre as contribuições das políticas públicas ambientais mato-grossenses</u> (PrEA) e os projetos e as práticas de educação ambiental (EA) na Escola Estadual Onze de Março (EEOM), em Cáceres/MT.
Tr.19D	Esta pesquisa é uma etnografia que <u>trata dos saberes, percepções e imagens que jovens estudantes</u> de uma escola pública de ensino fundamental constroem em suas vidas enquanto moradores das proximidades do Parque Estadual do

	Utinga (PEUt) - uma área ambientalmente protegida na Região Metropolitana de Belém. (...) <u>como esses estudantes constroem conhecimentos</u> que contribuem ou que ainda não contribuem para Educação Ambiental própria àquele espaço da cidade?
Tr.20T	Este trabalho objetivou “analisar o Sistema de Gestão de Risco do município de Blumenau, buscando <u>compreender como a Política Pública de</u> Assistência Social vem sendo gestada e executada neste contexto e de que maneira este sistema pode contribuir para a construção de uma cidade mais sustentável e menos exposta ao risco de desastres socioambientais”.
Tr.21D	O presente estudo <u>analisa a Percepção Ambiental de estudantes</u> do Ensino Médio em Porto Real – RJ. Para isso, buscou-se <u>identificar as semelhanças e diferenças entre percepções</u> destes jovens a partir da escola em que estuda.
Tr.22T	O objetivo central <u>foi compreender se as práticas de educação ambiental, desenvolvidas em escolas públicas</u> estaduais e municipais, localizadas nas proximidades dos rios Potengi e Mossoró, das cidades do Natal e Mossoró-RN, respectivamente, estavam contribuindo para possíveis ressignificações da relação sociedade-natureza.
Tr.23D	Esta dissertação tem como objeto compreender a inserção da Educação Ambiental (EA) nas escolas públicas, utilizando como estudo de caso a rede municipal de ensino de São João da Barra (RJ). (...)A pesquisa foi desenvolvida inicialmente pela <u>análise</u> do contexto histórico do município e seu panorama atual socioambiental, suas perspectivas em relação ao desenvolvimento socioeconômico <u>e as políticas educacionais</u> . <u>Posteriormente a pesquisa priorizou a análise das Políticas Nacionais voltadas à promoção da Educação Ambiental</u> e a leitura da bibliografia disponível.
Tr.24D	O objetivo dessa dissertação é produzir uma autoetnografia andarilha (...) <u>Os percursos</u> de uma cientista social em uma nova inserção profissional que surge de processos de ambientalização (...) <u>etnografar</u> situações pessoais vividas <u>ao longo da formação universitária</u> , em pesquisas de campo <u>para estudos de impacto ambiental e em oficinas participativas de educação ambiental</u> .
Tr.25D	TRABALHO COMPLETO NÃO ENCONTRADO.
Tr.26D	A dissertação <u>estrutura-se em torno do Projeto de Educação Ambiental ‘Territórios do Petróleo’</u> , que se inclui <u>no ‘Programa Petrobras de Educação Ambiental da Bacia de Campos</u> : Plataformas de Cidadania. (...). Estudar e apresentar o arranjo institucional próprio do Projeto Territórios do Petróleo (PTP).
Tr.27T	A tese aborda a questão urbana ambiental relativa <u>à destinação inadequada dos resíduos sólidos</u> têxteis provenientes do setor confeccionista do vestuário em Divinópolis, cidade polo da confecção em Minas Gerais.
Tr.28D	O trabalho tem como objetivo <u>refletir sobre as possibilidades abertas pelo Projeto ECOA de Educação Ambiental Comunitária</u> , realizada por agentes ligados à ALCOA/ALUMAR, (...) Questiona-se, isto posto, se tal iniciativa atua enquanto transmissora de um quadro de valores que, pretensamente, busca apontar indicações no enfrentamento de problemas ambientais.

Fonte: elaborado pela autora a partir de excertos extraídos do corpus documental - grifo nosso.

A partir do Quadro 1, dos excertos extraídos dos trabalhos ora apresentados, nos atentamos à frequência de aparição de determinadas frases, palavras, termos, ou

seja, questões que ganhavam destaque e que são recorrentes nos textos. Isto nos possibilitou reunir ideias centrais que se assemelharam num mesmo “núcleo de sentido”, para criação de nossas categorias de análises.

O conceito de “categoria de análise”, com o qual trabalhamos, foi o formulado por Bardin (2011), apresentado no capítulo 3 desta dissertação. Isto é, criar categorias de análise significa classificar os elementos que constituem conjuntos por diferenciação seguida por um reagrupamento segundo o gênero (analogia) e o que permite o agrupamento destes elementos em categorias, segundo Bardin (2011), é a parte comum que existe entre eles.

Dessa forma, foi possível identificar elementos que permitiram a criação de 07 categorias de análise a que chamamos de temas de pesquisas, que foram identificados a partir dos trabalhos analisados, conforme Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Categorias de análise referente aos temas de pesquisa identificados nas teses e dissertações, sobre educação ambiental, produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

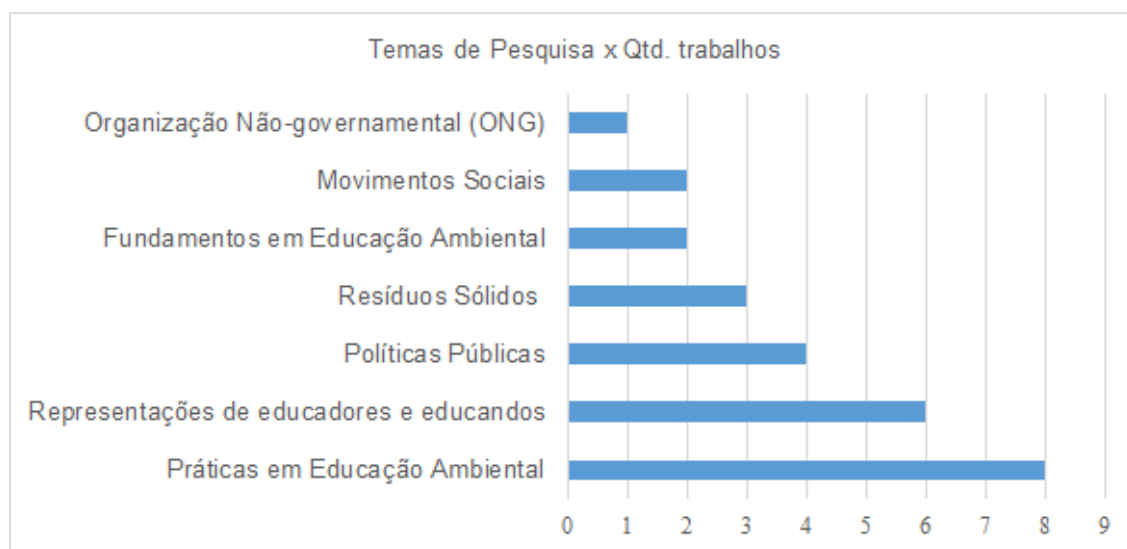
Categoria: Temas de Pesquisa em comum	Trabalhos	Qtd. Trabalhos
Práticas em Educação Ambiental	Tr.07D, Tr.13T, Tr.14T, Tr.15D, Tr.22T, Tr.24D, Tr.26D, Tr.28D	08
Representações de educadores e educandos	Tr.01D, Tr.02D, Tr.09D, Tr.12D, Tr.19D, Tr.21D	06
Políticas Públicas	Tr.17D, Tr.18D, Tr.20T, Tr.23D	04
Resíduos Sólidos	Tr.03D, Tr.11T, Tr.27T	03
Fundamentos de Educação Ambiental	Tr.08T, Tr.10T	02
Movimentos Sociais	Tr.04T, Tr.05T	02
Organizações Não-governamentais (ONGs)	Tr.06D	01

Fonte: elaborado pela autora.

Como apresentado na Tabela 7, encontramos uma diversidade temática nas teses e dissertações sobre educação ambiental desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia.

Podemos observar, no Gráfico 4, a quantidade de trabalhos que abordaram cada tema de pesquisa identificado.

Gráfico 4 - Temas de Pesquisas identificados e quantidade de trabalhos que abordam cada temática.



Fonte: elaborada pela autora.

Observamos que o tema com o qual os pesquisadores mais trabalharam, dentre os 07 identificados, foi o que denominamos *Práticas de Educação Ambiental*. Podemos verificar que 08 pesquisas, o que equivale a 30% dos trabalhos analisados, propuseram-se a analisar os resultados e, por conseguinte, a importância das práticas desenvolvidas em projetos, programas e experiências pedagógicas, que promoverem contribuições socioambientais para as comunidades envolvidas.

Os objetivos propostos nessas pesquisas buscam analisar como vêm sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas de EA em espaços escolares e não escolares, com intuito de “buscar reestabelecer o ‘equilíbrio perdido’ com elementos da natureza” (Tr.14T, p. 09), ou o de “preparar cidadãos para o exercício da vigília cidadã” (Tr.26D, p.04). Buscam ainda, questionar se tais práticas, experiências e projetos incentivam ações de enfrentamento dos problemas ambientais, se atuam de maneira crítica ao modelo de organização de sociedade ou se apenas são projetos de reprodução

social, que reproduzem o atual modelo de desenvolvimento econômico, este considerado o provedor da atual crise socioambiental.

Questiona-se, isto posto, se tal iniciativa atua enquanto transmissora de um quadro de valores que, pretensamente, busca apontar indicações no enfrentamento de problemas ambientais, mas resvala na **reprodução do atual quadro societário**, ou se atua enquanto prática que abre espaço para a atitude crítica e fornece elementos para o enfrentamento da lógica que produz o quadro de problemas hoje nomeado como crise ambiental (Tr.28D, p.09, grifo nosso)

Encontramos no trabalho Tr.14T, por exemplo, a proposta de compreender de que maneira as práticas de educação ambiental são trabalhadas e podem contribuir para mudança de comportamento em relação a natureza, como indica o seguinte excerto:

A preocupação central era comparar as dinâmicas, organizações, articulações internas e externas desses projetos, enfocando as especificidades dessas práticas e suas possíveis **contribuições nas mudanças de comportamentos** dos seus participantes em relação à natureza (Tr.14T, p. 20, grifo nosso).

Já o Tr.15D, aborda a importância da educação como uma prática que deve ser politizada, que visa a transformação social para enfrentamento dos problemas socioambientais,

Frente aos agravos ambientais, compartilhávamos a compreensão de que a educação não podia distanciar-se, de tal forma, dos problemas socioambientais e que sua prática, diante dessa realidade, **não poderia ser despolitizada e nem permanecer longe de uma perspectiva de transformação social** (Tr.15D, p. 17, grifo nosso).

Nesse sentido, a preocupação de pesquisadores ao trabalharem com tal temática, além de pertinente é necessária, uma vez que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), institui a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas relacionados a EA em parcerias com escolas, universidades e organizações não-governamentais. Assim, os resultados dessas pesquisas se apresentam como um retorno à população, no que diz respeito a importância, qualidade e eficácia dessas práticas pedagógicas e que devem ser contextualizadas à realidade socioambiental local.

Uma outra categoria que ganhou destaque nas análises foi o que nomeamos *Representações de educadores e educandos*, sendo 06 pesquisas, o que equivale a 23% dos trabalhos analisados. Nesta categoria, abarcamos todas as pesquisas que

têm como temática concepções; percepção; consciência; sensibilidade; significados; construção do saber. Abrigamos todos estes elementos que se assemelham, de modo geral, com o termo *Representações*.

Justificamos esse agrupamento a partir do que nos indica Makowiechy (2003), segundo o qual, a etimologia da palavra *representação* diz que as relações entre as coisas se dão por similitude. A partir da leitura dos trabalhos, percebemos que os pesquisadores se referem a esses termos de maneira similar, ou seja, indicando a mesma preocupação de compreender, identificar, de modo geral, a visão de educandos ou educadores sobre o meio ambiente, natureza, problemas ambientais, relação sociedade-natureza, etc. Isto justifica nossa escolha de denominar *Representações*, e de reunir tais pesquisas na mesma categoria de análise.

Nesses trabalhos, pôde-se verificar que os pesquisadores buscaram compreender representações de professores sobre os problemas ambientais, o envolvimento da comunidade e a necessidade da participação da população para mudanças e melhorias para sua realidade socioambiental, como podemos ver no seguinte excerto:

As representações sociais que as professoras estabeleceram para a educação ambiental remetem para a necessidade de uma auto-crítica sobre o seu papel, não se encerrando como conhecimento a-crítico, de modo a não disponibilizar novas compreensões sobre os problemas que envolvem a questão ambiental. Um primeiro passo para isso, foi apontado por diversas professoras, e diz respeito ao envolvimento da comunidade. Por outras palavras, foi apontada a necessidade de tornar esse conhecimento mais cotidiano, de modo a intervir nas formas de ação e interação junto ao meio ambiente urbano, que se apresenta degradado em vários pontos da cidade, principalmente nas áreas mais afastadas do centro de Curitiba, para que a população se integre na participação das mudanças e soluções necessárias dos problemas socioambientais que atingem um contingente crescente de pessoas (Tr9D, p.141, grifo nosso).

Além de professores, a ênfase também é dada quando os pesquisadores buscam compreender em que medida a educação ambiental contribui para acurar a percepção ambiental de alunos e suas práticas em favor do meio ambiente.

A Educação Ambiental ajuda a aprimorar o **desempenho da percepção ambiental do educando**. Neste sentido, identificou-se, conforme as categorias de análise proposta por Malafaia e Rodrigues, a que mais sobressaiu para a maioria dos estudantes das duas escolas – sobretudo na particular – foi a da visão abrangente. Esta define o meio ambiente de uma forma mais ampla e complexa incluindo os aspectos naturais e os que são resultantes das atividades

humanas evidenciando a interação do homem com a natureza (Tr.21D, pág.83, grifo nosso).

Assim, esses dados sugerem uma preocupação dos pesquisadores da área da Sociologia com as representações sobre a Educação Ambiental. Inferimos que essa preocupação pode ser ponderada pelo fato de que, quando se fala em Educação Ambiental, há uma tendência em percebê-la como uma prática educativa homogênea. Existe uma propensão em se intuir, de maneira equivocada, que o campo da EA é consensual, mas ao contrário, ele é múltiplo e diverso. Posto isto, fica claro quando Amaral (2000) afirma que as concepções dos professores sobre Educação Ambiental influenciam diretamente sua prática e, por conseguinte, acabam por influenciar as percepções e práticas dos alunos.

Também podemos verificar que 04 pesquisas, o que equivale a 15% dos trabalhos analisados, propuseram-se a analisar o tema que nominamos *Políticas Públicas*. Nestes trabalhos, os pesquisadores analisam diversas Políticas Públicas com a prática de Educação Ambiental.

Tais trabalhos centraram-se em compreender de que maneira as políticas contribuíram para a inserção da EA em projetos nas escolas; avaliam a capacidade de interferência de políticas públicas na mudança e construção de novos valores comportamentos socioambientais, bem como analisam políticas ambientais como estratégia de ação política mediadora de conflitos socioambientais, a partir da EA, como pode ser observado no seguinte excerto:

A educação ambiental como política pública usualmente é considerada um dos instrumentos no qual se insere a temática ambiental na esfera institucional, promovendo mudanças nas formas de pensar nos estilos de vida e nas práticas socioambientais (...) busca contextualizar as políticas ambientais e a educação ambiental levantando aspectos importantes de suas trajetórias no contexto socioambiental complexo no Brasil e que possibilitaram a sua institucionalização como instrumentos de gestão dos recursos naturais e como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais. A relevância para este estudo está em proporcionar a compreensão de como as **políticas ambientais** e a educação atuam diante da **problemática ambiental**, e como os **conflitos** podem ser negociados e regulados por **instituições políticas** (Tr.17D, p.78, grifo nosso).

Os objetivos gerais identificados nessas pesquisas foram os de analisar a implementação e o impacto de políticas públicas que envolvem a problemática ambiental e o processo educativo, em distintos contextos sociais.

Encontramos, ainda, reflexões sobre os nexos de contribuição das políticas públicas para as práticas de EA nas escolas, com vistas ao posicionamento dos alunos frente à problemática socioambiental, como vemos no seguinte excerto:

Para efeito temporal de estudo, a dedicação se fez no sentido de **interpretar o significado das políticas públicas** mato-grossenses de EA e **os nexos e contribuições das práticas de educação ambiental escolarizada**, tendo em vista a constituição de conhecimentos pela EA, que repercute na inteligibilidade dos aprendentes e nos seus posicionamentos frente à **problemática socioambiental** vivenciada no estado de Mato Grosso (Tr.18D, p. 40, grifo nosso).

Estes dados demonstram notadamente a importância das Políticas Públicas para a sociedade na busca de resolução de problemas que afetam o bem-estar socioambiental e, também, a importância que os pesquisadores atribuem a ela, quando a privilegiam como tema principal de interesse de estudo.

Outra preocupação que pudemos identificar nos trabalhos, que fazem parte do nosso *corpus* documental, é com relação à problemática dos resíduos sólidos urbanos. Encontramos 03 pesquisas, ou seja, 12% dos trabalhos analisados, que em seus objetivos se propuseram a trabalhar com a destinação inadequada de resíduos sólidos, com projeto de coleta seletiva de resíduos – geração de renda e, também, com política pública de valorização e tratamento de ‘resíduos sólidos-lixo’. Chamamos, então, esta categoria de *Resíduos Sólidos*.

Uma das investigações indica o trabalho de catadores de lixo, como um alternativa para a melhoria de condições de vida da população que se dedica a esta atividade e estão à margem do mercado de trabalho e, com isto, promovem a proteção do meio ambiente,

Esta investigação aponta que a cooperativa de coletores de lixo, do núcleo Real Parque, o Recicla Real, foi uma alternativa capaz de **melhorar as condições de vida** daqueles cuja inserção no mercado de trabalho é extremamente desfavorável, contribuindo na construção da cidadania tanto no aspecto subjetivo (aumento da dignidade, auto estima, respeito a si mesmo) como objetivo (renda e limpeza ambiental) de seus sujeitos, por meio de uma organização econômica baseada na igualdade e na solidariedade. Além disso, permitiu a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, **resgatar os direitos sociais**, mais prementes dos moradores da favela, como alimentação mais decente, e moradia com um pouco menos de desconforto (Tr.11T, p. 227, grifo nosso).

Os trabalhos em questão analisam como os atores sociais envolvidos incorporam valores ecológicos e, com eles, uma possível mudança de atitude e no modo de se relacionar com o meio ambiente, a partir do processo de implementação de um projeto ou política pública. A educação ambiental é indicada como forma de minimizar os impactos gerados pelo consumo e geração do lixo, como vemos no excerto:

É importante destacar que a educação e a conscientização ambientais constituem-se de processos que conduzem, inevitavelmente, a forma de contribuir para a não **geração, minimização a destinação ambientalmente adequada** dos resíduos sólidos (Tr27T, p.252, grifo nosso).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determina prioridade em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos em seu art. 9º: “Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

O que podemos notar com estes dados é que a problemática dos resíduos sólidos é um tema comum, recorrente e bastante relevante entre as áreas da Sociologia e Educação Ambiental, pois, permite discussão que se complementa tanto no processo de solução ambiental a partir de separação, destinação e reciclagem, como no próprio questionamento do sistema produtivo baseado no consumismo. Sistema este que gera cada vez mais lixo para ser reciclado e manter, assim, sua lógica de viabilidade, como apontou Layrargues (2002).

Na categoria a que denominados *Fundamentos da Educação Ambiental*, foram identificados 02 trabalhos, isto é, 8% dos trabalhos que abordam tal temática. Os pesquisadores propuseram-se a investigar o processo de constituição e consolidação do campo da EA, bem como sua função social.

A Educação Ambiental é apresentada, nessas pesquisas, como um campo heterogêneo, um espaço onde existe relações de conflito e tendências diversas que vão orientar as práticas pedagógicas em torno do fazer ambiental, como podemos ver no seguinte excerto:

Observava, por exemplo, em meus contatos iniciais com as atividades e os discursos da educação ambiental, uma tendência a tratar indiferenciadamente o campo da educação ambiental. Isto é, apesar da **ampla diversidade de concepções políticas, pedagógicas, éticas, epistemológicas e culturais que compõe o campo** este tendia a ser tratado como um todo homogêneo e indiferenciado.

Então, a **pluralidade de modos de conceber e de praticar a educação ambiental** parecia reduzida a uma unidade indistinta como se estivessem todos se referindo a um só e único objeto, quando, de fato, se referiam a uma diversidade de formas de concebê-la e de praticá-la (Tr.10T, p.12, grifo nosso).

Sendo assim, a diversidade em que se concebe e se pratica Educação Ambiental, vai depender do que está fundamentando a prática, ou seja, da tendência que a está orientando. Neste sentido, encontramos o questionamento em relação a EA se ela tem sido trabalhada com vistas a reproduzir ou transformar a ordem social vigente, o que resultaria em uma mudança social para o meio ambiente, como observado a seguir.

Aqui, nossa intenção foi a de explorar, numa das perspectivas metodológicas mais utilizadas na educação ambiental, as possibilidades da educação ambiental enquanto um instrumento de reprodução das condições sociais, e verificar se é possível vermos a função social presente nessa prática pedagógica voltada ao meio ambiente. (...) A questão crucial a ser respondida, portanto, além da eficácia de sua tarefa na reversão da crise ambiental, é **se essa prática pedagógica deve transformar ou está reproduzindo as condições sociais tal qual ela se encontra atualmente** (Tr.08T, p.9-14, grifo nosso).

Pesquisas relacionadas a essa temática são, notoriamente, muito importantes e indispensáveis para a EA enquanto campo de pesquisa. Refletir à luz de uma perspectiva crítico-social em relação à problemática ambiental é uma característica relevante que pudemos observar. Esses dados mostram a contribuição de pesquisas com este foco de estudo para o fortalecimento do campo da EA, que conforme Carvalho (2015) está em processo de consolidação.

Classificamos, também, outra categoria a que nomeamos *Movimentos Sociais*, tendo identificados 02 trabalhos, representando 8% do total analisado.

Em um dos trabalhos, a pesquisadora se empenha em compreender os saberes envolvidos na extensão rural e o processo pelo qual este ramo se constituiu na realidade brasileira. Para isto, traça um panorama histórico e faz um estudo de campo em assentamentos do Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra (MST), com intuito de apreender como se configura o saber, “à luz da extensão rural”, a representação de homem - natureza - desenvolvimento, para técnicos e para os homens do campo.

Neste sentido, a pesquisadora destaca a importância da Educação no meio rural, como instrumento que possibilita mudanças nas condições sociais do trabalhador rural, como podemos observar,

As escolas rurais desempenham **importante papel no desenvolvimento do meio rural**, levando educação e conhecimento, capazes de **eleva as condições socioeconômicas do meio rural**. Hoje, ocupam também papel de destaque na educação os serviços de Extensão Rural, levando a técnica a esse meio, possibilitando as **mudanças de conhecimentos e hábitos, de habilidades e de atividades**, no sentido de que ele possa assegurar o seu próprio bem-estar (Tr.05T, p.254, grifo nosso).

A extensão rural é uma prática social de caráter educativo de grande complexidade e tem como objetivo “contribuir para a elevação da produção, da produtividade da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem danos ao meio ambiente” (SANTOS, 2008, p.3). Segundo, Santos (2008), existe atualmente uma preocupação de aliar a extensão rural e suas técnicas com a educação ambiental, já que esta última deve abranger elementos copiosos além de aspectos puramente biológicos ou práticas ambientalistas desvinculadas de um processo pedagógico educativo mais amplo no meio rural.

A pesquisadora traz, ainda, que os movimentos sociais como MST, contribuem para a preservação do meio ambiente, quando ao respeitar os recursos da natureza e valores culturais, visam um modelo alternativo de desenvolvimento, como vemos no seguinte excerto:

Conforme busquei esclarecer, na movimentação dos segmentos sociais envolvidos, como no MST, percebe-se o compromisso com a constituição do fundamento para a construção de um modelo próprio de desenvolvimento, em que são **respeitados os recursos da natureza e os valores culturais** (Tr.05T, p.324, grifo nosso).

O outro trabalho que trata de movimentos sociais tem como um de seus objetivos investigar a integração de valores feministas na relação sociedade e meio ambiente. A pesquisadora traz para o debate o tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea, ou seja, a relação de domínio e exploração do humano sobre a natureza, assim como do homem sobre a mulher, como vemos no excerto a seguir:

Se por um lado essa questão pode levar a uma importante revelação sobre o modelo de humanidade na qual as mulheres se inserem, por outro, é uma preocupação do Ecofeminismo que pode iluminar os temas que estão no centro do feminismo como um todo, acerca da

“masculinidade da cultura”, **da natureza da dominação entre masculino/feminino e as possíveis rotas para se escapar dessa dominação**. A ligação entre mulher e natureza e as razões pelas quais ambas são consideradas como de **nível inferior** não significa assunto do passado, mas parece continuar a dirigir a degradação do meio ambiente natural, a atividade feminina e a marcar, de maneira geral, a esfera da reprodução (Tr.04T, p.53, grifo nosso).

A partir de valores feministas, a educação ambiental é indicada pela pesquisadora como instância primordial para uma mudança sociocultural e para o enfrentamento da exploração que permeia as relações homens-mulheres e sociedade-natureza,

A Educação Ambiental, informada pelos valores do movimento das mulheres, vem se constituindo um importante veículo de **transformação e superação dos impasses existentes entre termos antagônicos e complementares** como masculino e feminino e cultura e natureza (Tr.04T, p.23, grifo nosso).

Caracterizado como um movimento social ativo, o Ecofeminismo é um tema que vem crescendo e ganhando destaque em diversos espaços de discussão, conforme apontou Magacho (2017).

Dessa forma, é possível perceber no movimento ecofeminista a luta pela igualdade de gênero associada à luta ambientalista, pela superação da relação de dominação que existe entre sociedade-natureza, e a partir do MST a importância da extensão rural, dos saberes do trabalhador do campo e da relação de respeito aos valores culturais e aos recursos da natureza, contribuindo, assim, para a preservação do meio ambiente.

Outro tema, que denominamos *Organizações Não-governamentais* (ONGs), também foi classificado nas teses e dissertações, sendo identificado 01 trabalho, o que representa 4% do total analisado.

Neste trabalho, a intenção da pesquisadora foi a de discutir o papel das ONGs na construção de caminhos alternativos para o desenvolvimento sustentável e na contribuição para o enfrentamento da crise ambiental. Para isto, realizou um estudo de caso da ONG - Associação de Agricultura Orgânica (AAO), com a proposta de analisar sua trajetória ‘utopista’ e transformadora no que diz respeito a sustentabilidade,

Discutir através de um estudo de caso concreto a utopia da sustentabilidade que nos leva a trabalhar os elementos de sua trajetória lado a lado com a questão ambiental, na expressão dos riscos postos ao planeta e na forma de **proposta de caminhos**

alternativos da tessitura do desenvolvimento sustentável (Tr.06D, p.18, grifo nosso).

Além disso, a pesquisadora do Tr.06D traz a contribuição dos princípios da agroecologia para fomentar a educação ambiental nessas organizações. Mostra que, mesmo indiretamente, o consumo de produtos orgânicos auxilia no processo de preservação e recuperação do meio ambiente, como podemos observar,

Este espaço também tem sido o palco do processo de educação ambiental que se desenvolve junto aos consumidores. Quando alguém consome um produto orgânico ele está adquirindo duas coisas ao mesmo tempo: um **alimento mais saudável** para si e também a **regeneração do meio ambiente** (Tr.06D, p.109, grifo nosso).

As ONGs possuem interesse, em muitos casos, em trabalhos dedicados a conscientização da população frente à crise socioambiental. Algumas ONGs possuem importância social, por conta de seu histórico nos envolvimento em lutas em defesa do meio ambiente, além de algumas terem reconhecido ativismo na busca por justiça ambiental. Isto torna, algumas delas, espaço para atividades e ações que são dedicadas a promoção da educação ambiental (SÁNCHEZ e PEDRINI, 2007; TRISTÃO e TRISTÃO, 2016).

Portanto, em função deste espaço e forma de atuação, demonstra-se o interesse e a pertinência de ter as ONGs como foco de estudos em programas de pós-graduação, pois, assim como afirmou Oliveira (2012), as ONGs são novos sujeitos políticos, com novos discursos que legitimam a participação da sociedade civil como representação coletiva face ao centralismo do Estado.

A partir dos dados apresentados, nesta etapa da investigação, foi possível notar que os pesquisadores trabalham com um conjunto de temas ambientais muito diversificado. Isso sugere que está em curso um processo de ambientalização da área da Sociologia, quando esta área se interessa pela questão ambiental concomitantemente à educação ambiental.

A ambientalização, neste contexto, refere-se ao processo de inserção das questões ambientais nos diferentes setores da sociedade, mas em especial em espaços educativos, sobretudo na universidade. Esse processo de ambientalização, segundo Acseirad (2010),

(...) pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas (ACSEIRAD, 2010, p.103).

Neste sentido, o que vimos foi uma incorporação concreta da temática ambiental relacionada ao processo educativo, nos programas de pós-graduação vinculados à área de Sociologia, evidenciada pela escolha de pesquisadores em formação por temas relacionados aos problemas causados ao meio ambiente.

A diversidade de temas ambientais identificados revelou desde interesse em compreender percepções de professores e alunos sobre o que é sua relação com o meio ambiente, cruzando com o fazer pedagógico sobre a Educação Ambiental, sobretudo no âmbito escolar, até em análises dos impactos de Políticas Públicas ambientais ou de educação ambiental.

Diante disso, percebemos que as pesquisas seguem duas linhas: uma linha micropolítica exemplificada nas pesquisas dedicadas ao fazer pedagógico e as dinâmicas escolares, como podemos observar a partir dos trabalhos que selecionamos, com os eixos temáticos de *Representações* e *Práticas*, tais como: Tr.01D, Tr.02D, Tr.07D, Tr.09D, Tr.12D, Tr.14T, Tr.15D, Tr.19D, Tr.21D, Tr.22T, Tr.26D, Tr.28D. Como exemplo podemos destacar os trabalhos intitulados: *“Concepções e práticas ambientais: a construção do saber sobre o meio ambiente no ensino fundamental”* e *“As cidades, os rios e as escolas: um estudo de caso das práticas de Educação Ambiental nas cidades de Natal e Mossoró-RN”*.

Uma segunda linha que poderíamos identificar estaria com um foco mais atento a uma dimensão macropolítica, evidenciada nas pesquisas que se debruçam no interesse de investigar as dinâmicas da institucionalização da Educação Ambiental no país, tais como os trabalhos que agrupamos nos eixos temáticos de *Políticas públicas* e *Fundamentos de educação ambiental* conforme os trabalhos: Tr.03D, Tr.08T, Tr.10T, Tr.17D, Tr.18D, Tr.20T, Tr.23D. Para exemplificar podemos destacar os trabalhos: *“Políticas públicas ambientais e seus nexos com a educação: um estudo no município de Sinop-MT”* e *“Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios”*.

Notadamente, o que percebemos até aqui com os dados apresentados é que a questão ambiental se encontra interiorizada na área da Sociologia. Vemos, com isto, que o obstáculo da histórica apropriação do campo ambiental pelos cientistas naturais, em detrimento dos cientistas sociais, está substancialmente sendo superado.

No próximo item, procuraremos avançar na análise dos referenciais teórico-conceituais da Sociologia encontrados nas teses e dissertações analisadas.

5.2 Referenciais teórico-conceituais da Sociologia identificados nas teses e dissertações.

Buscando responder a uma das questões que orientam a presente pesquisa, vamos, neste item, iniciar as análises relativas ao referenciais teórico-conceituais da Sociologia, identificados nos trabalhos analisados.

O objetivo de um referencial teórico é elucidar e dar embasamento ao tema de estudo de uma pesquisa, através da leitura de autores que abordam conceitos e teorias relacionados à temática proposta pelo pesquisador. Para Ricobom (2001):

A importância do referencial está relacionada ao fornecimento de elementos que fundamentam os aspectos conceituais e teóricos do estudo e da área em questão, contribuindo para a eficiência das análises a serem efetuadas, a fim de se obter os melhores resultados dentro da construção do conhecimento científico (RICOBOM, 2001, p.4).

Como campo teórico em construção, a educação ambiental tem sido apropriada de forma diferenciada por diversos autores, com referenciais teóricos variados, elaborando diversas maneiras de conceber e praticar a ação educativa neste campo (TEIXEIRA *et.al.*, 2007).

Sendo assim, a partir da leitura e do levantamento realizado nas teses e dissertações, e através de um mapeamento dos autores da área da Sociologia, citados nos 26 trabalhos analisados, identificamos, também, as abordagens teóricas utilizadas nestas pesquisas, traçando um panorama sobre a fundamentação teórica das pesquisas sobre educação ambiental nesta área.

Realizamos, primeiramente, um levantamento a partir das referências bibliográficas dos trabalhos analisados. Como critério de busca, pesquisamos somente por autores da área da Sociologia, para identificação dos referenciais. Embora nem todos os autores sejam especificamente sociólogos, como é o caso de Gramsci, que veremos a seguir, são autores essenciais que embasam a construção de teorias sociológicas. A eleição de tais autores, se deu, portanto, por conta de representarem os alicerces de teorias sociológicas ou terem realizado pesquisas que embasam as principais formulações teóricas da Sociologia

Com isto, chegamos a quantidade de trabalhos nos quais estes autores foram citados. Em seguida, classificamos os autores em ordem decrescente do número de citações, como podemos observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Referencial teórico da área de Sociologia, identificados nas teses e dissertações analisadas.

Autores citados	Quantidade de trabalhos que citaram	Trabalhos que citaram
Leff, Enrique.	15	Tr.02D, Tr.03D, Tr.07D, Tr.08T, Tr.09D, Tr.10T, Tr.13T, Tr.15D, Tr.17D, Tr.18D, Tr.21D, Tr.22T, Tr.23D, Tr.27T, Tr.28D
Bourdieu, Pierre.	12	Tr.05T, Tr.07D, Tr.08T, Tr.09D, Tr.10T, Tr.13T, Tr.14T, Tr.19D, Tr.22T, Tr.24D, Tr.26D, Tr.28D
Morin, Edgar.	11	Tr.01D, Tr.04T, Tr.06D, Tr.07D, Tr.10T, Tr.11T, Tr.15D, Tr.18D, Tr.20T, Tr.21D, Tr.22T,
Giddens, Anthony.	10	Tr.06D, Tr.07D, Tr.10T, Tr.11T, Tr.14T, Tr.17D, Tr.18D, Tr.20T, Tr.22T, Tr.26D,
Beck, Ulrich.	6	Tr.10T, Tr.14T, Tr.15D, Tr.20T, Tr.21D, Tr.22T
Durkheim, Émile.	6	Tr.05T, Tr.08T, Tr.09D, Tr.14T, Tr.17D, Tr.26D
Marx, Karl.	6	Tr.08T, Tr.11T, Tr.14T, Tr.15D, Tr.27T, Tr.28D
Weber, Max.	5	Tr.01D, Tr.11T, Tr.22T, Tr.26D, Tr.28D
Habermas, Jürgen.	4	Tr.04T, Tr.05T, Tr.10T, Tr.18D
Hannigan, John.	4	Tr.08T, Tr.10T, Tr.17D, Tr.21D
Buttel, Frederick.	4	Tr.08T, Tr.14T, Tr.21D, Tr.22T
Bauman, Zygmunt.	3	Tr.17D, Tr.18D, Tr.22T
Foucault, Michel.	3	Tr.04T, Tr.12D, Tr.18D,
Marcuse, Herbert.	3	Tr.01D, Tr.04T, Tr.08T
Adorno, Theodor.	3	Tr.04T, Tr.17D, Tr.18D
Benjamin, Walter.	3	Tr.10T, Tr.17D, Tr.28D
Dunlap, Riley. & Catton, Willian.	2	Tr.08T, Tr.14T
Gramsci, Antonio.	1	Tr.17D
Elias, Norbert.	1	Tr.14T
Horkheimer, Max.	1	Tr.04T
Simmel, Georg.	1	Tr.26D

Fonte: elaborado pela autora.

A organização dos dados coletados nos mostrou um total de 21 autores citados¹¹, dentre os 26 trabalhos analisados. Em seguida, realizamos agrupamentos destes referenciais teóricos identificados, de acordo com suas perspectivas epistemológicas, apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Agrupamento das perspectivas epistemológicas do referencial teórico identificado.

Perspectivas Epistemológicas	Autores ¹²
Sociologia Ambiental	Leff, E.* Hannigan, J. Buttel, F. Dunlap, R. & Catton, W.
Teoria Social	Giddens, A. Bourdieu, P. Beck, U. Bauman, Z. Foucault, M. Elias, N. Simmel, G.
Teoria Crítica	Habermas, J. Marcuse, H. Adorno, T. Benjamin, W. Horkheimer, M.
Materialismo histórico dialético	Marx, K. Gramsci, A.
Teoria da Complexidade	Morin, E. Leff, E.*

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 3 nos mostra as teorias das quais fazem parte os referenciais da Sociologia que puderam ser identificados nas teses e dissertações analisadas, sendo

¹¹ Na frequência de aparição das citações, um autor que merece destaque é Paulo Freire, com 14 trabalhos que fazem referência às suas obras. Este autor não foi incluído no Quadro 2 e 3, por não ser um referencial da Sociologia, mas sim da Educação. Assim como Serge Moscovici, com a teoria das representações sociais, referencial teórico identificado nas pesquisas, não foi incluído ao Quadro 2 e 3, por ser um teórico da área da Psicologia Social (ramo da Psicologia). Nesta dissertação, optamos por não nos aprofundarmos nestas discussões, para não extrapolarmos, neste momento, nosso foco de estudo, entretanto, reconhecemos a importância e contribuição destes dois referenciais nas pesquisas sobre EA na área da Sociologia, evidenciando a porosidade e caráter interdisciplinar desta área.

¹² Os sociólogos Émile Durkheim e Max Weber não foram incluídos no Quadro 3 de Perspectivas Epistemológicas, pois, apesar dos pesquisadores fazerem referência as obras de tais pensadores, estão utilizando apenas determinados conceitos teóricos para contextualizar algumas discussões, mas não se apropriando da Epistemologia Positivista como embasamento teórico de suas pesquisas.

o total 05 perspectivas epistemológicas. Optamos por destacar, no Quadro 3, os autores da Sociologia Ambiental, por este motivo estão separados em relação aos demais, com exceção de Leff, E., presente em dois agrupamentos.

O objetivo destes dois Quadros, 2 e 3, é o de apresentar referenciais teóricos da Sociologia, suas perspectivas epistemológicas e, a partir deles, evidenciar a maneira pela qual os pesquisadores estão se apropriando dos autores, de conceitos, de teorias para elaboração de suas discussões e análises. Para isto, traremos ao nosso texto, excertos dos trabalhos analisados.

Dentre os referenciais teóricos adotados para realização das pesquisas, alguns trabalhos partiram do marxismo para fundamentar suas discussões. As obras do pensador Karl Marx foram utilizadas em diversos momentos nos trabalhos analisados. Este pensador, juntamente com Friedrich Engels, formularam os princípios fundamentais do “materialismo histórico e dialético”, como compreensão, crítica e enfrentamento das mazelas da sociedade capitalista industrial do séc. XIX.

Os conceitos mais frequentes, dessa perspectiva epistemológica, que permeiam as discussões dos textos, são levantados quando os pesquisadores vão refletir sobre questões relativas a transformação da natureza pelo homem, ao trabalho, a educação transformadora, a práxis.

O materialismo histórico e dialético indica que o humano se diferencia de outras espécies a partir do trabalho, ao transformar a natureza para sua sobrevivência. Pode-se verificar “nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx ressalta que o trabalho real é a apropriação da natureza para a satisfação das necessidades humanas” (p.62, Tr.14T). Assim,

O Materialismo Histórico e Dialético coloca que o maior diferencial entre os humanos e os outros animais “reside justamente na capacidade de transformar a natureza e a si mesmos com o seu trabalho, seja ele intelectual ou manual” (Tr.28D, p. 44).

Nessa perspectiva, a transformação da natureza, a partir do trabalho, desencadeia, adiante, uma relação de dominação e exploração do homem sobre a natureza. Essa relação se evidencia no sistema capitalista de produção e, como crítica,

“O ‘eco-marxismo’ ou ‘ecologismo popular”, parte do pressuposto de que os problemas ambientais são decorrentes da organização social e do modo de produção capitalista, que tomam os recursos naturais (matéria-prima) e humanos (trabalho) como bens passíveis de apropriação e exploração à exaustão pelo capital (Tr.08T, p. 55).

Nesta direção, O Tr.15D traz o conceito de *práxis* “a partir das formulações propostas por Marx, como um caminho mais amplo (...) de promover transformações sociais para se atingir a mudança ambiental” (p. 83, Tr.15D). Tal conceito é fundamentado em Vazquez (2007), para avançar na compreensão de seu entendimento,

Com Marx o problema da *práxis* enquanto atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. [...] A relação entre teoria e *práxis* é para Marx teórica e prática; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VAZQUEZ, 2007, *apud* Tr.15D, p. 84).

A ideia de *práxis*, especialmente, é considerada como fundamental para se compreender a Educação. Ela está presente em Gramsci e, também na obra freireana, a qual tem muito de sua base construída a partir do diálogo com o conceito de *práxis*. Sendo assim, a *práxis* aparece nas teses e dissertações em Sociologia não só quando se fazem valer do suporte do materialismo histórico dialético, quanto também para pensar a EA, identificando-a como um ato político de transformação social.

Neste sentido, a *práxis* é compreendida como sendo uma ação concreta consciente, a mudança ambiental se dá através da educação, que é compreendida, por sua vez, como ação política e instrumento de transformação socioambiental:

Em Gramsci (1986) e Freire (2001), a educação é uma ação política, uma vez que ela está inserida num espaço de disputa de poder, conflitos e contradições e se constitui como instrumento de libertação ou de opressão. Nesse sentido, a educação, ao desvelar as contradições, pode dotar os indivíduos de conhecimentos e valores que lhes permitam desempenhar um papel de direção e transformação socioambiental (Tr. 17D, p. 143).

Assim, a *práxis* se aplica à educação ambiental quando visa contribuir com uma nova visão da realidade e dos problemas ambientais, a promover reflexão crítica acerca das contradições e conflitos que permeiam as relações do homem com a natureza e, por consequência, a intervenção concreta consciente e fundamentada.

Os princípios do materialismo histórico e dialético, as perspectivas de críticas à sociedade capitalista moderna e industrial, vão influenciar diversos pensadores a desenvolverem outras correntes epistemológicas, como a Teoria Crítica, perspectiva também identificada nos trabalhos.

A Teoria Crítica foi elaborada por um grupo de intelectuais da Escola de Frankfurt, na Alemanha, como Adorno, Horkheimer, Benjamim, Marcuse, Habermas, entre outros. A questão central é a crítica à racionalidade instrumental, saber produzido pelo Iluminismo, que se manifesta através da ciência e da técnica, que segundo Freitag (1986),

“[...] na leitura de Horkheimer e Adorno, em uma razão alienada que se desviou do seu objetivo emancipatório original, transformando-se em seu contrário: a razão instrumental, o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens” (FREITAG, 1986, p.35).

Esta teoria tem por objetivo contribuir com a compreensão crítica e global da sociedade contemporânea e hoje pode ser apropriada para interpretar as questões socioambientais.

Nos trabalhos analisados, ela é apropriada quando os pesquisadores questionam os rumos da sociedade moderna, a relação entre a crise ambiental com a sociedade capitalista, a degradação das relações entre sociedade e natureza e dos homens entre si, a barbárie, bem como a educação crítica para emancipação.

Assim, encontramos no Tr.10T, a crítica ao modo de produção do sistema capitalista, evidenciando a necessidade de mudança deste modelo, com intuito de garantir a própria vida na Terra, como vemos no seguinte excerto:

Em um de seus textos, Marcuse, apresenta aspectos do discurso marxista sobre as relações entre o capitalismo, a crise ambiental e o projeto socialista. Diz ele: “a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo[...]a restauração da terra como meio ambiente humano não é apenas uma ideia romântica, estética, poética, que só diz respeito a privilegiados: é uma questão de sobrevivência... é indispensável mudar de modo de produção e consumo, abandonar a indústria da guerra, do desperdício, de *gadgets* e substituí-los pela produção de objetos e serviços necessários a uma vida de trabalho reduzido, de trabalho criador, de gosto pela vida” (Tr.10T, p.42).

Neste sentido, evidenciar que esse sistema é um dos responsáveis pela crise socioambiental, que destrói a vida e beira a barbárie, é uma questão que vai além da ética política,

A tarefa teórica de revelar que o capital é hoje uma relação social que esgotou a sua fraca dimensão civilizatória e se reduz à barbárie – força bruta, impiedosa, fria e destrutiva da natureza, de direitos e mutiladora de vidas sob as mais diferentes formas – assume mais do que nunca um sentido ético político (Tr.28D, p. 123).

Destarte, uma educação contra a barbárie, a partir da autorreflexão crítica, seria a mudança esperada para enfrentamento de um problema que se tornar cada vez mais urgente,

Diz Adorno, na “Educação contra a Barbárie”: “Quando o problema da barbárie é colocado com toda urgência e agudeza na educação (...) então me inclino a pensar que o simples fato de a questão da barbárie estar no centro da consciência provocaria por si uma mudança” (...) A educação só teria sentido como educação para a auto-reflexão crítica, afirma Adorno (2003) (Tr.28D, p. 165).

Nesta ótica, as contribuições da teoria crítica no campo educacional são destacadas, em favor da racionalidade emancipatória. Busca criar uma sociedade racional livre da opressão e domínio do capital, propulsor dos problemas ambientais,

A teoria crítica através do seu enfoque das dinâmicas sociais e das problemáticas ambientais propõe intervenções educativas e socioambientais que possibilitem ações transformadoras, compreensão da complexidade e totalidade da relação homem-natureza (Tr.17D, p. 144).

Neste sentido, a educação ambiental, além de uma prática social necessária, ela se evidencia como uma atividade política competente para evitar intencionalmente a barbárie (SANTANA, 2005).

Outra perspectiva epistemológica que está presente entre os trabalhos analisados, é a Teoria Social, que abarca, por sua vez, uma gama de autores que refletem sobre questões relacionadas a sociedade moderna e pós-moderna.

A Teoria Social busca compreender como os indivíduos se relacionam entre si, com a sociedade e com a natureza. Os teóricos dessa perspectiva, se empenham em desenvolver estudos que permitam a compreensão de fenômenos sociais e estruturas de funcionamento da sociedade.

Nessa perspectiva, questões relativas à sociedade moderna, crise da modernidade, sociedade de risco, noção de campo, são alguns dos elementos que se evidenciam quando os pesquisadores vão refletir sobre a crise socioambiental.

Um autor que se destacou nesta corrente, com quantidade expressiva de citações nas pesquisas analisadas, foi Pierre Bourdieu. A noção de “campo social” de Bourdieu é apropriada para representar o campo ambiental ou o campo da educação ambiental. No TR.10T encontramos o que pressupõe a noção do campo social,

A noção de campo social definida por Bourdieu (1983) pressupõe um espaço plural de agentes sociais e de posições conceituais e políticas que disputam entre si a afirmação da interpretação, da cultura, dos

valores legítimos e das regras de funcionamento do campo, um conjunto de relações de dominação, de subordinação e de homologia associado a estratégias de conservação ou de subversão da ordem estabelecida dentro do mesmo (Tr.10, p.15-16).

Nesse sentido, de maneira análoga, o campo ambiental é formado por diversos campos, e se constitui como um espaço de conflitos, a partir de relações sociais que giram em torno da preocupação com o meio ambiente, como traz o Tr.07D, e vemos no seguinte excerto:

A noção do campo ambiental está circunscrita ao conjunto das relações sociais e se insere em espaços de relações entre posições e relações de força definidas num universo de problemas específicos (CARVALHO, 2001:27-28). Carvalho utiliza a teoria dos campos de Bourdieu para explicar que o campo ambiental é formado pelos diversos campos e que se apresenta como um espaço onde se argumentam os valores éticos, políticos que regulam a vida individual e coletiva (Tr.07D, p.40)

De modo semelhante, Layrargues e Lima (2014), compreendem a educação ambiental como um subcampo do campo ambiental na confluência do campo da educação. Segundo os autores, a EA se caracteriza como um campo heterogêneo, um espaço onde existe relações de conflito e tendências que vão reproduzir ou transformar a ordem vigente e orientar as práticas do fazer ambiental. Nessa direção, o excerto extraído do Tr.10T nos apresenta como é composto o campo da EA,

“o campo da Educação Ambiental é composto por uma pluralidade diversificada de indivíduos ou grupos sociais que dividem, enquanto membros do campo, um núcleo de valores, de normas e características comuns, embora também tenham outras características que os diferenciam entre si, que têm concepções diferenciadas sobre a questão ambiental e defendem propostas pedagógicas diversas para abordar essa questão, algumas das quais se identificam primordialmente com a estabilidade e a conservação das relações sociais e das relações entre a sociedade e o ambiente e outras que defendem a necessidade de transformação dessas mesmas relações (Tr.10T, p. 83).

Definido o campo ambiental e as características que o configuram, os pesquisadores também refletem sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade moderna que permitem e estabelecem as relações de domínio e exploração entre sociedade e natureza, culminando assim em grandes colapsos.

As reflexões do teórico social Ulrich Beck, são apreendidas em ocasiões de discussão sobre os perigos do processo de modernização que modifica a dinâmica da sociedade, provocando degradação ambiental, como indicado no Tr.14T,

Beck (1998) em sua obra “*La sociedad del riesgo*”, tratou da relação sociedade-natureza situando as origens e consequências da degradação ambiental no âmbito de uma teoria da modernidade. Ele apresentou as características, os efeitos das ameaças e os perigos causados pelo processo de modernização e industrialização, enfocando, especialmente, a maneira como esses processos modificam a dinâmica e a constituição da sociedade industrial clássica que os ocasionou (Tr.14T, p. 78).

Os perigos são retratados, por Beck, como situações de riscos que ameaçam a própria existência de vida na terra. Assim, com a modernidade tecnológica, proporcionada pelo avanço da ciência, que busca uma maior eficiência técnica, a sociedade industrial, para este autor, sofreu um processo de transfiguração para uma sociedade de riscos,

Beck (1997) ressaltou que vivemos um período de transição entre a “sociedade industrial” e a ‘sociedade de riscos’, pois as forças produtivas perderam sua inocência e os riscos e as ameaças frente à vida de plantas, animais e seres humanos por elas produzidos passaram a prevalecer. Se, por um lado, os seres humanos interviram na natureza de maneira que os seus efeitos diretos e colaterais chegaram ao ponto de ameaçar a continuidade da vida no planeta, por outro, a própria ciência é acessada no processo de conscientização dos riscos da civilização, para usar uma expressão do autor. Por mais paradoxal que isso possa parecer, de acordo com Beck, (p. 155) “a ciência é uma das causas, o meio de definição e a fonte de solução para os riscos” (Tr.14T, p.79).

Percebe-se, com isto, que não apenas a ação imediata do humano sobre a natureza é o que degrada o meio ambiente, mas também o próprio sistema que organiza a sociedade moderna. Responsáveis pelo agravamento da crise ambiental, também estão o processo de desenvolvimento, a economia, o mercado, como aponta Zygmunt Bauman, indicado no excerto a seguir:

Nas últimas décadas, houve um agravamento da crise ambiental resultante do domínio do mercado e da economia na sociedade contemporânea, a qual, segundo Bauman (2007), “A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar” (p.106) (Tr.17T, p. 50).

Diante deste cenário, Anthony Giddens, sustenta que a crise pela qual passamos, é uma crise da modernidade. Para ele, os problemas que envolvem a questão ambiental são relacionados ao desenvolvimento industrial, econômico, tecnológico, ou seja, são problemas estruturais de funcionamento da sociedade, como aponta o Tr.06D,

Essa crise que assume o desenvolvimento, em decorrência desses limites que não são respeitados, é chamada por Giddens, a crise da modernidade. Ele enfatiza que este é um tempo de plenitude, mas também de transição “estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas do que antes” (Giddens, 1991, 13), por isso a urgência de se repensar modelos para este desenvolvimento que sejam mais sustentáveis mais equilibradas do que este que aí está (Tr.06D, p. 51).

Neste sentido, o Tr.14T, baseado em Giddens, nos mostra que em condições de modernidade “o industrialismo se torna o eixo central da interação dos seres humanos com a natureza” (p.74, Tr.14T), responsável pelos atuais problemas ambientais e ainda,

Anthony Giddens (1991,1996, 1997, 2001), por sua vez, remete-nos às mudanças na relação sociedade-natureza advindas da modernidade e aos cenários incertos e imprecisos daí decorrentes. Para Giddens (1997), a relação entre o mundo social moderno e a natureza, em crise, tem imbricações no capitalismo e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, âncoras do capitalismo e do industrialismo (Tr.14T, p. 75).

Por evidenciar que não se trata de uma questão passageira, a crise da modernidade, imbricada às estruturas que regem a sociedade, que culminou em uma crise nas relações socioambientais, o Tr.07T, aponta que Giddens, reconhece o importante papel da educação voltada para transformação cultural em relação à problemática ambiental,

A educação e o sistema de informação têm um papel importante para ajudar neste processo de transformação cultural e, por isso, devem ser estruturados de forma apropriada, para auxiliar na formação de uma sensibilidade coletiva e crítica voltada à problemática ambiental. Esta visão ecológica vai além das preocupações imediatas, pois não se trata de uma questão passageira (GIDDENS, 1996) (Tr.07D, p. 35).

Nesse contexto de modernidade avançada, incerta, insustentável e de risco, a questão ambiental passa a ser apreendida como uma questão mais complexa, que não cabe reflexões reducionistas para sua compreensão.

Em relação a estas questões, Edgar Morin, elaborara reflexões com crítica a fragmentação dos saberes e simplificação do conhecimento expressos na ciência clássica. Com isto, formula o que denomina Teoria da Complexidade, perspectiva epistemológica manifestada nos trabalhos analisados, que podemos verificar com o seguinte excerto:

Segundo Morin (1996), tanto as transformações verificadas nas próprias ciências da natureza e do homem quanto os emergentes problemas sociais e políticos contemporâneos introduziram o problema da complexidade e a demanda por uma nova epistemologia includente e integradora com maior aptidão para lidar com a nova ordem de problemas e questionamentos que a ciência convencional já não conseguia responder. Assim, a partir de uma crítica ao paradigma da ciência convencional que denominou de “paradigma da simplificação” formulou o paradigma da complexidade (Tr.10T, p. 16).

Nesta perspectiva, o essencial na abordagem da complexidade é o entendimento de que o todo necessita das partes, assim como as partes necessitam do todo para que ocorra uma efetivação de ambas, numa relação complexa,

Conforme explica Morin, em todo sistema, incluindo a sociedade humana, “se as partes devem ser concebidas em função do todo, devem igualmente ser concebidas isoladamente: uma parte tem a sua própria irredutibilidade em relação ao sistema”. A totalidade não pode ser descrita pela simplificação reducionista e apenas uma aceitação de sua complexidade pode mostrar que a verdadeira totalidade é incompleta, pois o todo é parte de um todo ainda maior (Tr.04T, p. 24).

Este novo paradigma intenciona o afastamento do reducionismo do pensamento científico dominante, que é caracterizado na perspectiva dos autores filiados a essa corrente de pensamento pelas dicotomias e concepções dualísticas dos saberes. Evidencia, ainda, a necessidade de religar as ciências biológicas, físicas, humanas e sociais para melhor apreensão e superação dos problemas que acometem a sociedade.

Morin, em seus estudos, mostra que o saber no novo mundo é construído a partir do pensamento complexo e do método transdisciplinar, deixando de ser algo isolado e passando a ser parte das complexas relações com o contexto a que pertence (Tr.07D, p.83).

Neste sentido, a Educação Ambiental, em uma perspectiva crítica de apreensão da crise socioambiental, também se respalda na complexidade das relações, para superar reducionismos em sua intervenção,

A educação ambiental deve estar também interligada com a construção de um pensamento que se detenha na complexidade dos elementos que constituem a realidade, manifestando a intenção de não se tornar uma forma de conhecimento reducionista, devendo-se tornar uma educação interdisciplinar como intenção de convergência à complexidade da apreensão e solução dos problemas socioambientais (Tr.09D, p.48).

Isto posto, Leff (2001) afirma que a complexidade dos problemas ambientais abre caminho para a necessidade de métodos de pesquisa que articulem as mais diversas áreas de conhecimento, superando a forma compartimentada de compreensão dos processos socioambientais, pois:

A crise ambiental se apresenta como um problema do conhecimento que separa sujeito e objeto e produz um mundo fragmentado e coisificado (LEFF, 2009), onde a natureza é dominada e controlada para atender ao projeto de sociedade baseada na racionalidade científica e instrumental da modernidade (Tr.17D, p. 146).

Leff (2006), então, formula o conceito de “saber ambiental”, que consiste em um novo marco epistêmico para entender a complexidade das interações entre sociedade e natureza.

Assim, o saber ambiental surge como um conjunto de paradigmas de conhecimento, disciplinas científicas, formações ideológicas, sistemas de valores, crenças, conhecimentos e práticas produtivas sobre os diferentes processos e elementos – naturais e sociais – que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais [...] (LEFF, 2000) (Tr.7, p.13).

Este saber ambiental implica a construção de uma nova racionalidade baseada nas transformações de conceitos e métodos de diversas ciências e campos de conhecimento, bem como o sistema de valores e comportamento dos diversos grupos sociais (LEFF, 2006).

A educação seria o processo de transformação dos valores e habilidades passando de uma racionalidade econômica para uma racionalidade ambiental. Esta nova racionalidade permitiria a transição do modelo desenvolvimentista de mercado para um desenvolvimento sustentável, baseado em um o sistema econômico que internaliza condições ecológicas e sociais. Assim,

Nesse princípio, a educação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, considera que a mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é impensável sem uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. Neste sentido, a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade. Assim, o comprometimento entre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável é marcado não apenas por inter-relações de conhecimentos e valores, mas principalmente pela construção de uma racionalidade ambiental que subverta a ordem fragmentária do saber (LEFF, 1999, 2001) (Tr.09D, p.27).

A partir das crescentes e notáveis crises pelas quais passava a sociedade como crise econômica, social, de mercado, de modelo de desenvolvimento, de paradigma de sociedade, etc., um novo campo epistemológico se formava para discutir e compreender a condição social da chamada crise ambiental, seria, portanto, a Sociologia Ambiental.

Enrique Leff é um dos expoentes mais recentes da área da sociologia ambiental. Notadamente, foi o referencial teórico mais citado dentre os trabalhos analisados. Entre os demais teóricos da sociologia ambiental estão também outros autores como Hannigan, Buttel, Dunlap e Catton, considerados os precursores da área. Leff figura como um dos únicos latino-americanos do grupo, evidenciando a necessidade de um aprofundamento teórico com autores da América Latina que possam vir a dialogar com o campo da educação ambiental. Aqui se identifica a urgência e importância de se procurar uma maior aproximação teórica a partir de autores clássicos da região.

O termo sociologia ambiental “é atribuído aos autores norte-americanos Catton e Dunlap como sendo o estudo das interações entre sociedade e meio ambiente ou as interações socioambientais” (p. 57, Tr.17D).

Os sociólogos ambientais dedicam-se aos estudos com perspectivas voltadas a superação da visão antropocêntrica das relações sociais com o meio ambiente, no sentido de compreender como os problemas ambientais são construídos socialmente, como podemos ver no seguinte excerto:

Na gênese da sociologia ambiental, iniciada nos Estados Unidos, está a proposta de superação da visão antropocêntrica (centrada no ser humano) da relação homem-natureza para uma visão mais ‘ecocêntrica’ (os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que habitam a Terra) (HANNIGAN, 1995). Essa inversão se traduz numa mudança de paradigmas que traria implicação para a própria Sociologia. Essa mudança de paradigma consiste em ultrapassar a supremacia humana do seu deslocamento e independência da natureza para uma proposta que incluiria o ambiente físico como uma das variáveis do sistema social (Tr.17D, p.56).

Inicialmente, os estudos sociológicos relacionados à problemática ambiental estavam atrelados às áreas da Sociologia Rural e de Recursos Naturais, Ecologia, ainda de maneira suplementar. Posteriormente, como indica o Tr.21D, as críticas eram dirigidas ao modelo de desenvolvimento e seus conceitos apropriados pela teoria sociológica,

"os estudos na sociologia ambiental podem ser divididos em três diferentes fases, de acordo com Buttel (1996). A primeira fase consiste exatamente no período em que a sociologia ambiental era considerada apenas como um acessório e se utilizava muito de outras fontes tais como: a Ecologia Humana, a Sociologia Rural, a Sociologia dos Recursos Naturais, entre outras. (HERCULANO, 2000). Em um segundo momento, os estudos que se apresentavam realizavam fortes críticas ao modo de desenvolvimento do capitalismo (...). Na fase contemporânea, conceitos provenientes da Sociologia Ambiental passam a fazer parte de estudos da Teoria Sociológica (Tr.21D, p.52-53).

Parte do debate, como aponta o Tr.10T, "foi motivado pelas diferentes visões de mundo que separam o trabalho de cientistas naturais e ecologistas das tradições dos cientistas sociais" (p.50). Na sociologia ambiental, tais debates tendem a atribuir uma ênfase explicativa mais forte para os fatores sociais sobre os fatores naturais. Para os referenciais desta área, "a sociedade e natureza não são completamente independentes, mas estão mutuamente ligadas por um relacionamento dialético constitutivo" (p. 51, Tr.10T).

Assim, a sociologia ambiental tem, gradualmente, "conquistado reconhecimento social e suscitado debates que buscam compreender e encontrar respostas compatíveis com a complexidade dos problemas ambientais" (p. 37, Tr.14T).

Inferimos, deste modo, que os pesquisadores, ao utilizar os referenciais teóricos da Sociologia, promovem discussões baseadas na complexidade da questão ambiental. Ao se apropriarem de conceitos, teorias, fundamentos das perspectivas epistemológicas da área da Sociologia, estes pesquisadores, produzem debates com abordagens menos reducionistas frente à problemática ambiental.

Percebemos, com isto, que há uma tendência, nas perspectivas identificadas, em considerar as relações sociais e ambientais em sua complexidade. Ao superar a visão antropocêntrica da relação homem-natureza, ao questionar o modelo de desenvolvimento e o sistema econômico que organiza a sociedade moderna e industrial e, ao reconhecer que a crise efetivamente se trata da ação humana sobre o meio ambiente, as discussões deixam o viés simplista e passam a ganhar abordagens mais críticas na compreensão da crise socioambiental, bem como na proposta de educação ambiental para seu enfrentamento.

Seguindo as análises propostas na presente investigação, no próximo item, iremos abordar as possíveis especificidades da perspectiva sociológica, passíveis de

identificação, e as possíveis contribuições da pesquisa sobre EA na área de Sociologia para a pesquisa acerca da Educação Ambiental em outras áreas do conhecimento.

5.3 Perspectivas sociológicas nas teses e dissertações sobre EA: contribuições e especificidades.

Neste item, buscamos analisar possíveis especificidades, ou seja, particularidades da perspectiva sociológica que puderam ser identificadas a partir da leitura das teses e dissertações selecionadas, visando encontrar possíveis contribuições da pesquisa sobre EA na área de Sociologia para o campo de pesquisa em EA.

Trata-se de uma discussão relevante, uma vez que, como vimos, a EA como campo de pesquisa possui uma capilaridade significativa no que diz respeito às conexões com outras áreas do conhecimento, evidenciando-se como um universo significativamente interdisciplinar, conforme apontam diversas pesquisas neste sentido (LEFF, 2001; LOUREIRO, LAYRARGUES, CASTRO, 2010; CARVALHO, 2015). A crescente tendência em se investigar a EA em diversas áreas do conhecimento pode ser verificada também no Projeto EArte, apresentado em capítulo anterior.

Está em curso uma linha investigativa, dentro de tal projeto, na qual pesquisadores se empenham em analisar especificidades de diferentes áreas do conhecimento sobre a pesquisa em EA. Podemos apontar, por exemplo, a dissertação de mestrado defendida pelo pesquisador Zane (2017), cuja investigação é direcionada à análise de pesquisas sobre EA na área do Direito, no sentido de identificar e discutir as especificidades da área ao se pesquisar EA. Na mesma linha, outra investigação está em curso pela pesquisadora Talita Bulgraen, cuja pesquisa tem como proposta identificar especificidades da área da Psicologia ao se pesquisar EA. Assim como a presente investigação, na área da Sociologia. Todas estas investigações fazem parte do grupo de pesquisa ÁGORA - “A Temática Ambiental e o Processo Educativo”, do PPGE da Unesp, Campus de Rio Claro. Este grupo de pesquisa, por sua vez, colabora com essas pesquisas com o projeto EArte.

No que diz respeito aos possíveis aportes da teoria sociológica para a pesquisa sobre EA, consideramos como um dos principais elementos a compreensão que se torna recorrente abordar a temática ambiental a partir da relação entre

sociedade-natureza. Assim sendo, essa relação não se limita ao caráter biologizante, mas passa a ser compreendida numa perspectiva mais ampliada. Dizemos, então, que tal interpretação é uma questão de fundamento. Em outras palavras, podemos dizer que se abre a possibilidade de um diálogo com elementos oriundos da teoria sociológica que impulsionam discussões mais complexificadas em torno da relação sociedade e natureza no campo da pesquisa em EA. Isto quer dizer que a Sociologia questiona que sociedade, que ambiente e que tipo de relação se estabelece entre eles.

Como vimos nos itens anteriores, além da diversidade temática, identificamos também os diversos referenciais teórico-conceituais, bem como diferentes perspectivas epistemológicas nas quais os diversos autores citados vão sendo inseridos, sendo evidente a pluralidade epistemológica dos trabalhos. O que pudemos observar, tanto na Tabela 7 referente aos temas, quanto nos Quadros 2 e 3, que trazem os autores e teorias identificados.

Há, portanto, uma notória pluralidade e multiplicidade de referenciais e teorias sociológicas, constituindo, assim, um panorama diversificado de debates, reflexões e análises, que vão fundamentar de maneira mais crítica as discussões em torno da relação sociedade-natureza nas pesquisas de EA.

Identificamos que diferentes perspectivas sociológicas contribuem para a amplificação de temas e de abordagens das pesquisas em EA, sendo assim, enriquecem o conjunto de temas com os quais a Sociologia cria interfaces com a EA. Como exemplo desse processo de amplificação das temáticas da pesquisa em EA podemos citar o trabalho Tr.04T, de Regina Célia de Ciommo sob o título *“Ecofeminismo e Complexidade”*.

Entre dois princípios dualísticos, natureza e cultura, a dualógica estabelece uma ligação fundamental. Termos opostos, mas que se alimentam um ao outro, sem a possibilidade de exclusão, a natureza pode prescindir da cultura, mas não há sociedade e cultura sem natureza. A Educação Ambiental transformadora vem se configurando como a possibilidade de unir termos opostos, mas que se alimentam um do outro, se constituindo no elo que faz girar o anel, na direção da complexa organização em que as oposições não signifiquem extinção e a diferença não seja sinônimo de enfraquecimento ou superioridade (Tr.04T, p. 448).

A ampliação do olhar de forma mais complexificada sobre a relação sociedade e natureza, pode ser entendida como uma relevante contribuição da Sociologia, pois pode permitir um aprimoramento de pesquisas que possuem uma visão menos

complexa, ou seja, a contribuição da Sociologia vai no sentido da superação de uma abordagem simplista e reducionista de natureza e sociedade, entendidas muitas vezes como um binômio descontínuo que separa sociedades de seus ambientes, tornando as relações fragmentadas, superando, também, uma certa visão de natureza separada da sociedade.

Muitas têm sido as discussões no campo da EA sobre a necessidade de superação desta visão fragmentada e reducionista (REIGOTA, 1995; CARVALHO, 2006). Esse tem sido o foco de discussões entre os autores deste campo, em particular dos autores que vem se dedicando a vertente conhecida como EA crítica. Segundo Guimarães:

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (GUIMARÃES, 2000, p.17).

Podemos observar ainda, Layrargues e Lima (2014) quando formulam as denominadas ‘macrotendências’ da EA, situam a perspectiva reducionista no que denominam “macrotendência conservacionista” da educação ambiental. Segundo eles:

A macrotendência *conservacionista*, que se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo. (...) além de apresentar limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos. (...) São representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais. Apontam para **mudanças culturais** reconhecidamente relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as **bases econômicas e políticas da sociedade**. **Como separar ecologia, cultura e política? Indivíduo, sociedade e natureza? Técnica e ética? Conhecimento e poder? Meio ambiente, economia e desenvolvimento?** O conservacionismo e o conservadorismo se fundem porque ao adotarem uma perspectiva com viés ecológico da questão ambiental perdem de vista as **dimensões sociais, políticas e culturais indissociáveis de sua gênese e dinâmica**; porque não incorporam as **posições de classe** e as diferentes responsabilidades dos **atores sociais**

enredados na crise; porque reduzem a complexidade do fenômeno ambiental a uma mera questão de inovação tecnológica e porque, finalmente, acreditam que os princípios do mercado são capazes de promover a transição no sentido da sustentabilidade (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.30, grifo nosso)

Portanto, pode-se perceber que a Sociologia e seus aportes teóricos e orientações de pesquisa possibilitam a ampliação do olhar sobre a relação sociedade-natureza contribuindo para transcender, então, a visão simplória e reducionista das perspectivas de EA, isto pode ser observado no excerto abaixo:

A Sociologia tem por objeto o estudo das **relações econômicas, históricas e políticas no interior da vida social** dispõem de um instrumental teórico e metodológico mais apropriado para observar as **relações sociais, econômicas e políticas que estão presentes na constituição da questão e da crise ambiental**. Podem, portanto, com maior propriedade, contribuir para a compreensão das **dimensões sociais** desses processos, complementando o conhecimento que é próprio às ciências da natureza (Tr.10T, p. 107, grifo nosso).

Podemos, também, inferir que tal perspectiva nos permite compreender os limites da EA conservadora, conforme nos aponta Layrargues e Lima (2014). Portanto, podemos dizer com isso que a Sociologia contribui para o campo da EA explicitando a complexidade de sua discussão. Esse processo pode ser observado no excerto abaixo:

A educação ambiental envolve um elemento a mais na relação Sociedade e Natureza, o objeto por excelência da sociologia ambiental: a Educação. Portanto, uma leitura sociológica da educação ambiental resulta necessariamente num **aumento de complexidade científica por causa da inclusão da nova variável na equação**. A questão central reside na **determinação das relações estabelecidas entre a educação ambiental e a mudança ambiental** (reversão do quadro de degradação ambiental). Aqui, interessa conhecer quais são os elementos da crise ambiental que influenciam o redirecionamento da Educação; de que modo a dinâmica educativa reage aos efeitos dos constrangimentos ambientais para tomar a Educação agora adjetivada de “ambiental”; e finalmente, em que medida essa Educação “ambiental” é capaz de promover uma mudança de valores e comportamentos ambientalmente corretos. Ou seja, importa saber essencialmente como os problemas ambientais aparecem concretamente ou são simbolicamente construídos pelos educadores, como a Educação é transformada em consequência da crise ambiental, e como a **sociedade se transforma** em consequência da educação ambiental (Tr.10T, p. 25, grifo nosso).

Evidenciando o que foi exposto, pudemos notar que as discussões em torno da teoria da complexidade, na perspectiva de Leff e Morin, como vimos, apoiaram

trabalhos que buscaram as indicações do pensamento complexo como sustentáculo para superar a apreensão fragmentada do conhecimento e melhor compreensão dos estudos relacionados à natureza, meio ambiente, quando afirma,

A complexidade é uma das características mais visíveis da realidade que nos cerca e surgiu para questionar a fragmentação do conhecimento oriunda com o desenvolvimento da especialização da ciência. Assim, o complexo foi reduzido ao simples, como é o caso do estudo da natureza, que ao invés de ser analisada como uma teia de relações, a maioria dos cientistas compartimentou e isolou as partes. (...) Nesta perspectiva, se estudarmos o meio ambiente, que está relacionado com tudo o que nos cerca, de forma compartimentada, corremos o risco de produzir saberes isolados e não compreender a totalidade (Tr.07D, p.34).

Neste sentido o aporte da teoria da complexidade é indicativo relevante no que diz respeito à ampliação do caráter interdisciplinar da EA. Apreendendo a problemática ambiental como um todo complexo, interdependente entre as relações sociais e ambientais, sua compreensão atravessa o “caráter trans e interdisciplinar, que significa estudar a problemática ambiental de forma integrada nas diferentes disciplinas e nos diversos níveis” (p.92, Tr.07D).

Da mesma maneira, ao se tratar da EA, a interdisciplinaridade reconhece “a necessidade da integração de diferentes tipos de saberes, portanto, ela é um princípio da educação ambiental” (p.48, Tr.09D). Dessa forma,

A educação ambiental (...) consiste num conhecimento interdisciplinar, pois é preciso conhecer as correlações existentes entre fenômenos e situações que o enfoque disciplinar fragmenta. Ao ignorar as fronteiras que separam as disciplinas especializadas, o enfoque interdisciplinar busca dar uma perspectiva mais geral e menos esquemática dos problemas. (UNESCO, 1998). A interdisciplinaridade abrange, então, os problemas ambientais a partir de inúmeras interdependências ou relações que estão presentes naquele momento, de modo a oportunizar a análise mais completa e com maior possibilidade de atingir soluções (Tr.09D, p.17).

Vemos então que a interdisciplinaridade, do ponto de vista da teoria sociológica, tem caráter integrador, ou seja, a interdisciplinaridade se constitui a partir do diálogo entre os diversos saberes, a partir da valorização de diferentes formas de conhecimento, como observado no excerto a seguir:

Há, por exemplo, como em todo campo ambiental, uma crítica recorrente à dualidade, ao racionalismo científico e à fragmentação características do paradigma cartesiano e uma busca de modelos de conhecimento e de metodologias que **concebem de maneira integradora as relações entre o sujeito e o objeto, entre o homem**

e natureza e entre a sociedade e o ambiente, que valorizem outras formas de conhecimento - populares, tradicionais, religiosos, etc. - e que superem os limites dos saberes disciplinares (Tr.10T, p. 95, grifo nosso).

Isto denota, conforme indicado no Tr.04T, que “os conceitos do pensamento da complexidade caminham através da dialógica entre antagonismos e complementaridades coexistentes na interação entre homens e mulheres e seres humanos e meio ambiente” (p.23).

A visão complexificada do meio ambiente é, portanto, uma possibilidade para a politização do debate ambiental que extrapola o reducionismo indo ao encontro de uma visão que entende o meio ambiente como um processo social. Na visão do pesquisador do Tr.10T, significa dizer que:

Nesse sentido, adquire importância o debate levantado pela sociologia ambiental sobre o construtivismo social relativo à temática ambiental, ou seja, a investigação de como **os problemas ambientais são construídos socialmente** e de como a construção ou representação dos problemas ambientais condiciona fortemente a forma como os indivíduos compreendem e reagem a esses problemas. Assim, se percebo os problemas ambientais como problemas técnicos ou políticos, naturais ou sociais, públicos ou privados, individuais ou coletivos tendo a assumir comportamentos e a orientar minhas ações de acordo com essas percepções. Portanto, um entendimento reducionista da crise ambiental não favorece a responsabilização dos verdadeiros agentes da degradação, a tomada de iniciativas em defesa da qualidade de vida e a luta por direitos ambientais enquanto direitos de cidadania. Por outro lado, politizar o debate e a educação ambientais pode significar, justamente, um estímulo à compreensão dos riscos presentes nas agressões ambientais, à identificação e responsabilização dos reais agentes da degradação, ao reconhecimento do acesso a um ambiente limpo como uma conquista cidadã e à participação organizada na resolução dos problemas comunitários. A conjunção desses processos pode abrir caminhos profícuos para a construção de uma sustentabilidade emancipatória apoiada na **defesa da vida em largo sentido, da liberdade e da justiça social** (HANNIGAN, 1997; DICKENS, 1996). A tendência emancipatória de educação ambiental, nesse sentido, se caracteriza por uma **compreensão complexa e multidimensional da questão ambiental** (Tr.10T, p.130, grifo nosso).

Portanto, o pesquisador nos aponta uma perspectiva que irá direcionar o olhar da EA na direção do debate da cidadania e da percepção da dimensão política do meio ambiente. Nesta linha de raciocínio vemos como a pesquisa que parte da discussão ampliada e complexificada de sociedade pode contribuir para uma construção de uma proposta pedagógica alinhada às ideias de educar para a cidadania e emancipação, como podemos ver no excerto:

Os espaços de cidadania a que o autor se refere é sugestão para uma educação ambiental que contribua para a reflexão crítica dos preceitos do desenvolvimento sustentável, de modo a consolidar a prática da

sustentabilidade dentro e fora das escolas, na qual a educação formal e informal representam possibilidades práticas à sua realização. Compreende-se, portanto, que esse espaço de cidadania refere-se a uma cidadania emancipatória (SANTOS, 2000), que consolide a formação de subjetividades partilhadas em prol de uma participação política mais efetiva (Tr.09D, p.27).

Desta feita, corrobora-se com os debates no campo da EA que vem sinalizando tal importância, como podemos observar no Tr.08T,

(...) É possível traçar uma genealogia da aproximação da educação ambiental à sociologia (...) O foco estava na **articulação da educação ambiental com a cidadania, democracia, participação, autonomia, justiça social**, expressões pouco usuais para um modelo de educação ambiental historicamente confundido com ensino de ecologia” (Tr.08T, p.22-23, grifo nosso).

Tais apontamentos nos permitem observar a ampliação da visão social e a politização do debate ambiental, destacando sua influência na politização do debate da EA em si, ou seja, o pesquisador nos traça uma proposta de uma genealogia da EA que sai de uma perspectiva reducionista, confundida com aulas de ecologia e amplia seu debate ancorado em uma leitura da dimensão social e política da questão ambiental. Aqui vemos um aporte da perspectiva sociológica para pesquisa em EA. Nesta direção o pesquisador permite acessar a EA numa perspectiva que passa a entender a dinâmica social numa dimensão mais sistêmica e integrada.

Ainda nessa linha de análise, destacamos trabalhos que aprofundam as dinâmicas sociais a partir do recorte das classes sociais. Citamos como exemplo o trabalho Tr.03D, que discute os resultados de uma política pública de valorização e tratamento resíduos sólidos-lixo, a partir do qual busca compreender a representação social do conceito de “lixo” em moradores de um bairro de classe média e outro de classe menos favorecida, popular. O pesquisador afirma que “os dois bairros possuem elementos marcantes e distintos (classe média e menos favorecida economicamente), que os diferenciam entre si enquanto classes sociais” (p.7, Tr03D) e uma de suas conclusões é:

Assim pode-se afirmar que as representações sociais formam-se em consonância com o **pertencimento da classe social** do indivíduo. O meio em que vive, as **condições socioculturais** interferem (...) Ou seja, em linhas gerais, como resultado da interação com o meio, o homem constrói seus valores (Tr.03D, p.117, grifo nosso).

A discussão da EA a partir do recorte de classes sociais é também trazida no trabalho Tr.02D “Ecologia Política e Educação: a sensibilidade ecológica em adolescentes do Colégio Catarinense de Florianópolis - e proposta de educação ecológica para Santa Catarina”, onde o pesquisador salienta que:

A mesma relação de posse, uso e exploração, predomina também e principalmente entre os seres humanos, e com a mesma gravidade. É só observarmos **as relações de dominação existentes entre as classes sociais, entre nações pobres e ricas, e entre hemisférios**. A mesma barbárie que se abate sobre a natureza, atinge os **seres humanos, e duplamente os “menos favorecidos”** (Tr.02D, p. 29, grifo nosso).

Também é importante destacar a discussão sobre políticas públicas de EA, que aparecem no final dos anos 90. Surgem nessa época, diversos projetos e iniciativas de EA em diferentes espaços, desde organizações não-governamentais, escolas até empresas e iniciativas governamentais. Alguns trabalhos analisados se dedicam a compreender este processo como é o caso do trabalho Tr.23D “Os interesses políticos-pedagógicos na educação ambiental escolar: uma análise nas escolas municipais de São João da Barra” onde o autor tenta compreender o impacto e as relações das políticas de EA em escolas públicas, como podemos ver:

A pesquisa nas escolas, na ponta do processo de realização das políticas públicas, foi o instrumento de investigação que permitiu compreender as dificuldades experimentadas pelos educadores. Uma contribuição importante desta pesquisa foi a relação das dificuldades enfrentadas na inserção da EA nas escolas estudadas com a direção dada pelas políticas públicas voltadas para esta área. (...)

Os problemas relativos à inserção da educação ambiental no espaço escolar e no sistema educacional exigem a **compreensão de contextos mais amplos, condicionantes econômicos e político-institucionais**, onde situam-se os principais desafios da educação brasileira. Se observa, nas diferentes ações voltadas especificamente para EA, relatos de experiências escolares, descrição de projetos e iniciativas, contudo, sem relacionar nenhum desses aspectos **aos condicionantes estruturais**. A institucionalização e universalização da EA nas escolas dependem, portanto, para além da motivação dos trabalhadores da educação e de educandos, de políticas públicas, **participação de diferentes atores sociais** e de recursos, sem os quais não se garante sua efetiva incorporação ao currículo e à gestão escolar (Tr.23D, p.158 – 160, grifo nosso).

Outro exemplo é a pesquisa “Políticas Públicas e propósitos socioambientais: educação ambiental no ensino público de Cáceres-MT”, (Tr.18D), que também caminha na direção de compreender como as escolas públicas absorveram as políticas de EA. Assim:

Nesta pesquisa, adentramos em dois universos justapostos: o político-gestor gerido pelas políticas públicas, o planejamento do processo

político-pedagógico e as **práticas socioeducacionais ou socioambientais** no âmbito escolar. Na política estatal, buscamos identificar e interpretar os **propósitos institucionais do processo** da descentralização que tendem a gerar capacidades para a gestão das políticas públicas e a partilha de responsabilidades. De um lado, que atenda a uma demanda de **democratização das relações sociais** e ao aprimoramento interinstitucional, mas que, de outro, também promove novas tensões afetadas pela concentração do poder político em que se transfere a efetividade da **ação socioeducacional da EA** (Tr.18D, p.154, grifo nosso).

A partir dos debates acima expostos, podemos inferir que o aporte teórico sociológico, pode contribuir para as pesquisas de EA que se dedicam a analisar e discutir políticas públicas destinadas a este setor.

Neste item, procurou-se identificar e analisar as especificidades da Sociologia enquanto campo teórico na investigação sobre EA. Pudemos identificar que o mesmo contribuiu a partir dos seus acúmulos para o debate caro a EA, acerca da relação sociedade-natureza. Destacamos, neste item, que a EA complexifica seu olhar, politiza seus debates e amplifica sua ação, a partir do suporte teórico do campo da Sociologia.

6 Considerações finais.

A presente dissertação orientou-se pelo objetivo de investigar pesquisas sobre EA produzidas na área da Sociologia. Para isto, analisamos teses e dissertações desenvolvidas em Programas de Pós-graduação vinculados à área da Sociologia, inseridos e avaliados pela CAPES. Nossa proposta foi de, inicialmente, realizar um mapeamento dos trabalhos que constituíram o *corpus* documental e, a partir deste, identificar os diversos temas, referenciais teórico-conceituais sociológicos que conduziram tais trabalhos, bem como identificar possíveis especificidades dos pressupostos sociológicos que podem contribuir com o campo de pesquisa da EA.

Apresentamos, no capítulo 1, a aproximação da Sociologia com a Educação Ambiental. Primeiramente abordamos o contexto em que a Sociologia se apropria da problemática ambiental como tema de estudos, o que acaba por dar origem a Sociologia Ambiental como subárea da Sociologia e, como este processo ocorre com relativo atraso em relação às outras áreas do conhecimento. Em seguida, discorremos sobre o encontro da Educação Ambiental com a Sociologia, no Brasil, a partir da década de 1980, com diversos autores articulando conceitos sociológicos com a EA e, na década seguinte, a apropriação da EA como objeto de estudo científico da Sociologia (HERCULANO, 2000; FERREIRA, 2002a, 2004; LAYRARGUES, 2002, 2003; LENZI, 2007; LEFF, 2016). Além disso, identificamos os diversos programas de pós-graduação vinculados à área da Sociologia na CAPES, sendo o total de 51 programas credenciados. Deste total, verificamos que apenas 10 programas possuem linhas de pesquisas relacionadas a problemática ambiental e nenhum especificamente relacionado a educação ambiental. No mesmo item, a importância dos principais eventos científicos da área também foi destacada, quando evidenciamos o grupo de trabalho “Ecologia, Política e Sociedade” e linha temática “Educação e Meio Ambiente”, nos encontros da ANPOCS e ANPPAS, respectivamente.

A educação ambiental se tornou um tema de interesse presente em teses e dissertações na área da Sociologia a partir de 1989 e constatamos um indicativo de crescimento da produção de pesquisas a partir dos anos 2000, as quais têm a educação ambiental como tema central na área da Sociologia. Percebemos, ainda, o fato de eventos acadêmicos da área da Sociologia, criarem grupos de trabalho e

áreas temáticas específicas para tratar das discussões da educação ambiental, como é o caso da ANPPAS.

Em seguida, em nossa trajetória de pesquisa, apresentamos os caminhos da presente dissertação, contextualizando o Projeto EArte, detalhando o tipo de pesquisa e técnica de análise, bem como a constituição do *corpus* documental. Esta constituição, como vimos, se deu a partir da busca no banco de dados do *website* do referido projeto, à procura das teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação vinculados à Sociologia, o que resultou na identificação de 28 trabalhos, sendo 11 teses de doutorado e 17 dissertações de mestrado, das quais apenas 02 não tivemos acesso aos trabalhos completos.

Consideramos que os procedimentos de pesquisa utilizados foram satisfatórios para ajudar a responder as questões de estudo. Destacamos também que o projeto EArte foi uma base de dados fundamental e imprescindível para identificar e ter acesso às teses e dissertações e, a partir delas, realizar o *Mapeamento* e buscar dar respostas às questões que propusemos no presente trabalho.

No que diz respeito ao *Contexto institucional*, identificamos a quantidade de trabalhos em relação às IES e PPGs, onde foram produzidos. Constatou-se que 18% destas investigações foram desenvolvidas em IES privadas, ao passo que 82% foram realizadas em IES públicas. Estes dados demonstraram o predomínio de instituições de ensino superior público como espaço privilegiado para realização de pesquisas sobre EA, estando em consonância com o que Junta e Santana (2011) e Carvalho *et al.* (2009) constataram sobre o sistema universitário público como *locus* privilegiado para produção de pesquisa no país.

No que se refere à *Distribuição temporal*, apresentamos a produção das pesquisas em uma escala evolutiva ano a ano, bem como o crescimento a partir das décadas do início do século XXI. Verificamos que a primeira pesquisa de EA nos programas vinculados à Sociologia, foi realizada no ano de 1989 e, desde então, houve um crescimento significativo na produção da área. Este crescimento é mais efetivo a partir dos anos 2000, evidenciando um salto bastante significativo em relação a década anterior. Neste sentido, se por um lado Leff (2016) nos fala de um “esquecimento” da natureza pela Sociologia, os dados nos mostraram uma “lembança” que começa a ganhar contornos na produção brasileira a partir dos anos 2000.

Quanto a *Distribuição geográfica* das teses e dissertações analisadas, observamos que 50% dos trabalhos foram produzidas em programas de pós-graduação na região Sudeste, 42% na região Sul, 4% na região Nordeste e 4% na região Norte. Estes dados indicam um desequilíbrio regional relativo à produção de pesquisa sobre educação ambiental na área da Sociologia. Além disso, nos chama a atenção a ausência de produção destas pesquisas na região Centro-oeste, considerada uma região onde a pesquisa em educação ambiental é bastante relevante, além do fato de ser uma das regiões que mais sofrem com os grandes conflitos socioambientais.

Em relação aos *Temas* identificados, a partir de uma leitura cuidadosa dos trabalhos selecionados, procuramos explorar os objetivos, intenções e problemas de pesquisa, destacando frases, palavras e termos que se assemelhavam e se repetiam com frequência. Isto nos permitiu organizar e agrupar ideias centrais que se assemelharam em um mesmo “núcleo de sentidos”, o que possibilitou a criação das nossas categorias de análises temáticas.

Pudemos classificar os 26 trabalhos completos a que tivemos acesso, em 07 diferentes temas de pesquisa, sendo eles: *Práticas em Educação Ambiental*, com 08 trabalhos (30%); *Representações de educadores e educandos*, com 06 trabalhos (23%); *Políticas Públicas* com 04 trabalhos (15%); *Resíduos Sólidos*, com 03 trabalhos (12%); *Fundamentos em Educação Ambiental* com 02 (8%); *Movimentos Sociais* com 02 trabalhos (8%); *Organizações Não-governamentais (ONGs)* com 01 trabalho (4%).

A diversidade de temas ambientais identificadas nos trabalhos analisados indica um processo de aproximação da temática ambiental da área da Sociologia. Diante disso, percebemos que as pesquisas seguiram duas linhas: uma linha *micropolítica* exemplificada nas pesquisas dedicadas ao fazer pedagógico e as dinâmicas escolares e outra linha *macropolítica* evidenciada nas pesquisas com foco e interesse em investigar as dinâmicas da institucionalização da Educação Ambiental no país. Por conseguinte, inferimos, a partir dos dados apresentados, que tanto a temática ambiental quanto a educação ambiental se encontram em crescente processo de interiorização na área da Sociologia, sendo superado, cada vez mais, o obstáculo histórico da apropriação do campo ambiental pelos cientistas naturais, em detrimento dos cientistas sociais.

No item dos *Referenciais teórico-conceituais da Sociologia*, realizamos um mapeamento dos autores essenciais que embasaram a construção de teorias sociológicas, que foram citados pelos pesquisadores. Encontramos o total de 21 autores citados nos trabalhos analisados que, em seguida, foram agrupados entre as 05 perspectivas epistemológicas identificadas, sendo elas o Materialismo histórico dialético, a Teoria Crítica, a Teoria Social, a Teoria da Complexidade e a Sociologia Ambiental.

A análise dos referenciais foi direcionada no sentido de evidenciar a maneira pela qual os pesquisadores estão se apropriando dos autores citados, de suas perspectivas epistemológicas, a partir dos conceitos e teorias que serviram de base para elaborar e fundamentar suas discussões.

Percebemos que os pesquisadores, ao utilizar os referenciais teóricos da sociologia, promovem discussões baseadas na complexidade da questão ambiental, produzindo debates com abordagens menos reducionistas frente à problemática ambiental. Há, com isto, uma tendência, nas perspectivas identificadas, em considerar as relações sociais e ambientais em sua complexidade, passando então a ganhar abordagens mais críticas na compreensão da crise que passa então a ser considerada como socioambiental.

O item das *Contribuições e Especificidades*, das perspectivas sociológicas para o campo de pesquisa da EA, permitiu confirmar as principais hipóteses levantadas nos momentos iniciais de exploração e de desenvolvimento desta pesquisa. Uma delas versa sobre a possível contribuição da Sociologia a uma compreensão ampliada e mais complexificada sobre a relação sociedade-natureza, ou seja, a partir de uma percepção, de uma visão mais abrangente e socioambiental que confrontam uma perspectiva reducionista de meio ambiente.

Pudemos conjecturar, a partir das teses e dissertações analisadas, que os pressupostos sociológicos trazem um olhar que explicita a complexidade da relação sociedade-natureza, como apresentado, permitindo-nos perceber que é necessário questionar que sociedade, que ambiente, que tipo de relação se estabelece quando pensamos a Educação Ambiental, a partir do eixo reflexivo crítico da relação sociedade-natureza.

Neste sentido, inferimos que a Sociologia contribui para a percepção de um olhar mais crítico em relação a questão ambiental, quando percebemos que os problemas ambientais são socialmente construídos. Isto permitiria dizer que a

“macrotendência crítica” da EA, conforme classificou Layrargues e Lima (2014), pode ter sido elaborada em função dos aportes teóricos que a Sociologia ofereceu.

Nesta pesquisa pudemos perceber que a aproximação entre Sociologia e Educação Ambiental é um rico campo de reflexões, pois amplifica as discussões da EA, ao mesmo tempo em que as discussões do campo da EA enriquecem o debate sociológico, constituindo uma via de mão dupla bastante promissora.

Quando refletimos sobre a relação entre *sociedade* e natureza, tomamos a **sociedade** como objeto de estudo da Sociologia, o que é diferente refletir sobre a relação entre *ser humano* e natureza. Destarte, a visão “mais abrangente” e “complexificada” da Sociologia refere-se a própria *sociedade* e suas formas de organização, o que transcende o “*indivíduo*” dentro da sociedade.

A Educação Ambiental, nesse sentido, pensada a partir de pressupostos sociológicos, aborda a problemática ambiental com aspectos sociais que são perceptíveis e apreendidos com contribuição da Sociologia, como a influência do modelo de desenvolvimento, regimes políticos, modelo de produção, etc., sem dúvidas, como fatores que contribuem para a crise socioambiental.

Certamente, a relação da Sociologia da Educação com a Educação Ambiental, pode render ricas discussões e muito contribuir com a reflexão sociológica acerca da EA, pois este campo possui nexos tanto com a Sociologia Ambiental como com a Sociologia da Educação. Porém, optamos por direcionar a presente pesquisa à aproximação da Educação Ambiental com a Sociologia Ambiental, deixando para uma outra oportunidade a Sociologia da Educação.

Esta pesquisa pretende, assim, ser subsídio para próximas investigações que visem aprofundar a compreensão da relação sociedade-natureza com a Educação Ambiental, assim como, a EA com a Sociologia da Educação, pois consideramos que isto é fundamental para a construção de um caminho de transição para uma sociedade sócio-ambientalmente equilibrada.

REFERÊNCIAS.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDE, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Pioneira, 1998.

AMARAL, I. A. Currículo de Ciências: das tendências clássicas aos movimentos atuais de renovação. *In*: Barreto, E. S. (org.): **Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados. 2. Ed., 2000.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, **ANPPAS**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/novosite/index.php?p=oque>> Acesso em: 31 jan. 2018.

BAGNOLO, C.M. Relatos de pesquisa: considerações sobre a sociologia e a educação ambiental. **Educação Temática Digital - ETD**, Campinas, v.9,n.2, p.126-136, jun. 2008

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 - Revista e Ampliada, São Paulo, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12 ed. Porto: Porto, (Coleção ciências da educação), 1994.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, **CAPES**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>> Acesso em: 31 jan. 2018.

CARVALHO, I.C.M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de 1º grau**. 1989. 282f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CARVALHO, L. M. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. *In*: CINQUETTI, H. C. S.; LOGAREZZI, A. (Org.). **Consumo e Resíduo**: Fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: Ed. UFSCar, p. 19-41, 2006.

CARVALHO, L. M.; TOMAZELO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol. 29, p. 13-27, 2009.

CARVALHO, L.M. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: um campo em construção?**. 2015. 192f. Tese (Livre-Docência em Educação Ambiental). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

CARVALHO, L. M.; MEGID-NETO, J.; AMARAL, I. A.; BONOTTO, D. M. B.; CARVALHO, M. B. S. S.; CAVALARI, R. M. F.; FERNANDES, J.A.B.; KAWASAKI, C. S.; SANTANA, L. C. A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica – teses e dissertações. **CNPq: Relatório Científico**. Rio Claro, UNESP - Rio Claro, UNICAMP, USP - Ribeirão Preto, 2016.

DELIZOICOV, D.; LORENZETTI, L. Uma Análise da Pesquisa em Educação Ambiental Desenvolvida na Área de Ciências Humanas. *In* VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: Pesquisa em Educação e inserção Social. **Anais ANPESUL**. Itajaí/SC, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2010, 551p.

FERREIRA, L. C. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. *In*: I Encontro Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Anais ANPPAS**. Indaiatuba/SP, 2002a.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. Águas Revoltas: um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 54, 2.º semestre de 2002, p. 83-100, 2002.

FERREIRA, L. C. Ideias para uma sociologia da questão Ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. UFPR, n. 10, p. 77-89, jul /dez. 2004.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002b.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas, Papirus, 2000.

HERCULANO, S. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**, ano I, nº 1, UFF/PGCA-Riocor, p.45–50, 2000.

JUNTA, V. S.; SANTANA, L. C. Concepções de educação ambiental e suas abordagens políticas: análise de trabalhos dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (I, II e III EPEAS). **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 6, p. 47-65, 2011.

LAYRARGUES, F. P. Muito prazer, sou a Educação Ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. In: I Encontro Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Anais ANPPAS**. Indaiatuba/SP, 2002.

LAYRARGUES, P.P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza**: elementos para uma sociologia da educação ambiental. 2003. 111f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas, 2003.

LAYRARGUES, P.P. *(Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira*. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, volume XVII, n. 1 p. 23-40, jan-mar. 2014.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização, 2006.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis: Vozes, 2016.

LENZI, C.L. Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS) - GT23: **Sociedade e Ambiente**, UFPE. Recife 29-mai/01-jun, 2007.

LIEDKE FILHO, E.D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. Rev. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, p. 376-437, jul/dez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

MAGACHO, L. N. **Pesquisa em educação ambiental e movimentos sociais**: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abril de 2009.

MEGID-NETO, J. Educação Ambiental como Campo de Conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. Revista **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 4, n.2 – pp.95-110, 2009.

Ministério do Meio Ambiente. Histórico da Política de Educação Ambiental, MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>> Acesso em: 05 fev. 2018.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 35-54, 2001.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. **Anais**. VI Encontro Nacional ANPPAS, Belém, 2012.

Organização das Nações Unidas. Relatório “Cúpula das Nações Unidas, **ONU**, sobre o Desenvolvimento Sustentável” Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 31 jan. 2018.

Política Nacional do Meio Ambiente, **PNMA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 31 jan. 2018.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RICOBOM, A. E. **O Parque do Iguaçu como unidade de conservação da natureza no âmbito do Mercosul**: os problemas decorrentes da degradação ambiental. 2001. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SÁNCHEZ, Celso; PEDRINI, Alexandre G. Educação ambiental e seus estrangeiros. REMEA - **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 18, fev. 2013.

SANTANA, L.C. Educação Ambiental: de sua necessidade e possibilidades. In: International Workshop on Project Based, 2005. Guaratinguetá, PBL Tech 2005-**International Workshop on Project Based** – Learnig and New Technologie. p.1-14, 2005.

SANTOS, M. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1 abr. 1992.

TEIXEIRA, L. A.; NEVES, J. P. ; SILVA, F. P ; TOZONI-REIS, M. F. C. ; NARDI, R. . Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. In: ENPEC- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6, 2007, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/ABRAPEC, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental**: natureza, razão e história. 2.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ZANE, A. C. **Educação Ambiental e Direito**: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) em programas de pós-graduação em Direito. 2017. 247 fls. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.